

da **ocupação**

+

se faz **arquitetura**

intervenção em vazios urbanos no centro
de fortaleza, do edifício à cidade.

francisco lucas costa silva
orientadora: solange maria de oliveira schramm

fortaleza, julho de 2019.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo autor

C873o Costa, Lucas.
Da ocupação se faz arquitetura / Lucas Costa. – 2019.
95 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Solange Maria Oliveira Schramm.

1. Arquitetura Contemporânea. 2. Vazios urbanos. 3. Projeto
de ocupação. 4. Centro de Fortaleza. I. Título.

CDD 720

universidade federal do ceará
centro de tecnologia
depto. de arquitetura, urbanismo e design
trabalho de curso 2

banca examinadora

prof.^a dra. solange maria oliveira schramm
orientadora (daud ufc)

prof. me. bruno melo braga
professor convidado (daud ufc)

prof.^a ma. cinira arruda d'alva
professora convidada (dau unifor)

à minha mãe.

Este trabalho é um exercício sobre imaginar cenários possíveis na escala urbana e do edifício, de forma crítica, utópica, mas ao mesmo tempo factível. É sobre enxergar a cidade menos de cima e mais à altura do olho, de vislumbrar os outros, muitos outros, que fazem parte da cidade, do centro e da periferia, e de procurar entender até onde eu posso ou devo intervir, no tempo e no espaço. A esse exercício, e muitos outros que culminaram neste trabalho, agradeço.

À Solange, pela dedicada e inspiradora orientação e por me dar a liberdade de recorrer a outras áreas do conhecimento para validar o sentido da arquitetura.

Ao Bruno, pelas conversas instigantes sobre vazios e por reforçar a importância de projeto como pesquisa e formação.

À Cinira, pelo primeiro convite às derivas, permanências e afetos no encontro com o centro da cidade.

Ao Ricardo Paiva e ao Ricardo Fernandes, pelas contribuições dadas a este trabalho em sua forma inicial.

Aos alunos que cursaram Projeto Arquitetônico 06 em 2018, pelo material cedido. À Mariana Viana, pela ajuda no levantamento arquitetônico e fotográfico da antiga sede do BANESPA. E à Mirella Raposo, pela execução conjunta das imagens.

E aos demais professores do DAUD, em especial à Clarissa, por me mostrar a importância dos movimentos insurgentes na construção coletiva do Plano Popular da ZEIS Bom Jardim durante o Programa de Educação Tutorial.

Agradeço também à minha família, sobretudo à minha mãe e minhas irmãs, pelo apoio e incentivo durante a graduação.

À Germana, pela companhia essencial (não apenas) nesta reta final e por colaborar direta e indiretamente com este trabalho. Aos meus demais amigos de turma: Bárbara, Ingrid, Guilherme, Renata, Vanusa, Mariana, Isabelle, Alessandro, Pitta, Maria, Amanda, Livia e Leo, por tornarem tudo mais divertido e menos pesado.

À Michaela, querida, pelas fotografias e revisão do trabalho, e, assim como o Eldair, por ser abrigo e afago.

À Quintal, pelo desejo compartilhado de uma universidade melhor.

Aos amigos e profissionais com quem tive e tenho o prazer de trabalhar: à toda CERTARE, em especial, ao Makey, Macedo, Isabela, Bianca, Brenda, Germana e Rebeca, pela rotina descontraída e pela vontade de crescer juntos, à Lidianne, Iuri e Rigoberto, pela confiança e conhecimento repassados na CAIXA, e ao Fabiano, pelas primeiras e valiosas lições.

Lucas.

Fortaleza, Junho de 2019.

É uma alegria ter a oportunidade de expor idéias que ainda estão em movimentação, que não estão arrumadas completamente. Aliás, acho que não precisam estar, porque elas são um estímulo para aquilo que estou produzindo. Elas estão em movimento, são idéias em movimento.

— RIBEIRO, A. C. T., 2012

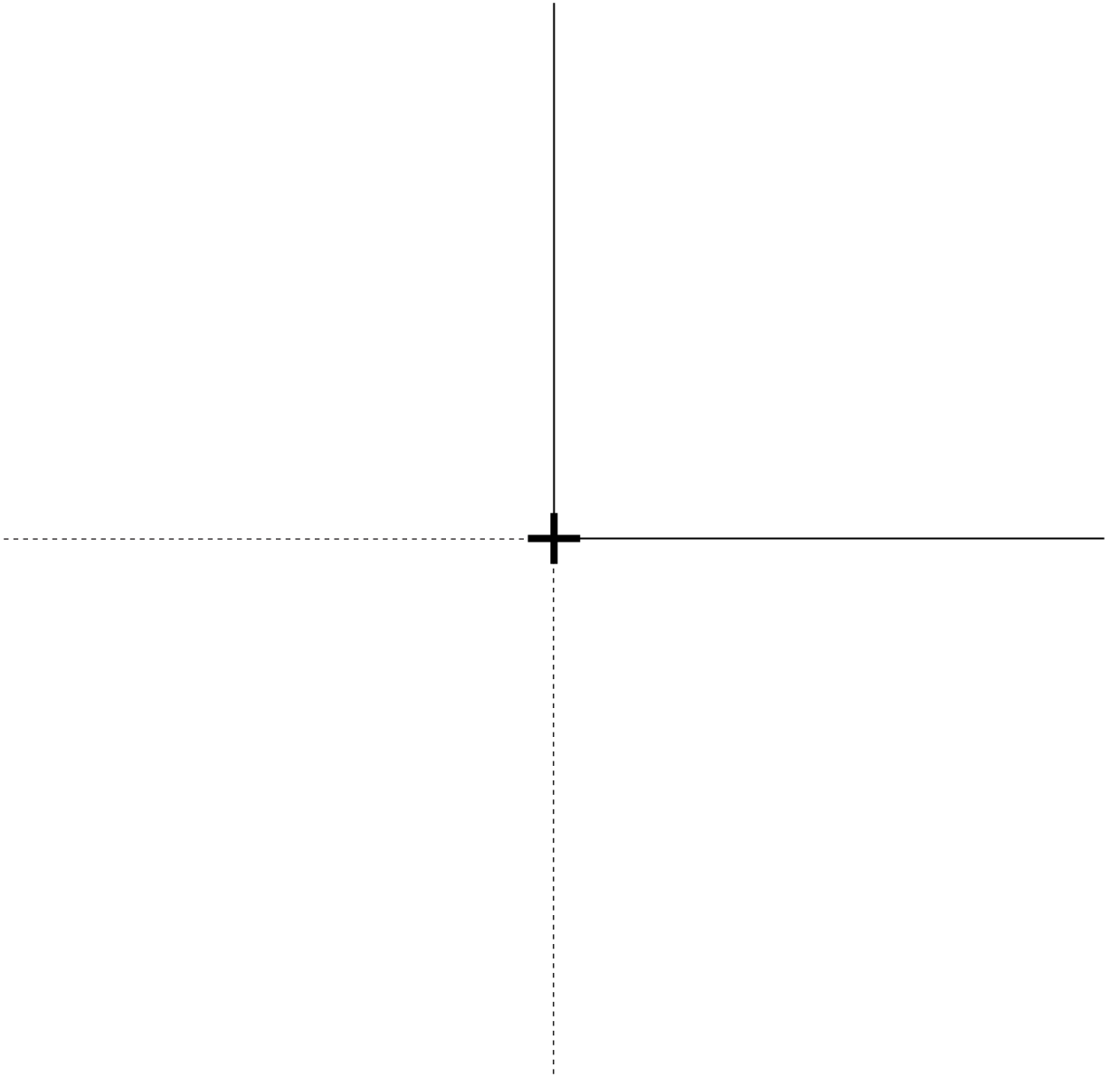
lista de figuras

1. Esquema com principais conceitos atribuídos a vazios urbanos na bibliografia internacional. Elaborado pelo autor.
2. Vista aérea de Brasília, tendo ao centro o Congresso Nacional, s.d. Arquivo Nacional.
3. Categorias de análise dos vazios urbanos e imóveis subutilizados. Clemente et al. (2011), manipulado pelo autor.
4. Conical Intersect, intervenção de Gordon Matta-Clark para a Bienal de Paris de 1975, a obra é uma crítica a gentrificação urbana associada a processos de renovação urbana. San Francisco Museum of Modern Art (SFMOMA).
5. Esquema da crise do centralismo e a perda de centralidade econômica, política e simbólica dos centros urbanos. Elaborado a partir dos conceitos propostos por CASTELLS (1982) e PAIVA (2005).
6. A Praça do Ferreira e a Coluna da Hora em 1934. Arquivo Nirez.
7. Vista aérea de Fortaleza em 2009, onde é possível ver a sua expansão urbana. IBGE.
8. Rua Guilherme Rocha, esquina da Broadway, no fim da década de 1950. IBGE.
9. Registro fotográfico de visita ao Centro de Fortaleza em novembro de 2018. Michaela Alves.
10. Futuro Anunciado, instalação de Filipe Acácio, em seu exercício de permanência no litoral de Fortaleza, 2017. Filipe Acácio.
11. Escombros do Edifício Wilton Paes. Paulo Whitaker (REUTERS).
12. Gráfico de Déficit Habitacional versus Domicílios Vagos entre 2009 e 2015 na Região Metropolitana de Fortaleza. Elaborado a partir dos dados coletados pela Fundação João Pinheiro (2009-2015).
13. Instalação do Circo Piolin no Belvedere do MASP, croquis de Lina Bo Bardi, 1972. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.
14. SESC 24 de Maio, Paulo Mendes da Rocha + MMBB, 2000-2017. Foto do autor.
15. Seção do SESC 24 de Maio, Paulo Mendes da Rocha + MMBB, 2000-2017. MMBB.
16. Reforma e Ampliação do Palais de Tokyo, Lacaton & Vassal, 2012-2014. Philippe Ruault.
17. Seção perspectivada da Reforma e Ampliação do Palais de Tokyo, Lacaton & Vassal, 2012-2014. Lacaton & Vassal.
18. Amnésias Topográficas II, Carlos M. Teixeira e Louise Ganz, 2004-2005. Eduardo Eckenfels.

19. Esquema do projeto Amnésias Topográficas II, Carlos M. Teixeira e Louise Ganz, 2004-2005. Vazio SA.
20. 33º Panorama da Arte Brasileira (MAM), Grupo SP, 2013. Grupo SP.
21. 33º Panorama da Arte Brasileira (MAM), Grupo SP, 2013. Grupo SP.
22. Implantação do 33º Panorama da Arte Brasileira (MAM), Grupo SP, 2013. Grupo SP.
23. Ocupação Coaty, Projeto Ativa, 2016. Projeto Ativa.
24. Registro fotográfico de visita ao Centro de Fortaleza realizada em setembro de 2018. Foto do autor.
25. Mapa de concentração dos vazios urbanos no Centro de Fortaleza. Elaborado sobre base de RODRIGUES (2013).
26. Mapa de classificação dos vazios urbanos no Centro de Fortaleza. Elaborado sobre base de RODRIGUES (2013).
27. Percurso e edifícios escolhidos.
28. Interior do Excelsior Hotel. Amura Al Houch.
29. Interior do Palácio do Comércio. Foto do autor.
30. Mapa do percurso. Elaborado sobre base da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2010).
31. Plano mestre com diretrizes para o recorte urbano.
32. Edifício Ventura. Michaela Alves, manipulado pelo autor.
33. Edifício BANESPA. Michaela Alves, manipulado pelo autor.
34. Edifício Jangada. Michaela Alves, manipulado pelo autor.
35. Palácio do Comércio. Michaela Alves, manipulado pelo autor.
36. Excelsior Hotel. Michaela Alves, manipulado pelo autor.

sumário

prefácio	2
objetivos	3
metodologia	4
1. vazio	6
breve delimitação	9
cartografia dos vazios	12
os vazios e o centro	14
por uma nova interpretação	19
2. ocupação	22
do edifício	26
da cidade	28
3. arquitetura	32
percurso e dissolução	34
cenários possíveis	42
bibliografia	92



prefácio

O conceito de vazio urbano abrange diversas conotações, entendido desde uma ausência relacionada ao uso e à ocupação do lote até a subutilização de um edifício. Neste caso, o trabalho tem como objeto de estudo os edifícios abandonados e subutilizados existentes no Centro de Fortaleza, que comumente passam despercebidos frente à dinâmica comercial característica da área.

O mote desta investigação é a percepção dessas ausências - de uso e/ou função - espacializadas nos vazios construídos e o que esses fragmentos urbanos testemunham com relação ao processo desigual de urbanização, no sentido de conferir uma leitura crítica da produção da cidade. Isso tem apoio em uma lógica do pensamento contemporâneo, que incorpora contribuições do debate pós-moderno e busca dar voz às individualidades, em contraponto aos discursos hegemônicos.

Esses edifícios se encontram em uma região que passa por um processo de abandono, como é comum em todas as metrópoles brasileiras, desfazendo-se de atributos que qualificam a sua centralidade desde a década de 1970. A expansão do mercado imobiliário rumo a outros bairros de Fortaleza contribuiu para retirar do Centro a posição de "cuore" da cidade. Como resultado desse espraiamento, o Centro se transforma em abrigo para os grupos sociais que escapam à lógica espacial vigente ou são privados dela, ditos marginais, e que têm como paisagem estas estruturas abandonadas.

Dessa forma, é pertinente uma reflexão sobre novos modos de "ler" a cidade e como isso pode repercutir na prática do

profissional arquiteto e urbanista, a fim de enxergar os vazios construídos como potenciais objetos de intervenção, a partir de uma nova cartografia da cidade. Da ocupação (dos vazios) se faz arquitetura.

A estrutura do trabalho é composta por três capítulos complementares. O primeiro capítulo traz os principais conceitos atribuídos a vazios urbanos, para uma definição mais clara do recorte proposto, assim como os processos envolvidos na formação desses vazios no Centro de Fortaleza, com o propósito de enxergá-los e interpretá-los de forma crítica. O segundo capítulo trata das motivações e dos exemplos de ocupação, compreendendo a necessidade de ocupar, no urgente contexto atual de incompatibilidade entre o déficit habitacional e a quantidade de imóveis vagos, e os paradigmáticos mecanismos de apropriação do edifício e da cidade. O último capítulo, por fim, apresenta uma proposta de intervenção arquitetônica e urbanística ao longo de um percurso definido por cinco edifícios abandonados ou subutilizados no Centro, na tentativa de esboçar uma narrativa contemporânea do papel do arquiteto e urbanista.

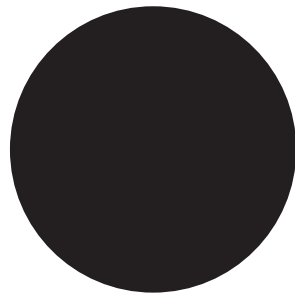
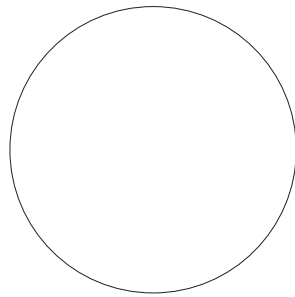
objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o fenômeno dos vazios urbanos existentes nos centros históricos como meio de reconhecimento desses espaços na produção da cidade contemporânea, enfatizando a necessidade de ocupar esses espaços por meio de uma prática não-hegemônica.

Os objetivos específicos são:

- [1] delimitar o que significa vazio urbano, como forma de aproximação dos principais conceitos e de uma sistemática das categorias dos vazios urbanos, que servirão de subsídio ao recorte proposto neste estudo;
- [2] compreender a formação dos vazios urbanos no contexto de Fortaleza, relacionados ao processo de degradação do Centro;
- [3] interpretar os vazios urbanos a partir da exploração dos conceitos de “espaço opaco”, “homens lentos”, “rugosidades” e outros conceitos interdisciplinares, para além da visão pragmática dessas estruturas;
- [4] investigar, segundo referências projetuais relevantes, possibilidades emancipatórias de apropriação do espaço público;
- [5] elaborar um projeto arquitetônico de reforma para a ocupação de edificações abandonadas ou subutilizadas, compreendendo as complexidades resultantes tanto na escala urbana (contexto) como arquitetônica (lógica interna);
- [6] ampliar o entendimento das atuações possíveis de arquitetos e urbanistas, desde a mais sutil até a mais incisiva intervenção.

metodologia



vazio

revisão bibliográfica

ocupação

análise de dados

referências projetuais

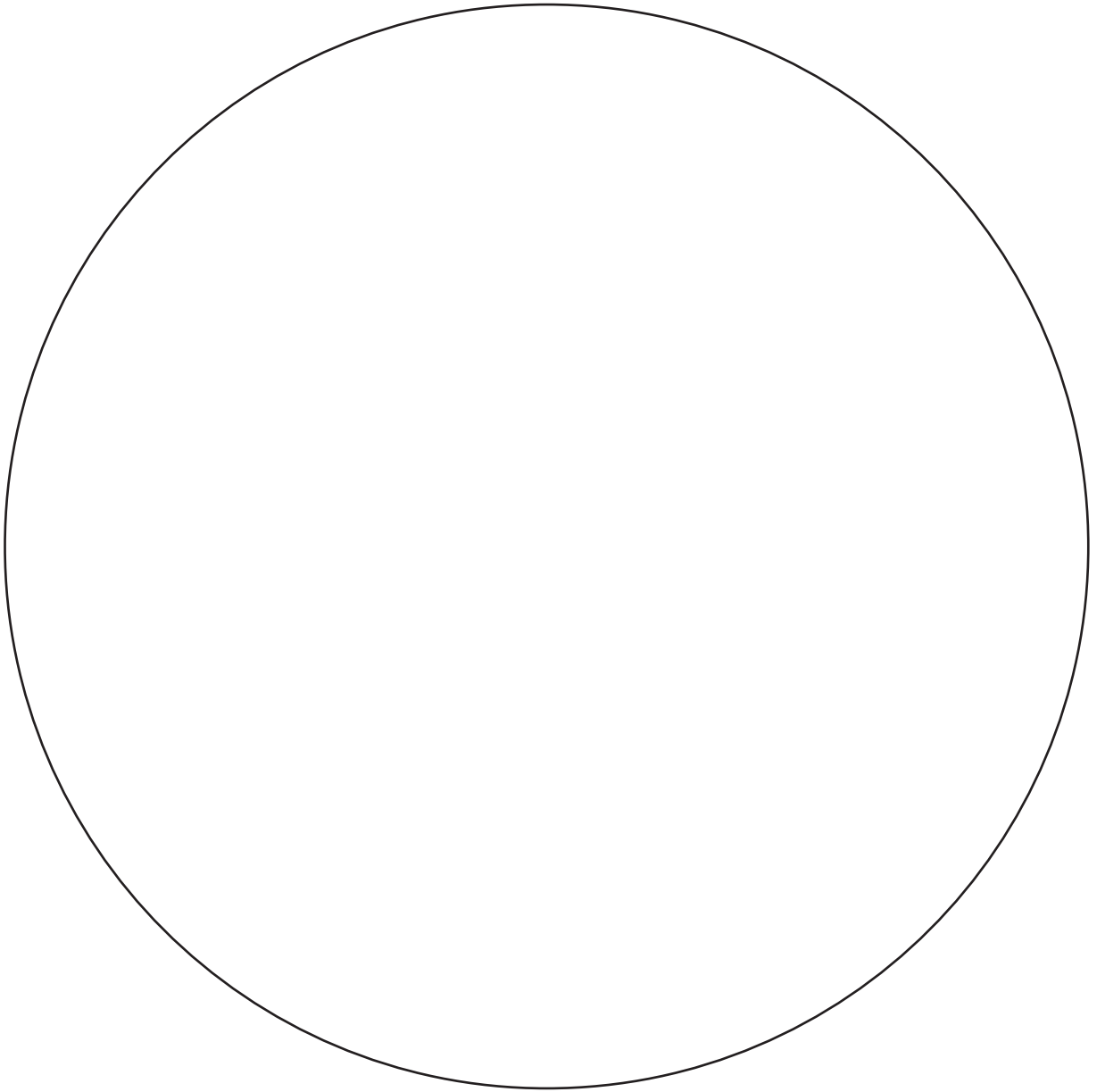
arquitetura

análise de dados

levantamento dos edifícios

atividade projetual

vazio



blight areas
brownfield
derelict land
friches commerciales
friches industrielles
garbage space **vazio**
lost spaces
open spaces
ordinary spaces between buildings
secteur déstabilisé
spaces left over after planning
terrain vague
terrains désaffectés
terreno baldio
trou
vacant land
vides urbaines
wasteland

figura:
1. Esquema
com principais
conceitos atribuídos
a vazio urbano
na bibliografia
internacional.
Elaborado pelo
autor.

nota:

1. Vale pontuar que Brasília é composta de quatro escalas, e não apenas a monumental. De acordo com Lúcio Costa, coexistem na capital federal as escalas residencial, gregária e bucólica e monumental.

breve delimitação

Por se tratar de um fenômeno a ganhar espaço recentemente nas discussões sobre cidade, os vazios urbanos ainda carecem de uma ampla produção bibliográfica sobre o assunto no contexto da cidade contemporânea. Isso dá margem às diversas conotações que o termo possui e torna mais imprecisa a sua conceituação, principalmente quando são consideradas as diferentes situações onde ocorrem (Fig.1). Dessa forma, a fim de um maior esclarecimento do que significa vazio urbano, o primeiro exercício deste trabalho é uma aproximação dos principais conceitos, entendendo que estes são históricos e precisam ser contextualizados qual seja a temática que se propõe pesquisar, e de uma sistemática das categorias desses vazios urbanos, que servirão de subsídio ao recorte proposto neste estudo.

Uma abordagem mais tradicional do conceito de vazio em Urbanismo tem relação com a morfologia urbana, quando o vazio é visto como oposto ao “cheio” urbano. Ou seja, nessa perspectiva, os vazios se traduzem como o negativo da cidade construída, seus espaços livres, englobando desde áreas de praças e parques até o sistema viário urbano, o que os caracteriza também como espaços de convivência. Essa compreensão é apropriada pelo urbanismo modernista que enxerga nos vazios as lacunas necessárias ao desenvolvimento de uma cidade. Um exemplo declarado dessa apropriação são os vazios projetados no Plano Piloto de Brasília (1957) por Lúcio Costa, embora neste caso os espaços de sociabilidade tenham menos força devido à escala monumental¹ dos espaços livres almejados para a capital federal (Fig.2).

Para além da questão morfológica, os vazios

começam a adquirir uma leitura mais crítica a partir dos anos 1970, com as primeiras reflexões sobre as transformações ocorridas no tecido industrial europeu, com o crescente aparecimento de terrenos e edificações destituídas de seu uso ou função, em um quadro de redução progressiva da prática industrial na dinâmica intra-urbana. Neste contexto, os vazios se destacam por serem caracterizados como áreas originalmente ocupadas ou funcionalizadas que passaram por um processo de esvaziamento, o que configura o que Borde (2012) denomina como “vazio esvaziado do tecido consolidado.”

Incorporada ao debate contemporâneo, essa visão de vazio obtém uma definição mais sistematizada a partir da expressão *terrain vague* proposta por Solà-Morales (1995), que eleva a condição de vazio urbano a uma das categorias de análise das metrópoles contemporâneas. Segundo o arquiteto, historiador e filósofo catalão, o termo *terrain* seria uma melhor forma de exprimir o caráter urbano desses espaços. Já o termo *vague* revelaria a junção dos significados das três raízes deste vocábulo: (i) movimento, oscilação e instabilidade (da raiz *vagr-wogue* de origem germânica); (ii) desocupado e livre (da raiz *vacuus* de origem latina); (iii) indeterminado e impreciso (da raiz *vagus* também de origem latina). Essa tripla significação revela a contribuição mais importante de Solà-Morales na delimitação teórica dos vazios urbanos: a relação existente entre ausência de uso e de limite e a possibilidade de espaços de liberdade, do possível.

Nessa mesma perspectiva, vale ressaltar o conceito de *wastelands* proposto por

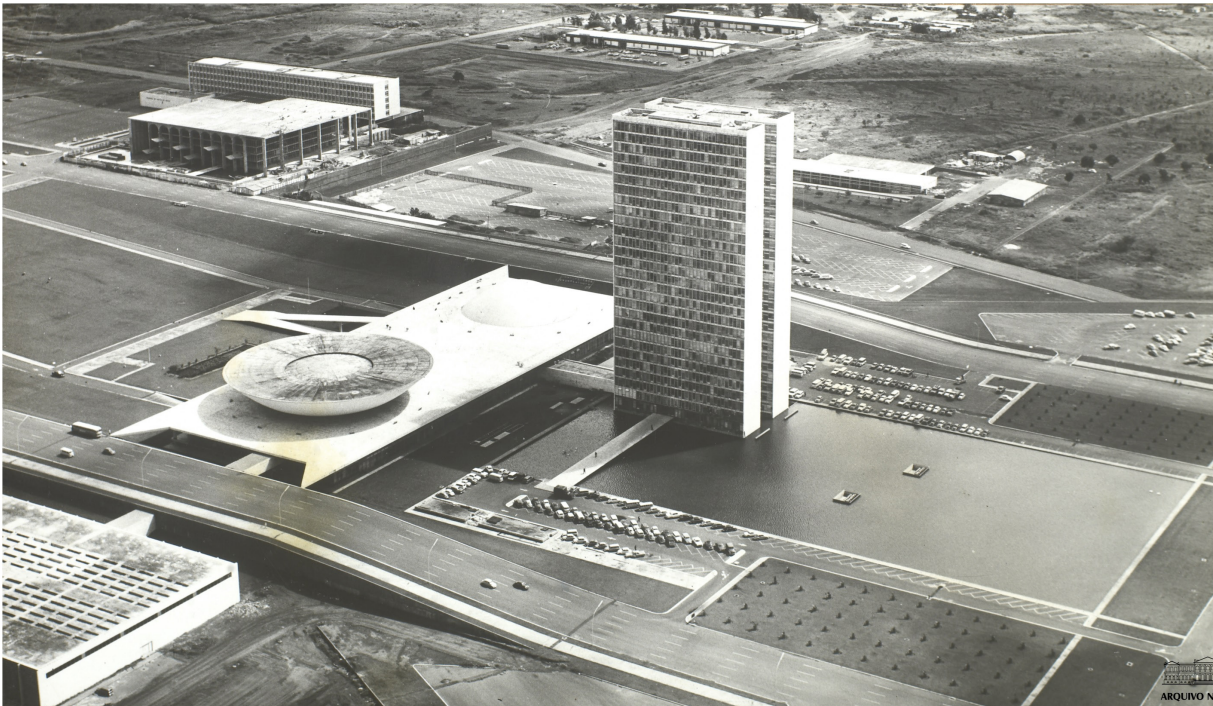


figura:
2. Vista aérea de
Brasília, tendo ao
centro o Congresso
Nacional, s.d.
Arquivo Nacional.

Kevin Lynch (1990) com relação à realidade norte americana, que são vistas “como terras desperdiçadas ao consumo, como lugares onde os modos de vida marginais sobrevivem e coisas novas começam” (apud. BORDE, 2012, p.204). Borde (2012) pontua sobre a dimensão simbólica pertencente às definições de Lynch e Solà-Morales:

Essa positividade poderia estar associada mais tarde à significação simbólica do terrain vague, tal como concebido por Solà-Morales, na década seguinte, como “redutos de identidade, de liberdade e de memória para seus habitantes”. Essas categorias articulariam diferentes experiências de tempo e espaço. O terrain vague dialogaria com o tempo, ou melhor, com os tempos da cidade contemporânea. Vagos eles errariam pelos tempos da cidade questionando prioridades de investimentos, identidades construídas e devires sonhados.

— BORDE, 2012:205

Outra contribuição importante na conceituação dos vazios urbanos é a abordagem mais pragmática de Chaline (1999), que estabelece como condição inicial à formação desses vazios a transformação por processos de desfuncionalização (perda da função), desafetação (perda de uso) e/ou desocupação (perda de ocupação). Tal caracterização é relevante na medida em que amplia categoricamente o leque de espaços ditos vazios e sugere como intervir neles.

No Brasil, a acepção do conceito de vazios urbanos também é caracterizada por uma dimensão mais pragmática. O Estatuto da Cidade (2001), por exemplo, define subutilizados os imóveis “cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano

diretor ou em legislação dele decorrente.” Nesse caso, contudo, a classificação é reducionista, pois a subutilização está relacionada apenas ao potencial construtivo do lote, quando ficam negligenciados os imóveis usados parcial ou temporariamente.

Incluindo essa dimensão e a contribuição dos autores mais conhecidos, alguns anteriormente pontuados, Clemente et al. (2011) sistematiza as escalas, categorias e tipologias dos vazios urbanos, diferenciando-os dos imóveis subutilizados (Fig.3). O critério norteador dessa diferença é o uso que, segundo os autores, mesmo que parciais ou temporários, ainda são presentes nos imóveis subutilizados, “onde se verifica um processo de desestabilização, deterioração ou ociosidade”

Partindo então dessa breve delimitação dos conceitos de vazios urbanos, entendido desde uma ausência relacionada ao lote até a subutilização de um edifício, o recorte proposto neste estudo são os vazios relacionados às edificações, testemunhas do processo de declínio das áreas centrais nas metrópoles brasileiras, de acordo com a definição proposta pelo Manual de Reabilitação de Áreas Centrais (2008):

Os vazios urbanos consistem em espaços abandonados ou subutilizados localizados dentro da malha urbana consolidada em uma área caracterizada por uma grande densidade de espaços edificados. Esses vazios podem ser zonas industriais subutilizadas, armazéns e depósitos industriais desocupados, edifícios centrais abandonados ou corredores e pátios ferroviários desativados.

— BRASIL, 2008:142

critério norteador:

imóvel subutilizado

escalas:

lotes **edificação**

categorias:

lotes parcialmente utilizados **edificações parcialmente utilizadas**

tipologias:

estacionamentos **edificações temporariamente utilizadas**

critério norteador:

vazio urbano

escalas:

lotes **edificação**

categorias:

edificações não-ocupados ou desocupados, lotes vagos **edificações não-utilizadas ou desafetadas, sem uso**

tipologias:

construções interrompidas [alicerces] **ruínas**

figura:

3. Categorias de análise dos vazios urbanos e imóveis subutilizados. Clemente et al. (2011), manipulado pelo autor.

Vale ressaltar que esse processo de decadência das áreas centrais é por vezes mal interpretado, uma vez que mesmo “decadente” os centros históricos continuam a ter uma dinâmica comercial considerável. Esse declínio está mais atrelado ao protagonismo de outras porções da cidade determinado pelo mercado imobiliário em um processo de expansão urbana, o que subjugava os centros a uma posição menor. Tal raciocínio menos preconceituoso também amplia o entendimento de vazio urbano, que deixa de ser considerado apenas como problema e adentra o campo das possibilidades.

cartografia dos vazios

Diante desse quadro, é necessária uma nova cartografia da cidade que seja capaz de vislumbrar esses vazios urbanos, que comumente passam despercebidos frente à dinâmica comercial característica do Centro. A percepção dessas ausências espacializadas nos edifícios abandonados ou subutilizados se faz relevante, uma vez que esses fragmentos urbanos testemunham o processo desigual de urbanização. Nesse sentido, com o intuito de lançar as bases para uma leitura crítica da produção da cidade, propõe-se uma reflexão sobre os conceitos de “homens lentos”, “espaços opacos” e “rugosidades” definidos por Milton Santos (1996).

O ponto de partida dessa reflexão é a assimilação do outro em suas nuances, entendendo que, para enxergar a pluralidade existente na cidade é preciso, antes de tudo, enxergar as individualidades do ser, em contraponto aos discursos hegemônicos. Trata-se de um debate que se expande e fertiliza segundo as contribuições do pensamento pós-moderno em campos diversos, a exemplo

da filosofia, sociologia, geografia, dentre outras áreas do conhecimento. As sutilezas do ser são percebidas no invisível, no plano das sensações, no espaço do possível. Essa mudança de concepção do outro em sua subjetividade remete ao conceito de alteridade, na sua dimensão oculta. Suely Rolnik (1992) introduz essa questão da seguinte forma:

No entanto, a realidade não se restringe ao visível e a subjetividade não se restringe ao eu: à sombra disso tudo, no invisível, o que há é uma textura ontológica que vai se fazendo de fluxos e partículas que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos e partículas com os quais estão coexistindo, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. [...] E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um desses estados - ou seja, a cada vez que encarnamos uma diferença - nos tornamos outros.

— ROLNIK, 1992:3

Para entender como isso se aplica ao raciocínio proposto, pensemos nessa necessidade de acesso ao invisível, ao inconsciente, plano das sensações, assimilando como consciência o plano visível em que está imposta a moral², necessária à sobrevivência, com suas leis “de cima para baixo”. Para que ocorra essa passagem entre planos, precisa existir uma nova prática de pensamento, um pensamento crítico.

Esse pensamento crítico vai criar as bases para que o senso comum consiga se desestabilizar e exercitar uma “tomada de inconsciência” (ROLNIK, 1992) – termo

nota:

2. A ideia de moral está relacionada ao “homem da moral”, conceito que tem origem no texto de Gilles Deleuze *Sur la différence de l'Éthique avec une Morale*, e é colocada como “o vetor de nossa subjetividade que transita no visível: é ele que conhece os códigos, isto é, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo; ele guia nossas escolhas, tomando como referência tais códigos - daí porque chamá-lo de ‘moral’. É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência.” por Suely Rolnik. In: *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*. São Paulo, 1992, p.7.

figura:

4. Conical Intersect, intervenção de Gordon Matta-Clark para a Bienal de Paris de 1975, a obra é uma crítica a gentrificação urbana associada a processos de renovação urbana. San Francisco Museum of Modern Art (SFMOMA).



nota:

3. A ideia de ética está relacionada ao “homem da ética,” conceito presente no texto de Gilles Deleuze *Sur la différence de l'Éthique avec une Morale* como “o vetor de nossa subjetividade que transita no invisível: é ele que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente e, a partir daí, nos leva a tomar decisões que permitam a encarnação de tais diferenças em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes. É o homem do inconsciente: operador da produção de nossa existência como obra de arte. Ele também guia nossas escolhas, só que selecionando o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério a afirmação de sua potência criadora - daí porque chamá-lo de ‘ético:’ por Suely Rolnik. Idem, ibidem, p.8.

análogo à “tomada de consciência” utilizada nos discursos de esquerda, agora não mais significando a capacidade de compreender os direitos e deveres a que todos devem ter acesso, mas um entendimento de que é necessário o acesso às particularidades do outro – captando as turbulências, o caos característico da complexidade que nos é inerente. E, por esse acesso, vivenciar a experiência possibilitada pela alteridade, deixando-se influenciar e se modificar frente às diferenças que se apresentam.

Assim, distinguem-se três fases respectivas para que esse estado seja garantido: mudança na concepção de alteridade – tomar consciência da existência do invisível, uma extensão da subjetividade; mudança na prática do pensamento – acessar este invisível percebido pela desestabilização proposital da consciência; e mudança no plano da consciência – a moral deixa de ser a protagonista, agora em parceria com a ética³ proveniente do inconsciente e assim transparecendo diferenças no plano visível mediante mudanças prévias no plano invisível.

Essa mudança na concepção de alteridade não é algo fácil, desestabilizar-se implica vivenciar o caos, o medo, sair da zona de conforto. É ir contra a lógica dominante do Estado, muitas vezes corroborada pela mídia hegemônica com suas afirmações alisadoras⁴. Porém, é dessa maneira que se chega ao encontro dos “homens lentos,” conceito proposto por Milton Santos (2006), condensado no seguinte trecho:

Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos ‘lentos’ e não dos que detêm a

velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens ‘lentos’, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações. É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro.

— SANTOS, 2006:220

Assim, entende-se que “homens lentos,” contraponto à velocidade do mundo globalizado, são os que estão à margem dos moldes predispostos para o indivíduo. Dessa forma, vivenciam a cidade em suas outras perspectivas, em suas “corpografias” – conceito elaborado por Paola Berenstein Jacques, que significa a memória urbana inscrita no corpo, uma resistência. É preciso perceber esses homens e aprender com eles.

Podemos destacar ainda outros conceitos, que como “homens lentos,” serão sustentados pela mudança de concepção da alteridade: “espaços opacos” e “rugosidades” (SANTOS, 2006). A partir da percepção do invisível, há uma compreensão além da luz da razão, que ilumina determinados espaços associados ao modo de produção vigente. São espaços reduzidos, que seguem a lógica dominante

[...]

**Ai, ai, que bom
Que bom, que bom que é
Uma estrada e a lua branca
No sertão de Canindé
Artomove lá nem sabe se é home ou se
é muié
Quem é rico anda em burrico
Quem é pobre anda a pé
Mas o pobre vê nas estrada
O orvaio beijando as flô
Vê de perto o galo campina
Que quando canta muda de cor
Vai moiando os pés no riacho
Que água fresca, nosso Senhor
Vai oiando coisa a grané
Coisas qui, pra mode vê
O cristão tem que andá a pé⁵**

e são entendidos como um ideal desejável e alcançável, a fim de conter a população. Agora serão assimilados os espaços não iluminados, que se localizam na sombra, denominados “espaços opacos”, que Ribeiro (2012) explica:

[...] os espaços opacos, representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, oferecem materializações de racionalidades alternativas e saberes relacionados à apropriação socialmente necessária dos recursos disponíveis, possibilitando a sua multiplicação. São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio, o que estimula a articulação entre esses espaços e a problemática trazida pela consideração do corpo na leitura do espaço-tempo.

— RIBEIRO, 2012:68

Um exemplo concreto de tais espaços de inventividade na teoria da Arquitetura e do Urbanismo, e até anterior ao conceito de “espaço opaco”, são os espaços de lazer analisados no livro “Quando a rua vira casa” (1985). Nele o arquiteto Carlos Nelson F. dos Santos demonstrou, por meio de uma extensa documentação etnográfica, que no Catumbi, bairro do Rio de Janeiro visto à época como “decadente”, havia qualidades que extrapolavam às dos ambientes planejados em grandes projetos residenciais, vistos como sinal de progresso no período em questão. Pois qualquer terreno baldio no Catumbi se transformava em uma pujante área de lazer.

Além disso, agora também pode ser constatada a existência de rugas, marcas deixadas sobre um território no tempo, que podem ser positivas ou não, sendo importante assinalar

nota (pág. anterior):

4. Termo proveniente do conceito de “alisamentos” definido por Ana Clara Torres Ribeiro como “[...] facilitadoras da incessante ampliação das escalas de realização do lucro, apagam memórias, aprendizados, projetos e sentidos da ação e anulam as conquistas do homem lento.” In: Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. Revista Redobra, Salvador, n. 9, 2012, p.66.

nota:

5. Trecho da música “Estrada para Canindé” de Luiz Gonzaga.

a possibilidade de uma apreensão do espaço a partir da sua historicidade. “Rugosidades” (SANTOS, 2006) implicam sobrevivências que tornam particulares as formações sociais, garantindo um melhor entendimento de como se transformaram os lugares.

Assim, a partir da mudança na prática do pensamento, passando do visível para o invisível, é que são percebidos os “homens lentos” que habitam os vazios urbanos, que ora compõem os “espaços opacos” e que contêm as “rugosidades” da cidade. Tal atitude demonstra uma reapropriação da experiência da alteridade na cidade, em alusão ao que Agamben (1993) definiu como “expropriação da experiência” característica da contemporaneidade, no sentido de escapar da prática pacificadora da cidade idealizada para as grandes narrativas globais, que têm o intuito de apaziguar os conflitos existentes nas metrópoles através da apropriação do capital simbólico pelo mercado e pela mídia.

A cartografia dos vazios suscita um novo modo de intervir (ou não) nesses espaços, o que está diretamente ligado à prática do profissional arquiteto e urbanista. Dessa forma, levando-se em conta a dimensão simbólica das ausências, enxergando-as como possibilidades, como tomar partido delas, visando a uma melhoria na qualidade de vida, no âmbito individual e coletivo, no Centro de Fortaleza? Por quais meios efetivá-la a serviço de uma prática não-hegemônica e menos contraditória?

os vazios e o centro

Anterior a elucidação de uma nova forma de intervir nos vazios urbanos do Centro de Fortaleza, faz-se necessário entender a

figura:
 5. Esquema da crise do centralismo e a perda de centralidade econômica, política e simbólica dos centros urbanos. Elaborado a partir dos conceitos propostos por CASTELLS (1982) e PAIVA (2005).

centralidade do centro



- divisão social do trabalho
- concentração do poder
- acessibilidade
- hierarquização simbólica



- centralidade econômica
- centralidade política
- centralidade simbólica

crise no sistema do centralismo

- dinâmica da estrutura social
- rigidez das formas existentes



novas centralidades

centralidade econômica

- novos eixos de expansão linear
- especialização do setor terciário

centralidade política

- transferência da administração
- intervenções pontuais

centralidade simbólica

o novo em detrimento do antigo



deslocamento

recursos

funções

memória

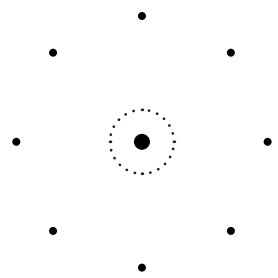




figura:
6. A Praça do
Ferreira e a Coluna
da Hora em 1934.
Arquivo Nirez.

situação desses vazios específicos em relação a sua localização na cidade, ou seja, a sua centralidade. CASTELLS (1982) define quatro elementos que configuram essa condição de centralidade do centro: (i) a espacialização da divisão social do trabalho, que diz respeito à diferenciação espacial do centro com relação às atividades exercidas no local; (ii) “a concentração de atividades, de recursos econômicos e do poder de decisão tanto público quanto privado” (CASTELLS, 1982 apud. PAIVA, 2005, p.68); (iii) a acessibilidade relacionada ao sistema de transportes atrelada ao processo de expansão urbana; (iv) a hierarquia simbólica, uma vez que o centro releva-se como um espaço carregado de significação. Tais elementos constituem a centralidade econômica, política e simbólica do centro. A respeito dessa caracterização, verifica-se que os centros tradicionais das metrópoles brasileiras vêm passando, ao longo dos anos, por um processo de degradação que compromete a sua condição de centralidade, o que CASTELLS (1982) denomina como “crise no sistema do centralismo” (Fig.5). Esta crise se estabeleceu pelo descompasso entre a dinâmica da estrutura social que instituiu novas demandas e a rigidez das formas existentes no Centro. Essas novas demandas se traduzem em novas centralidades, visto os modelos de planejamento urbano que incitam a metropolização, a urbanização de áreas mais abastadas e a mudança dos padrões de ocupação do território, determinantes para uma configuração de uma cidade polinucleada e espacialmente segregada.

Em casos como o de Fortaleza, é possível perceber que o surgimento das novas centralidades está associado a uma série de deslocamentos, tanto de recursos, como de funções, e de memória do Centro para outras porções da cidade. PAIVA (2005) sistematiza

esses deslocamentos a partir da ideia de perda da centralidade econômica, política e simbólica.

Vale pontuar que essas perdas foram desencadeadas pelo agenciamento de três atores: Poder Público, classes de alta renda e o mercado imobiliário. Mediante um processo de expansão linear, comum às metrópoles brasileiras a partir da década de 1960, as classes de alta renda começam a migrar para áreas contíguas ao centro, consolidando um novo tecido urbano. Trata-se da perda do valor de troca da terra no centro, devido à sua defasagem acerca dos novos padrões de ocupação que demandam os novos modelos de cidade contemporânea, sob a ação dos que detêm poder, ou seja, das classes mais abastadas. Esse deslocamento é validado pelo domínio do Estado com a injeção de investimentos em acessibilidade e infraestrutura urbana que possibilitam esse movimento, o que coincide com o interesse do setor imobiliário de explorar novas terras. Essa tríplice aliança que objetiva uma terra mais valorizada, em todos os sentidos, reitera ainda mais as disparidades socioeconômicas.

Em Fortaleza não foi diferente, a partir da década de 1970, o Centro passou pelos processos anteriormente descritos, com o surgimento de um novo eixo de expansão ao longo da Av. Santos Dumont na zona leste, materializado no bairro Aldeota. Vale ressaltar que esse processo de expansão se inicia nos anos 1930, com a construção de casas em bairros como Jacarecanga, Joaquim Távora, Benfica e Bairro de Fátima, mas, que pode ser percebido de forma mais intensa nos anos 1970, inclusive do ponto de vista simbólico, com a demolição da Coluna da Hora da Praça do Ferreira (Fig.6) em 1968, o que marca os novos rumos da cidade. Nas décadas seguintes, a

figura:

7. Vista aérea de Fortaleza em 2009, onde é possível ver a sua expansão urbana. IBGE.



expansão deu-se em direção à zona sudeste, com a construção do Shopping Iguatemi, Centro de Convenções e Universidade de Fortaleza (PAIVA, 2005). O novo padrão de ocupação do lote não era mais compatível com o padrão fundiário obsoleto do Centro, o que incitou ainda mais a ação do mercado imobiliário em encontrar novos eixos de propagação.

Com relação a perda da centralidade econômica, o Centro se desfaz das suas funções tradicionais e começa a abrigar atividades comerciais voltadas ao setor popular, além de concentrar também alguns serviços públicos, culturais e financeiros. No entanto, essa adaptação de usos não ocorre de modo planejado. À medida que as funções tradicionais são realocadas nas novas centralidades, o foco de investimentos públicos passa a ser direcionado a estes novos pólos, que geram novos fluxos urbanos. Nesse sentido, é perceptível a relação da concentração de poder nas camadas socioeconômicas mais altas e a espacialização desigual da divisão do trabalho, já que a decadência do Centro é vista, acima de tudo, como uma tomada, por parte do circuito econômico inferior, de uma região que anteriormente era voltada a uma classe social detentora do poder, que evidenciava a centralidade econômica da região. No entanto, o Centro tradicional continua tendo uma das maiores concentrações de fluxos urbanos, já que seu uso foi adaptado ao predomínio do setor terciário, que além de atrair a corrente de usuários, é, também, um dos maiores pontos de empregos, atendendo a maioria da população, especialmente a de baixa renda que, muitas vezes, não é contemplada com a infraestrutura necessária para atrair novas centralidades em seus locais de residência.

Ainda sob essa ótica, é possível analisar que

a perda da centralidade política foi acentuada no Centro de Fortaleza, mediante esforços do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, sob a justificativa simplória da incompatibilidade da área com a complexidade burocrática da administração pública, em realocar edifícios institucionais em regiões que acompanhassem os eixos de crescimento imobiliário da capital:

[...] o Governo do Estado transferiu definitivamente suas instalações administrativas para uma área periférica da cidade (Cambéba), completando sua fuga parcial anterior para o Bairro da Aldeota, migração acompanhada pela Assembléia Legislativa, Câmara dos Vereadores [...] O golpe final se refere à sede do Poder Judiciário, com a transferência do Fórum Clóvis Beviláqua para a Av. Washington Soares, esboço de uma “nova centralidade”

— PAIVA, 2005:75

Nesse ínterim, a manutenção do patrimônio edificado e do espaço público no Centro é significativamente reduzida, o que desencadeia um processo de adaptação das estruturas existentes às novas demandas de uso, para continuar em atividade. Isso acaba por descaracterizar a identidade cultural e histórica dos edifícios e dos espaços, contribuindo para a decadência simbólica do centro urbano.

Cabe salientar que, diante de todos esses processos, a história do crescimento urbano de Fortaleza está calcada no conceito da criação de uma cidade moderna e progressista, em detrimento da manutenção da memória e da história local, materializada nos edifícios históricos. A construção de prédios institucionais nas novas centralidades e o abandono e a decadência conferidos ao repertório histórico dos edifícios do Centro corroboram com esse



figura:

8. Rua Guilherme Rocha, esquina da Broadway, no fim da década de 1950. IBGE.

conceito, distanciando da realidade e do cotidiano a imagem da cidade de Fortaleza.

Entendendo os fatores que contribuem para a delimitação dos vazios urbanos, como os processos de perda de função, do uso e, conseqüentemente, da ocupação, frutos dos modos predatórios da produção do espaço intra-urbano e da urbanização desigual, é possível observar como esta sucessão de fatores se materializou no Centro de Fortaleza, resultando na perda de suas centralidades.

Apesar de toda a decadência conferida aos centros urbanos das metrópoles brasileiras ao longo dos anos, reconhece-se sua importância histórica e simbólica como pontos estratégicos e, assim, uma nova etapa começa a se delinear com relação a estas regiões: a busca por intervenções que possam recuperar todo o potencial tradicional.

Diante do contexto contemporâneo de incentivo ao consumo, a expansão no número de shopping centers nas novas centralidades motivou a “recuperação” do centro urbano através da transformação de edifícios históricos em espaços de varejo moderno, como também a contemplação de uma diversidade maior de usos voltados à cultura e ao lazer. Medidas pontuais no Centro de Fortaleza, como o complexo do Centro de Turismo do Ceará (EMCETUR), o Sobrado Doutor José Lourenço e o Museu da Indústria materializam as tentativas citadas.

Além disso, com o advento do Estatuto das Cidades em 2001 e os instrumentos que viabilizariam a recuperação de edifícios vazios ou subutilizados para a população de baixa renda, a região do Centro passa a ser foco de atração para o nicho da habitação, já que

seu potencial é enxergado pelo Poder Público, pelo mercado imobiliário e pelos proprietários de imóveis, que teriam que cumprir a função social de suas propriedades. Um reflexo desses eventos dá-se com o aumento populacional comparando os censos (IBGE) de 2000 e 2010, seguindo o vetor de crescimento rumo aos bairros nobres Meireles e Aldeota e, principalmente, o lançamento de novos empreendimentos imobiliários na região mais periférica do bairro, enquanto que no miolo central, onde há um predomínio do comércio, nota-se sinais de diluição (RODRIGUES, 2013).

Uma tentativa significativa de aposta no potencial habitacional do Centro foi desenvolvida em 2009 no Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza no âmbito do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, do Ministério das Cidades. Este plano, coordenado pelo escritório Piratininga Arquitetos Associados, foi definido a partir de dois tipos de intervenção, as difusas e as estratégicas. As difusas abrangem a totalidade do território, a partir de diretrizes mais gerais, e as estratégias, mais substanciais, focam em setores mais problemáticos. Essa abordagem se distancia um pouco da lógica de acupuntura urbana. Outro mérito do plano é a proposição do uso massivo de diversas edificações abandonadas e subutilizadas, previamente analisadas, para fins habitacionais. Apesar de ainda não ter sido implementado, o Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza segue como exemplo de uma intervenção que estimula a ocupação dos vazios urbanos.

Além disso, mais recentemente, a Prefeitura Municipal de Fortaleza tem voltado suas ações para a elaboração de planos estratégicos

figura:

9. Registro fotográfico de visita ao Centro de Fortaleza em novembro de 2018. Michaela Alves.



a curto, médio e longo prazo. Um exemplo claro é o conjunto de propostas compiladas no Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040, que prevê intervenções que buscam requalificar o Centro. O escopo inicial para a atuação no centro urbano está calcado na requalificação, povoamento, conservação e tombamento de edifícios históricos. Tais medidas são almejadas a partir da inserção de novos bairros ao perímetro do Centro, nos limites leste, oeste e norte, com a previsão de incremento populacional de 80.000 habitantes (FORTALEZA, 2016).

Ainda sobre o Fortaleza 2040, a intervenção do Poder Público daria subsídios para a instalação de equipamentos comunitários, manutenção e requalificação de espaços livres e uma nova rede viária, centrada no uso do transporte coletivo, além do recebimento de algumas sedes administrativas, o que de fato já vem ocorrendo, a exemplo da instalação do Observatório de Fortaleza, órgão ligado ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), também localizado no bairro.

Todavia, é importante que tais medidas aconteçam de forma integrada e não apenas de maneira pontual e isolada, sem fragmentação do zoneamento. Deve-se evitar que estas políticas sejam pautadas nas parcerias com capital imobiliário, que almeja atrair olhares externos, globais, ignorando toda a problemática socioeconômica do planejamento urbano e se distanciando cada vez mais dos reais problemas que a cidade enfrenta.

Por fim, é fundamental reconhecer a importância da memória e do simbolismo do Centro e todo o simbolismo que ela representa para os moradores de Fortaleza. As intervenções devem respeitar seu potencial como

centralidade política, econômica e, sobretudo, buscar a sua inserção nos novos fluxos de crescimento da cidade de forma igualitária.

por uma nova interpretação

Possivelmente, uma resposta para essa pergunta seja se distanciar de uma abordagem mais racionalizadora, quando o modo de intervir não considera as potencialidades intrínsecas aos vazios, convertendo-os, sob os argumentos de renovação, regeneração, revitalização e reabilitação próprios dos discursos globais, em espaços “lisos e brilhantes,” que não guardam nenhum tipo de vínculo com a memória do lugar. Borde (2012) pontua sobre a contribuição de Solà-Morales (1996) e Clichevsky (2002) nessa discussão:

Retomando a analogia estabelecida entre wasteland e terrain vague em função da sua apropriação cultural, compreende-se o alerta de Solà-Morales para que eles não sejam simplesmente reordenados à trama eficiente e produtiva da cidade, cancelando valores que seu vazio e sua ausência tinham, ‘pelo contrário, é este vazio e ausência que devem ser preservados a todo custo’ (Solà-Morales, 1996). Mas os aspectos positivos não residem apenas na incorporação de espaços de liberdade à cidade, mas também na possibilidade de reverter a iniquidade social de acordo com as políticas públicas implementadas (Clichevsky, 2002).

— BORDE, 2012:205

Do ponto de vista prático, entendendo a importância política de interferir nesses espaços, vale ressaltar, por exemplo, o paradoxo entre o déficit habitacional inferior



figura:
10. Futuro
Anunciado,
instalação de
Filipe Acácio, em
seu exercício de
permanência no
litoral de Fortaleza,
2017. Filipe Acácio.

nota:

6. Corresponde às ideias de renovação, regeneração, revitalização, reabilitação. In: Andréa de Lacerda Pessoa Borde (org.). *Vazios Urbanos: percursos contemporâneos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: RioBooks, 2012.

ao número de domicílios vagos existentes em Fortaleza, que é comum também a outras cidades brasileiras. Logo, os vazios urbanos do Centro se mostram como uma possível alternativa para sanar este tipo de demanda, uma vez que se encontram em uma área com boa infraestrutura, porém, subaproveitada.

Mas, o risco desses “reurbanismos”⁶ (BORDE, 2012), para além da questão habitacional, é a caracterização de uma “cidade genérica”, explicitada por Rem Koolhaas, quando a cidade de despe de qualquer tipo de identidade, ou seja, “se ficar velha, simplesmente autodestrói-se e renova-se” (KOOLHAAS, 2014, p.35). Dessa maneira, configuram-se espaços construídos para o consumo, onde se confundem contornos públicos e privados, o que se alinha à ideia de “não-lugar” desenvolvida por Marc Augé: “um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história” (AUGÉ, 1994, p.119).

A fuga da construção desses lugares idênticos, comuns a qualquer parte da cidade e do mundo, talvez encontre guarida no virtuoso discurso de Teixeira (2010), que pauta a consolidação da condição de vazio urbano para compor a paisagem contemporânea:

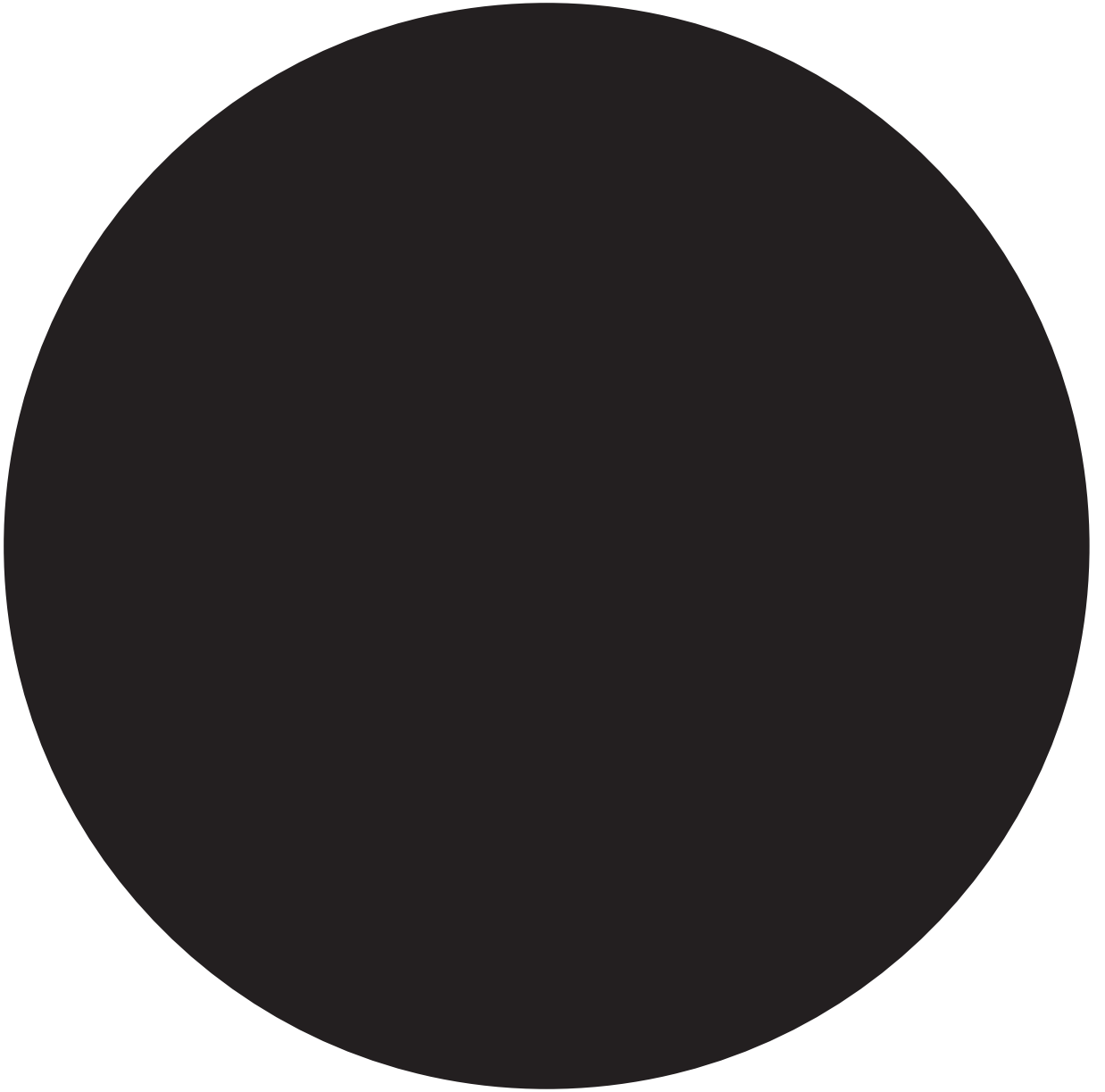
Talvez aceitar o caráter inorgânico da arquitetura seja o mesmo que aceitar a colaboração das coisas orgânicas, tomando partido do que é inesperado, do que é discutível ou do que é perigoso. Na contramão, de todas as apologias do determinado e do previsível, poderíamos aceitar um espaço urbano ou um edifício assim como ele está, para depois perguntar, parafraseando Kahn, “o que ele quer ser”.

Patrocinando sua evolução, testando sua adaptabilidade e incentivando sua abertura.

— TEIXEIRA, 2010:115

É preciso, portanto, uma reinvenção da arquitetura e do urbanismo, que lide com e junto desses homens lentos, que consiga apreender os espaços opacos que estão à margem da luz dominante, e que possa compreender as memórias pertencentes ao território. Tudo isso, a fim de pautar decisões racionais alternativas e, agora, talvez mais democráticas, não obstante contraditórias, com o intuito de reaprender o ser e o fazer cidade.

ocupação



A palavra ocupação tem grande peso quando se pensa na produção da cidade contemporânea, sua carga semântica geralmente está associada ao ato de ocupar imóveis vagos ou áreas precárias da cidade por parte dos movimentos sociais que pautam a questão do direito à moradia. São grupos de pessoas que, ou por não se ajustarem à lógica da cidade formal ou não serem assistidos pelas parcas políticas públicas habitacionais existentes no país, acabam buscando abrigo nas áreas negligenciadas pelos que detêm poder. Assim, ocupar antecede e reivindica politicamente a efetivação do morar.

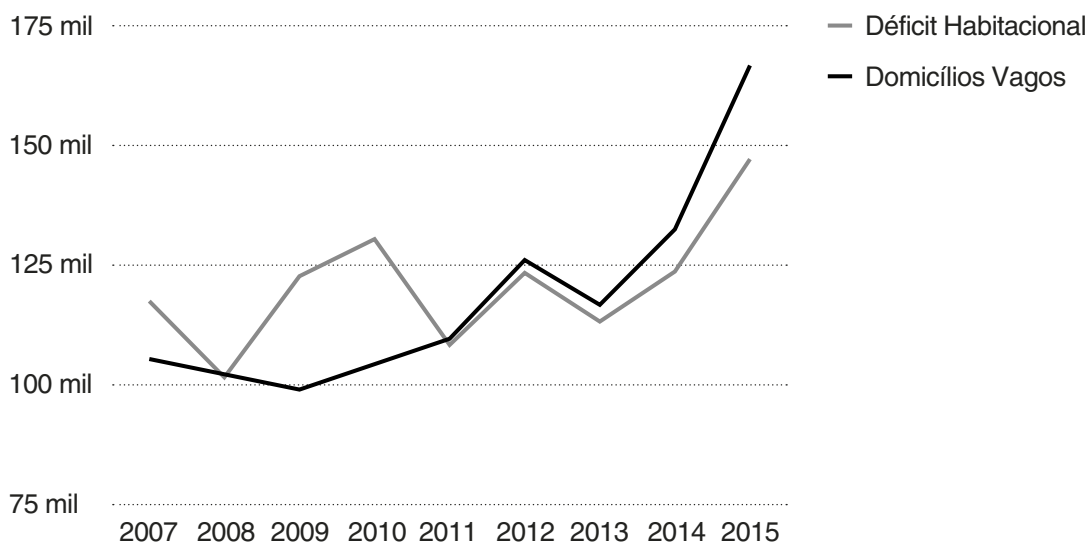
Os vazios urbanos existentes nas áreas centrais são cenários recorrentes dessas ocupações, em virtude da grande concentração de edificações abandonadas, caracterizadas por uma aparência decadente - janelas quebradas, pichações, danos nos revestimentos das fachadas, etc. - assim como pela presença de instalações hidrossanitárias e elétricas defasadas. Isso consolida o quadro de degradação associado à essas estruturas obsoletas e, por conseguinte, associado à população pobre e vulnerável que as ocupam.

Nessas condições, essa população, por vezes estigmatizada pelo senso comum como meros invasores de propriedade privada, sofre diversas consequências decorrentes do ato de ocupar, visto que, para serem viabilizadas, as ocupações comumente demandam adaptações em suas instalações prediais, assim como a improvisação de materiais para a divisão dos ambientes, o que está longe de uma condição digna de habitação. Isso demonstra a urgência de uma solução para o problema do déficit habitacional no âmbito das ocupações, devido os inúmeros riscos aos quais os moradores estão expostos, a exemplo do desabamento

figura:
11. Escombros do
Edifício Wilton Paes.
Paulo Whitaker
(REUTERS).



figura:



12. Gráfico de Déficit Habitacional versus Domicílios Vagos entre 2009 e 2015 na Região Metropolitana de Fortaleza. Elaborado a partir dos dados coletados pela Fundação João Pinheiro (2009-2015).

do Edifício Wilton Paes de Almeida no Centro de São Paulo em 2018 (Fig.11), que estava ocupado por famílias organizadas pelo Movimento de Luta dos Sem Moradia (MLSM).

Segundo a mais recente pesquisa sobre déficit habitacional realizada pela Fundação João Pinheiro, o valor absoluto do déficit habitacional em 2015 na Região Metropolitana de Fortaleza corresponde a 147.111 mil domicílios, dos quais 144.057 mil, ou 97,92%, estão localizados nas áreas urbanas e 3.055 mil encontram-se na área rural, o que relacionado à mesma pesquisa do ano de 2007, equivale a um aumento de 29.647 mil domicílios, ou 20,15%, em áreas urbanas e rurais. Em contraposição, a pesquisa mencionada aponta um aumento de 61.284 mil domicílios vagos no mesmo intervalo de tempo, totalizando 166.662 mil domicílios vagos em 2015 (Fig.12). Logo, como em outras metrópoles brasileiras, os vazios urbanos de Fortaleza, concentrados em grande parte na área central, mostram-se como uma possível alternativa para sanar a demanda habitacional, o que ganha força e legitimidade com as ocupações de iniciativa popular.

Por isso esse trabalho entende ocupação como a apropriação dos vazios a fim da efetivação de direitos, de acordo com a sabedoria, mesmo que nas condições mais precárias, dos menos favorecidos, como pontua Paulo Mendes da Rocha⁷:

E tá tudo feito, ou melhor, tá tudo muito mais possível com uma certa liberdade, digamos. É uma espécie de regência de recursos que já estavam lá. O quê que é uma orquestra, não é? Ao mesmo tempo chama atenção pruma forma muito interessante de construção da cidade, além da coisa absolutamente nova, que é o que se chama a ocupação, a

transformação do mesmo lugar numa outra coisa. Fora que essas ocupações de prédios na área central pra habitação popular, como a inteligência do povo promove o confronto com a evidência do absurdo. Com a falta de habitação que nós temos, como é que pode haver um prédio abandonado no centro da cidade? Então, você vê que a essência do que se chama urbanismo é política.

— ROCHA, P. M., 2017

Não se trata de uma romantização da resolução do problema por parte dos movimentos sociais, admitindo a isenção de responsabilidade do Poder Público em relação a falácia do déficit habitacional, mas a consideração de uma possível solução, que em algum momento possa extrapolar o campo da micropolítica e alçar novos horizontes, com a sistematização, por meios de incentivos públicos, de mecanismos de ocupação e apropriação do edifício à cidade.

do edifício

Partindo da escala do edifício, é possível vislumbrar exemplos representativos de “projetos de ocupação” desenvolvidos em edificações abandonadas ou subutilizadas, uma questão “da ordem do dia” na atuação do arquiteto e urbanista. Além da reutilização de estruturas obsoletas, como resposta imediata ao tema da sustentabilidade característico da prática contemporânea, o referencial projetual relevante a este trabalho permeia outras nuances da ideia de ocupar um edifício, pautando também a abertura dos programas arquitetônicos, em busca de espaços menos funcionalizados e mais convidativos à apropriação dos usuários, espaços de liberdade (Fig.13).

nota:

7. O seguinte trecho é um excerto de entrevista concedida por Paulo Mendes da Rocha à TV Globo na ocasião de inauguração do SESC 24 de Maio.

figura:

13. Instalação do Circo Piolin no Belvedere do MASP, croquis de Lina Bo Bardi, 1972. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.



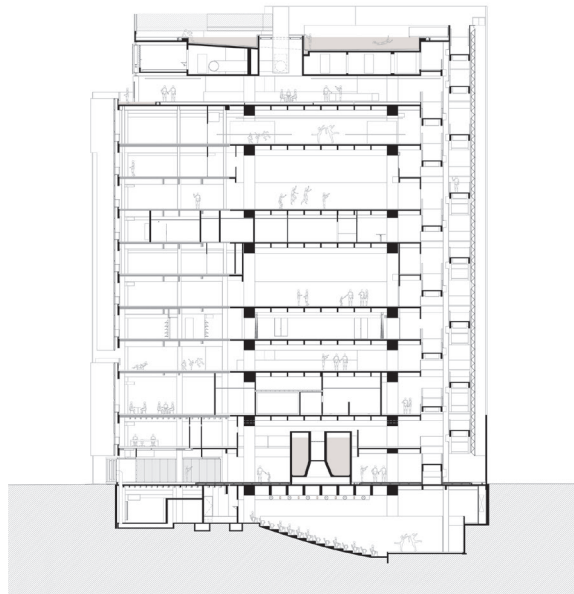


figura:

14. SESC 24 de Maio, Paulo Mendes da Rocha + MMBB, 2000-2017. Foto do autor.

15. Seção do SESC 24 de Maio, Paulo Mendes da Rocha + MMBB, 2000-2017. MMBB.

O SESC 24 de Maio, projetado por Paulo Mendes da Rocha e pelo escritório MMBB Arquitetos, é significativo por dar uso ao prédio da antiga sede da Mesbla no Centro de São Paulo - com massivas modificações construtivas e organizacionais necessárias a um equipamento desse porte - como uma reivindicação do privilégio de ocupar uma área tão emblemática da cidade. Dessa forma, o edifício funciona como uma extensão da cidade, como praças verticalizadas conectadas por ruas-rampas que vão desde o teatro até a piscina (Fig.14) (Fig.15).

Outro projeto que pode ser destacado é a reforma e a posterior ampliação do Palais de Tokyo, estrutura de 1937 abandonada por décadas em Paris, capitaneada pelo escritório francês Lacaton & Vassal. Conhecidos por sua ética arquitetônica de construção de espaços generosos com o menor custo possível, o projeto, conforme Vassal, “pedia quase nada.” No entanto, a intervenção triplicou a área original do edifício histórico, totalizando agora 22.000 metros quadrados destinados ao programa de museu de arte contemporânea, baseado na economia e na modéstia dos materiais e na beleza dos espaços. Outro ponto importante a ser ressaltado do Palais de Tokyo é a recusa à neutralidade excessiva comuns aos museus, ao cubo branco, além da indefinição proposital de percursos, dando autonomia ao usuário (Fig.16) (Fig.17).

Em uma escala menor mas não menos importante, cita-se o projeto Amnésias Topográficas II, de Carlos M. Teixeira e Louise Ganz, que explora o potencial espacial das palafitas sob os prédios característicos do Bunitos, bairro bastante montanhoso de Belo Horizonte. Essa intervenção temporária consistia de um corredor em espiral que

fazia às vezes de teatro para a encenação do espetáculo Nômades, do grupo Armatrux. Dessa forma, sem nenhuma hierarquia entre palco e platéia, o público pode experimentar a livre exploração dos vazios antes inacessíveis e distantes da rua (Fig.18) (Fig.19).

da cidade

Alcançando a escala da cidade, em que os edifícios são vistos mais como articuladores do espaço urbano, fez-se necessário o estudo de algumas referências que ousam adentrar essa nova escala e colocar em debate questões como o conflito público x privado, a maior coerência de intervenções mais abrangentes e menos pontuais e isoladas, a manutenção de espaços públicos em áreas degradadas e invisíveis da cidade, e o fomento a uma nova forma de enxergar o espaço urbano, para além da sua vivência pautada na violência institucionalizada.

O primeiro exemplo é o projeto para o 33º Panorama de Arte Brasileira, proposto pelo escritório paulista Grupo SP. Trata-se de um ensaio para a locação de um novo Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), em um movimento de retorno ao centro antigo da cidade, de onde o museu se originou. Nesse deslocamento, o museu se divide em cinco pontos representativos do Centro de São Paulo, quer seja um edifício de importância histórica que se encontra vazio ou uma esquina de intenso movimento pelos transeuntes. Dessa forma, o museu urbano e difuso, como defendem os autores, torna-se efetivamente mais aberto a toda população (Fig.20) (Fig.21) (Fig.22).

O antigo Restaurante Coaty, projetado por Lina Bo Bardi em 1987, ganhou vida novamente

figura:

16. Reforma e Ampliação do Palais de Tokyo, Lacaton & Vassal, 2012-2014. Philippe Ruault.

17. Seção perspectivada da Reforma e Ampliação do Palais de Tokyo, Lacaton & Vassal, 2012-2014. Lacaton & Vassal.

18. Amnésias Topográficas II, Carlos M. Teixeira e Louise Ganz, 2004-2005. Eduardo Eckenfels.

19. Esquema do projeto Amnésias Topográficas II, Carlos M. Teixeira e Louise Ganz, 2004-2005. Vazio SA.

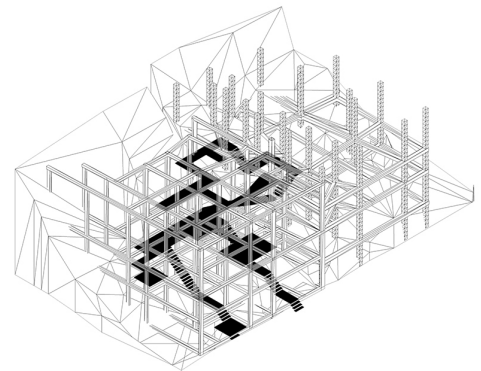
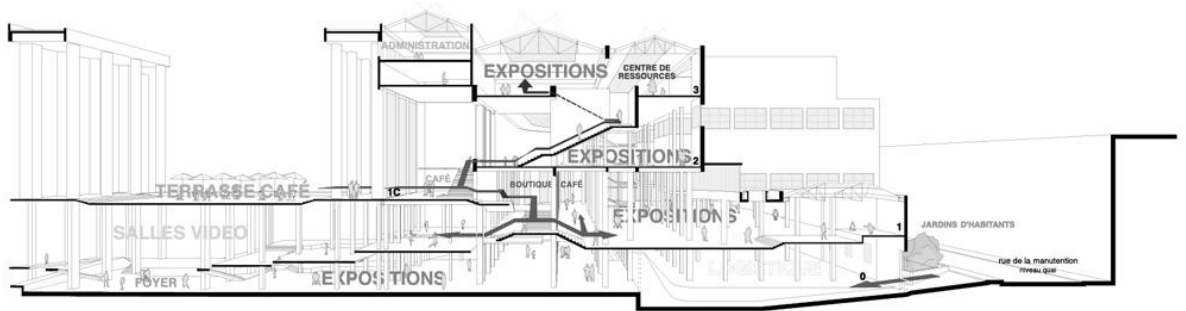




figura:
 20. 33º Panorama da Arte Brasileira (MAM), Grupo SP, 2013. Grupo SP.
 21. 33º Panorama da Arte Brasileira (MAM), Grupo SP, 2013. Grupo SP.
 22. Implantação do 33º Panorama da Arte Brasileira (MAM), Grupo SP, 2013. Grupo SP.
 23. Ocupação Coaty, Projeto Ativa, 2016. Projeto Ativa.



pela Ocupação Coaty, ocupação artística promovida pelo coletivo Projeto Ativa, que tinha a intenção de “dar vida ao esquecido”, como afirmou a produtora cultural e artista visual Lanussi Pasquali. Dessa forma, para ativar a Ladeira da Misericórdia, acesso histórico entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta de Salvador que ficou fechado por um longo período de tempo, os artistas se empenharam em criar uma programação cultural diversificada que proporcionasse ao público conhecer as intervenções de Lina em parceria com João Filgueiras Lima, que já foram respostas dos arquitetos à subutilização da área nos anos 1980, mas agora, tendo o Coaty como ponto de partida (Fig.23).

arquitetura



figura:
24. Registro fotográfico de visita ao Centro de Fortaleza realizada em setembro de 2018. Foto do autor.

percurso e dissolução

Das derivas⁸ e permanências realizadas no Centro de Fortaleza, o recorte da intervenção começou a ser esboçado, objetivando a escolha de edifícios abandonados ou subutilizados aptos a receber usos públicos. Nas visitas, constatou-se a recorrente presença de edificações nessa situação nos arredores da Praça do Ferreira e da Praça dos Voluntários, nas bordas do bairro. Do mapeamento a partir de dados coletados e levantados em campo, observou-se que na porção norte do Centro há uma maior concentração de vazios (Fig.25), o que consolidou a área da proposta previamente apreendida na deriva.

Dessa forma, revelou-se um eixo norteador do qual a ação propositiva toma partido. Nesse eixo, perpendicular a Rua Dr. João Moreira, corredor de relevância patrimonial, foram escolhidos cinco edifícios que, além da condição de abandono ou subutilização, são marcos urbanos de diferentes períodos e configuram um percurso (Fig.27).

Construído em 1931, o Excelsior Hotel é o edifício escolhido mais antigo e possui uma enorme carga simbólica na memória de quem frequenta o Centro de Fortaleza, pois se encontra em uma das esquinas da Praça do Ferreira, pujante área de encontros na cidade. Atualmente, o antigo hotel está subutilizado, uma vez que abriga lojas e salas comerciais apenas nos dois primeiros pavimentos e sazonalmente é utilizado como palco para apresentações voltadas à praça. Com estrutura mista (concreto armado e alvenaria autoportante), seus elementos originais encontram-se, em sua maioria, preservados, com alguns acréscimos no terraço e nas esquadrias das fachadas,

nota:

8. O termo "deriva" está relacionado ao ato de deslocar-se na cidade de forma livre, aberta e irracional, conforme acreditava o pensador situacionista Guy Debord. In: Teoria da deriva. Tradução de Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Revista Óculum, Campinas, n. 4, 1993, p.26-29.

figura:
25. Mapa de concentração dos vazios urbanos no Centro de Fortaleza. Elaborado sobre base de RODRIGUES (2013).

- quadras
- praças
- vazios
- concentração de vazios

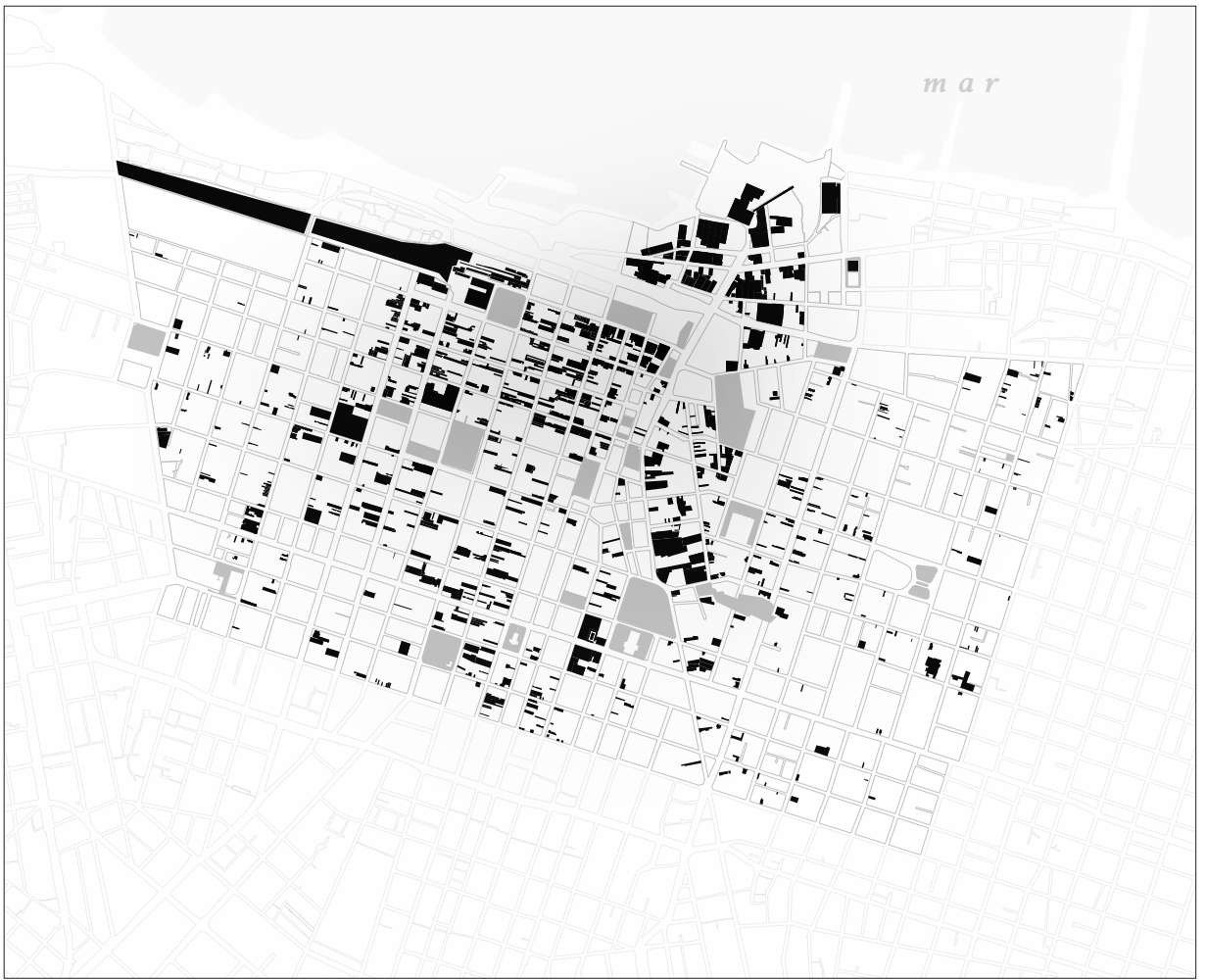
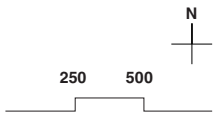


figura:
26. Mapa de classificação dos vazios urbanos no Centro de Fortaleza. Elaborado sobre base de RODRIGUES (2013).

- quadras
- praças
- lotes vazios
- subutilizados
- desocupados

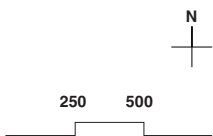




figura:
27. Percurso e
edifícios escolhidos.

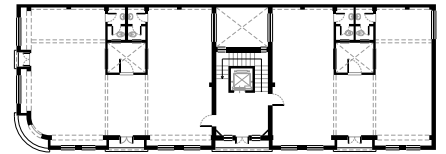
01



Edifício Ventura

Ano de construção: 1950
Arquitetura: Desconhecida
Função original: Comercial
Situação atual: Subutilizado

Localização: Esquina da Rua Major
 Facundo com Rua Castro e Silva



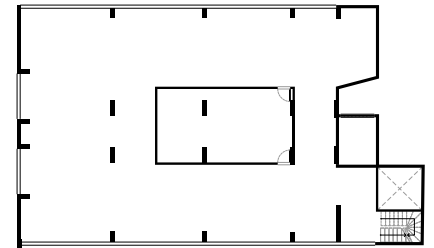
02



Edifício Banespa

Ano de construção: 1970
Arquitetura: Desconhecida
Função original: Institucional
Situação atual: Abandonado

Localização: Esquina da Rua Major
 Facundo com Rua Senador Alencar



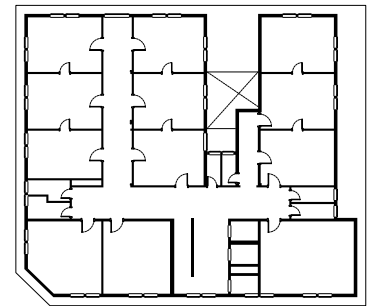
03



Edifício Jangada

Ano de construção: 1948
Arquitetura: Sylvio Jaguaribe Ekman
Função original: Institucional
Situação atual: Subutilizado

Localização: Esquina da Rua Major
 Facundo com Rua Senador Alencar



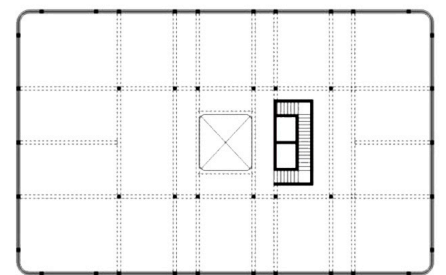
04



Palácio do Comércio

Ano de construção: 1940
Arquitetura: Georges Henry Munier
Função original: Institucional
Situação atual: Subutilizado

Localização: Esquina da Rua São Paulo
 com Rua Floriano Peixoto



05



Excelsior Hotel

Ano de construção: 1931
Arquitetura: Desconhecida
Função original: Hoteleira
Situação atual: Subutilizado

Localização: Esquina da Rua Guilherme
 Rocha com Rua Major Facundo

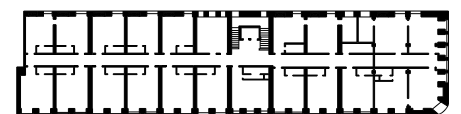




figura:
28. Interior do
Excelsior Hotel.
Amura Al Houch.



figura:
29. Interior
do Palácio do
Comércio. Foto do
autor.

nota:

9. O art déco, que teve sua eclosão na França em 1925 em uma exposição de artes decorativas, disseminou-se por diversos países da Europa, tendo especial acolhida nos Estados Unidos e em toda a América Latina, incluindo o Brasil.

porém, em mau estado de conservação.

Os edifícios Ventura, Jangada e Palácio do Comércio são de outro período, do começo da década de 1940 ao começo da década de 1950, e compartilham traços pratoracionalistas, associados à estética *art déco*⁹ disseminada por todo país àquela época. Deve forma, os três edifícios conformam um interessante conjunto preservado, que mantém suas características originais, e está em bom estado de conservação. O Edifício Ventura e o Edifício Jangada encontram-se subutilizados, com uso somente no pavimento térreo, o primeiro com uma loja de artigos de papelaria e o último com um restaurante e uma agência de empréstimos.

O último edifício escolhido é a antiga sede do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) em Fortaleza. Inaugurado em 1970, a edificação moderna se destaca na paisagem pelo seu gabarito e por estar completamente abandonado nos dias atuais. Além disso, está em péssimo estado de conservação, com quase nenhuma esquadria original, relevante característica que garantia ritmo às fachadas, restando apenas o seu esqueleto estrutural e o revestimento externo em mármore.

Posto isso, a intervenção proposta concebe os edifícios como articuladores do espaço urbano, tensionando também o debate entre público e privado, a maior conexão entre as intervenções e o fomento a uma nova forma de experimentar a cidade, com seus "homens lentos", suas "opacidades" e suas "rugosidades". Dessa forma, surge o percurso proposto, que conecta dois pontos relevantes do Centro de Fortaleza, a Praça do Ferreira e o Passeio Público, e compreende cinco vazios a serem reformados (Fig.30).

A arquitetura manifesta-se para e a partir de uma leitura urbana, com a dissolução dos edifícios, conforme assinala Ângelo Bucci:

O edifício desfeito, que corresponde ao edifício de funções explodidas, disperso em vários edifícios ou, melhor dizendo, edifícios desfeitos para construir cidade.

— BUCCI, 2010:40

Os usos propostos para esses vazios seguem uma lógica de reativação da área central mais factível a curto e médio prazo, por meio de programas institucionais e culturais, e em diversas escalas, desde uma intervenção mais sutil, em apenas um pavimento do edifício, até uma intervenção mais incisiva, em toda a edificação. Trata-se, pois, da proposição de um novo cenário, para impulsionar de forma mais intensa o uso habitacional do Centro, considerando a abrangência do conceito de habitar.

Além disso, os mecanismos de ocupação almejados pela proposta estão distantes da ideia de espaços funcionalizados, ou codificados, os cenários são projetados como um convite à diversidade de apropriações. Tschumi discorre sobre como a busca incessante pelo código mais exclui do que inclui:

A arquitetura tem sido transformada frequentemente em uma sequência de regras estabelecidas, de códigos prescritivos que definem não somente o que deveriam ser os edifícios, mas também nossas relações com eles – isto é, como eles são usados e que tipos de atividades e de prazer eles deveriam amparar. Ademais, no domínio do uso urbano, a reprodução do código leva a replicações de relações sociais estabelecidas da cidade. Estas,

como sabemos, excluem mais que incluem e se empenham, sempre, em mascarar essas exclusões sob a bandeira da unidade [...]

— TSCHUMI, 1994:12

Vale pontuar também que, apesar de não ter como foco a questão do patrimônio, nenhuma intervenção proposta compromete a leitura da integridade dos edifícios, uma vez que se tratam de construções antigas.

Assim, há um percurso, com uma escola oficina, uma praça vertical, uma casa aberta, um salão mirante e uma galeria teatro.

figura:
30. Mapa do percurso. Elaborado sobre base da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2010).

- quadras
- percurso
- praças
- pontos de intervenção
- edificações relevantes

1. Santa Casa de Misericórdia
2. Associação Comercial do Ceará
3. Museu da Indústria
4. Catedral
5. Sobrado Dr. José Lourenço
6. Correios
7. Banco Frota e Gentil
8. Banco do Brasil
9. Centro Cultural Banco do Nordeste
10. Museu do Ceará
11. Igreja do Rosário
12. Academia Cearense de Letras
13. Cine Teatro São Luiz



cenários possíveis

As intervenções de mudança de usos e mobilidade ao longo do percurso conectam a escala do edifício à escala da cidade. Em primeiro plano, os térreos públicos se tornam expansões dos passeios e marcam a transição entre espaço externo e espaço interno. As diretrizes de intervenção privilegiam os caminhos a pé: as fachadas ativas, a proposta de uma via compartilhada sobre a Rua Major Facundo e o adensamento da arborização de todas as vias do percurso.

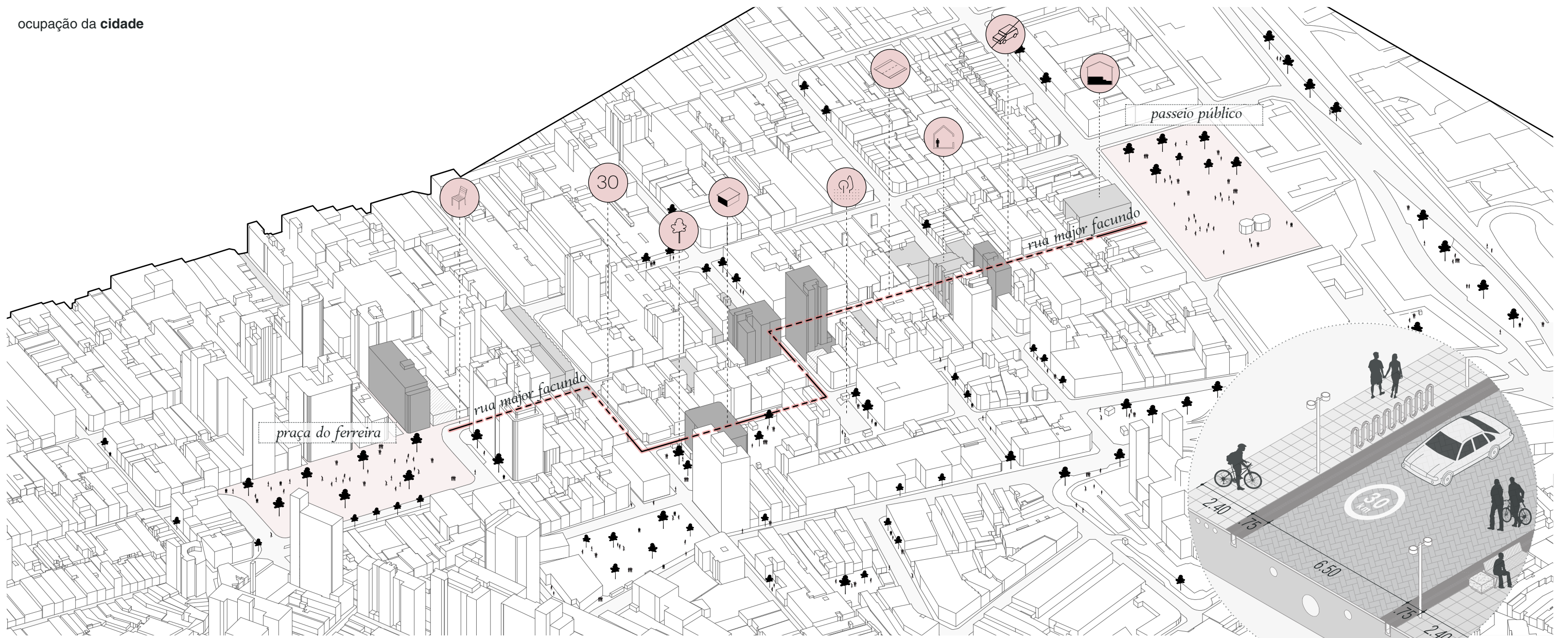
Os caminhos devem receber mobiliário urbano e sinalização com comunicação visual, salientando o objetivo de (re) conexão entre as praças, com ênfase no conjunto conformado pelo Palácio do Comércio, Banco do Brasil e Correios.

A via compartilhada proposta tem velocidade regulamentada de até 30km/h, faixa de rolamento reduzida e nivelada com os passeios, fiação enterrada e pavimentação padronizada, com bloco de concreto intertravado.

figura:

31. Plano mestre com diretrizes para o recorte urbano.

ocupação da cidade



--- percurso proposto

- vazios utilizados na intervenção
- lotes utilizados na intervenção
- vazios não utilizados

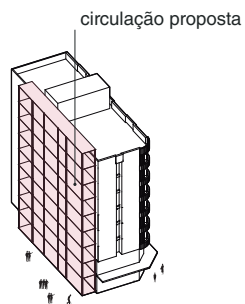
diretrizes:

- sinalização de percurso com mobiliário
- implementação de zona 30km/h (rua major facundo)
- adensamento de arborização
- retirada de fachadeiros de edificações históricas
- reconexão de praças com eliminação de estacionamento
- implementação de via compartilhada (rua major facundo)
- incentivo ao térreo público, como extensão do passeio
- eliminação de vagas de estacionamento nas vias
- reforma de vazios para uso habitacional ou institucional

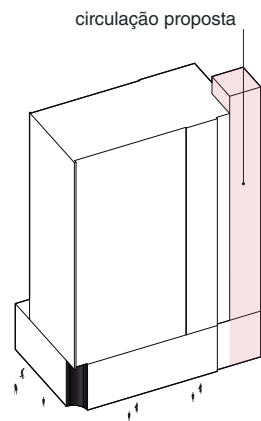
via compartilhada
rua major facundo

ocupação do edifício

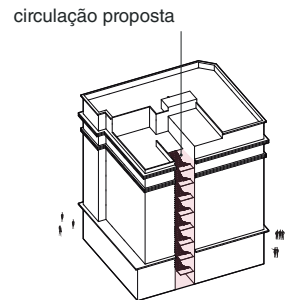
edifício ventura **escola oficina**



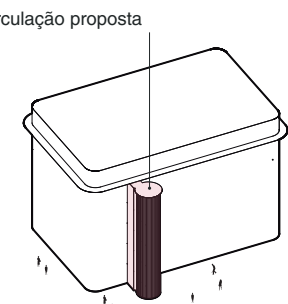
edifício banespa **praça vertical**



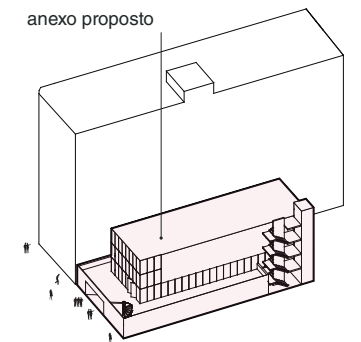
edifício jangada **casa aberta**



palácio do comércio **salão mirante**



excelsior hotel **galeria teatro**

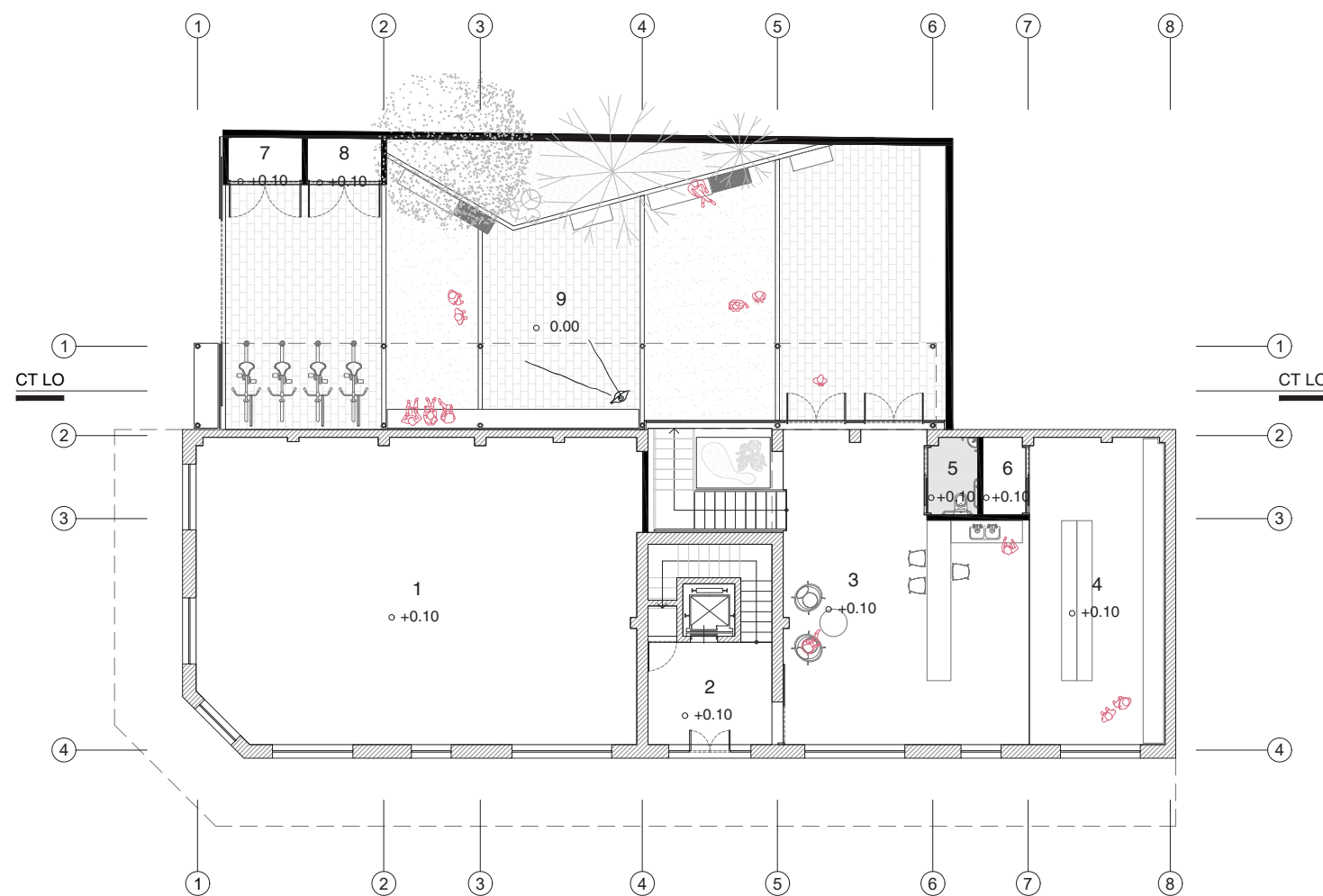


edifício ventura **escola oficina**

No Edifício Ventura, recomenda-se a instalação de uma escola oficina, com foco em diferentes faixas etárias. Em suas salas podem ocorrer desde aulas mais pragmáticas até oficinas temporárias, de acordo com a demanda do público. A intenção é que funcione, para além do suprimento das demandas imediatas do entorno, como um elo entre o Centro e as demais áreas da cidade, propiciando a vivência pelas pessoas desse e dos outros edifícios.

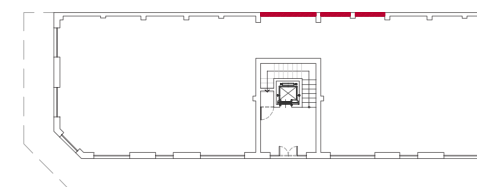
figura:
32. Edifício Ventura.
Michaela Alves,
manipulado pelo
autor.





01. Planta do Térreo.
Escola Oficina.
1:200

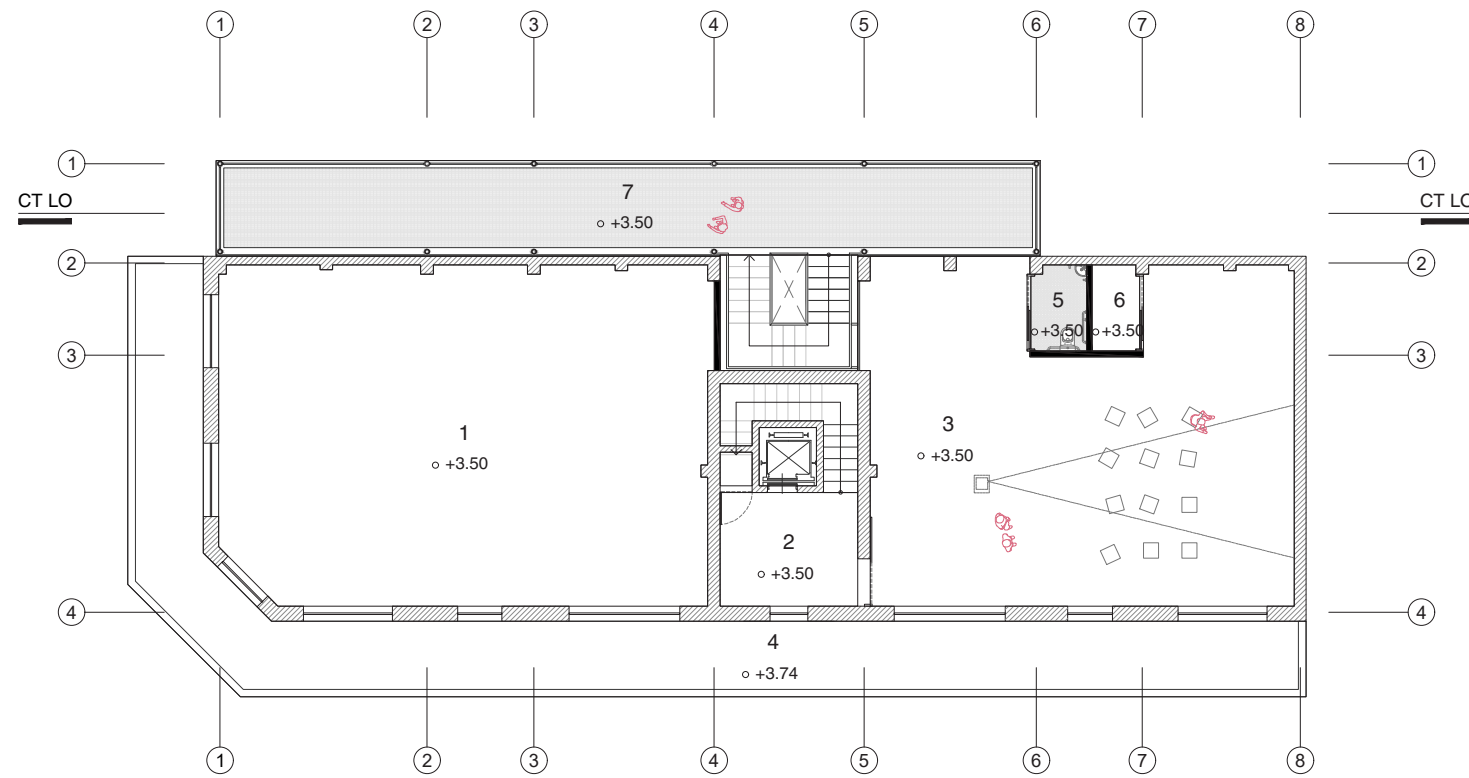
- 1. loja existente (115,50 m²)
- 2. hall de acesso (10,92 m²)
- 3. recepção (58,44 m²)
- 4. loja (35,86 m²)
- 5. sanitário (3,26 m²)
- 6. depósito (2,83 m²)
- 7. lixo (2,81 m²)
- 8. gás (2,81 m²)
- 9. jardim (170,35 m²)



02. Planta de Demolição do Térreo.
Escola Oficina.
1:500

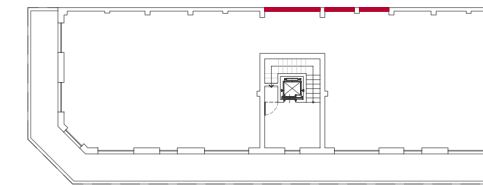
LEGENDA:

- ESTRUTURA EM CONCRETO EXISTENTE
- PAREDE EM ALVENARIA EXISTENTE
- ESTRUTURA EM CONCRETO
- PAREDE EM ALVENARIA
- PAREDE EM ALVENARIA A DEMOLIR

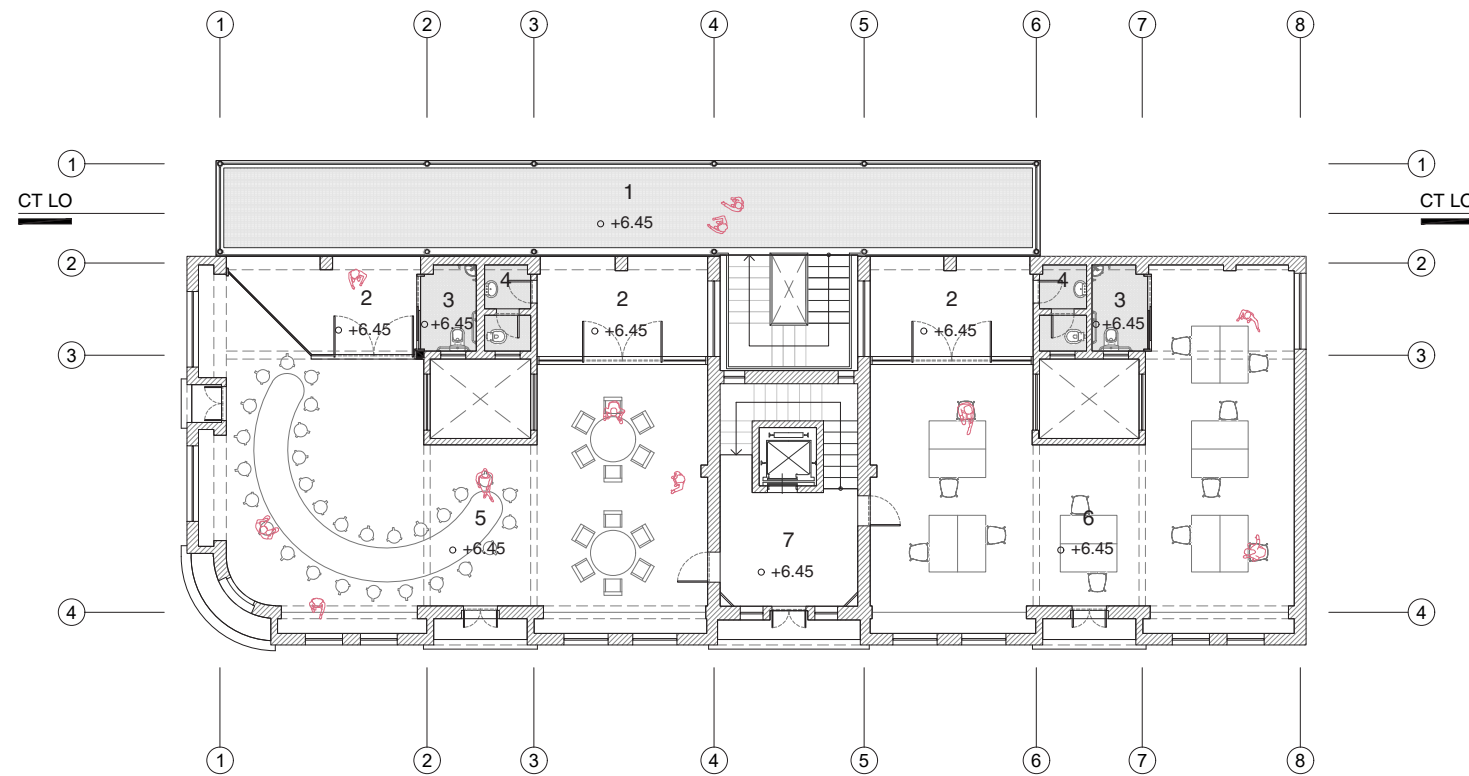


03. Planta do Mezanino.
Escola Oficina.
1:200

- 1. loja existente (115,50 m²)
- 2. circulação (10,92 m²)
- 3. sala de projeção (95,20 m²)
- 4. marquise (78,83 m²)
- 5. sanitário (3,26 m²)
- 6. depósito (2,83 m²)
- 7. circulação (55,14 m²)

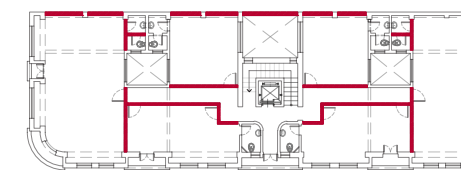


04. Planta de Demolição do Mezanino.
Escola Oficina.
1:500



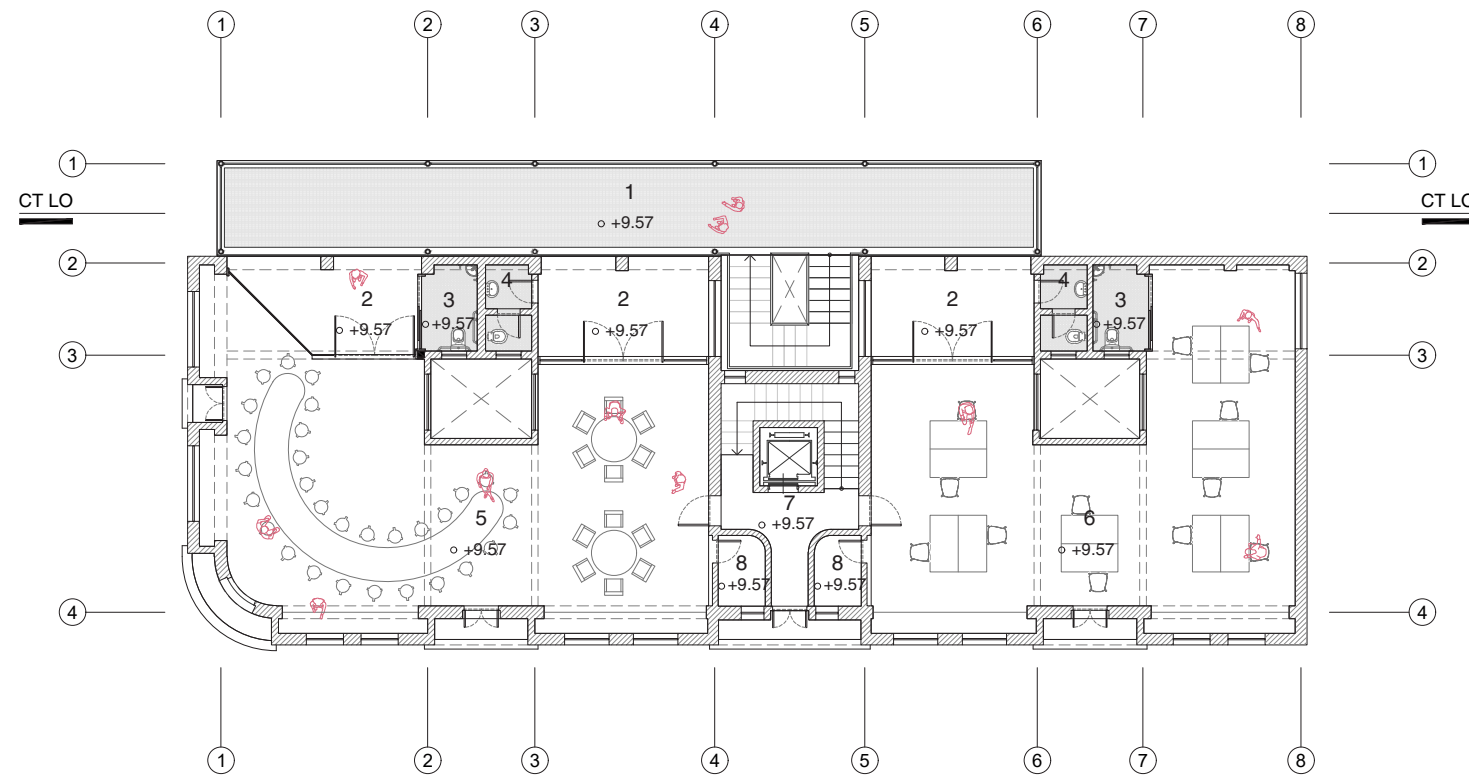
05. Planta do Pavimento Tipo (1º ao 4º).
Escola Oficina.
1:200

- 1. circulação (55,10 m²)
- 2. hall (33,44 m²)
- 3. sanitário adaptado (3,20 m²)
- 4. sanitário (2,80 m²)
- 5. sala oficina 1 (88,10 m²)
- 6. sala oficina 2 (81,00 m²)
- 7. circulação (11,87 m²)



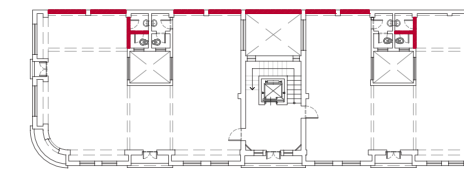
06. Planta de Demolição do Pavimento Tipo (1º ao 4º).
Escola Oficina.
1:500



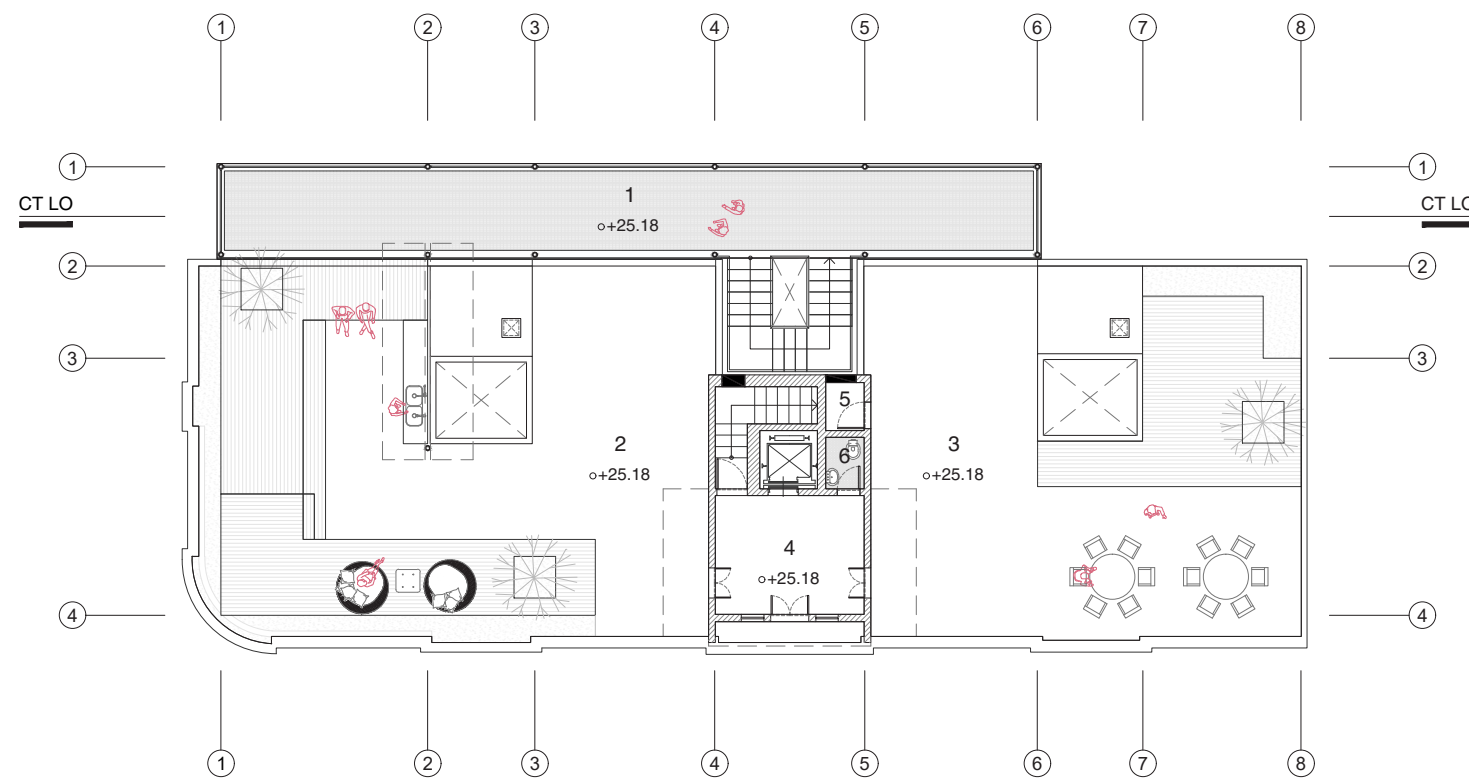


07. Planta do 5º e 6º Pavimento.
Escola Oficina.
1:200

1. circulação (55,10 m²)
2. hall (33,44 m²)
3. sanitário adaptado (3,20 m²)
4. sanitário (2,80 m²)
5. sala oficina 1 (88,10 m²)
6. sala oficina 2 (81,00 m²)
7. circulação (6,60 m²)
8. depósito (4,56 m²)



08. Planta de Demolição do 5º e 6º Pavimento.
Escola Oficina.
1:500



09. Planta do Terraço.
Escola Oficina.
1:200

1. circulação (55,10m²)
2. terraço 1 (122,12 m²)
3. terraço 2 (100,05 m²)
4. circulação (12,37 m²)
5. apoio (1,30 m²)
6. sanitário (1,37 m²)

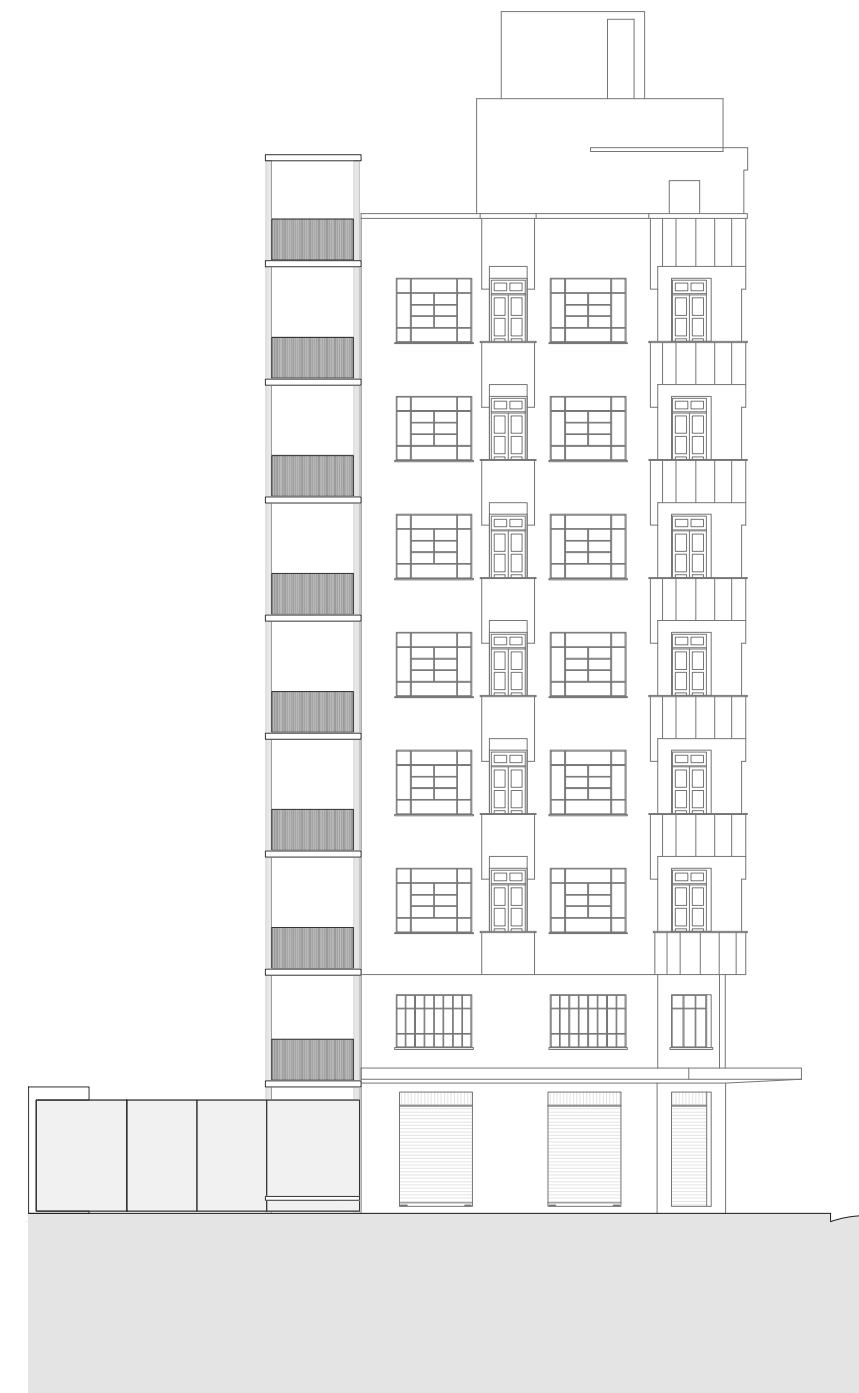
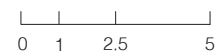


10. Planta de Demolição do Terraço.
Escola Oficina.
1:500





11. Corte Longitudinal LO.
Escola Oficina.
1:200



12. Elevação Noroeste.
Escola Oficina.
1:200







perspectiva interna do jardim

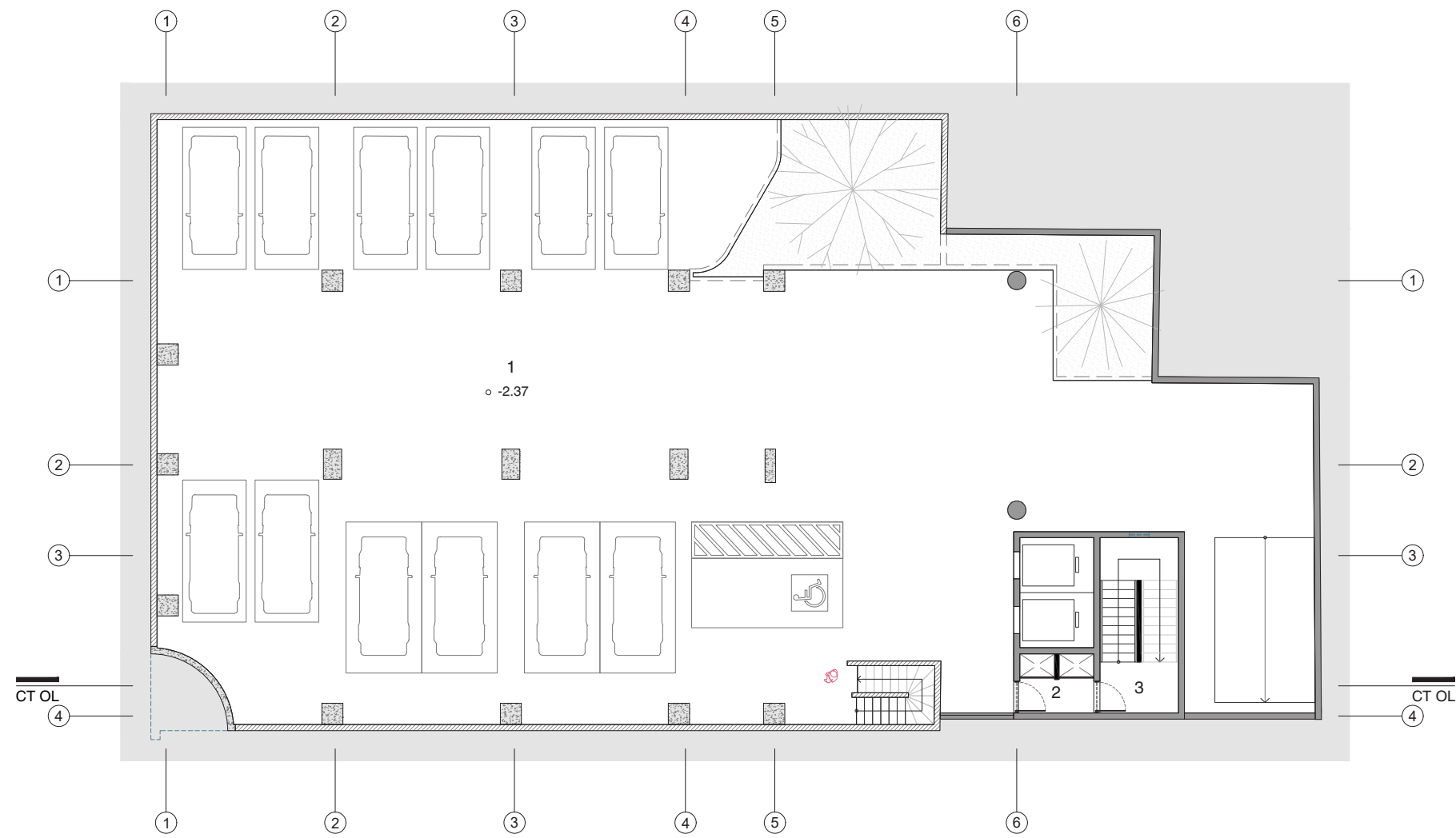
imagem realizada em conjunto com Mirella Raposo

edifício banespa **praça vertical**

No antigo Edifício do BANESPA, propõe-se a criação de uma praça vertical, com ambientes voltados a práticas esportivas, com a instalação de quadras na cobertura do prédio, intercalados com espaços de descanso, para contemplação e relaxamento dos futuros usuários. Ainda com a intenção de explorar a flexibilidade proporcionada pelo esqueleto estrutural do edifício modernista, sugere-se rasgos nas lajes, para criar ambientes com pé-direito duplo, que ora possam servir como áreas esportivas ou para disposição de instalações artísticas.

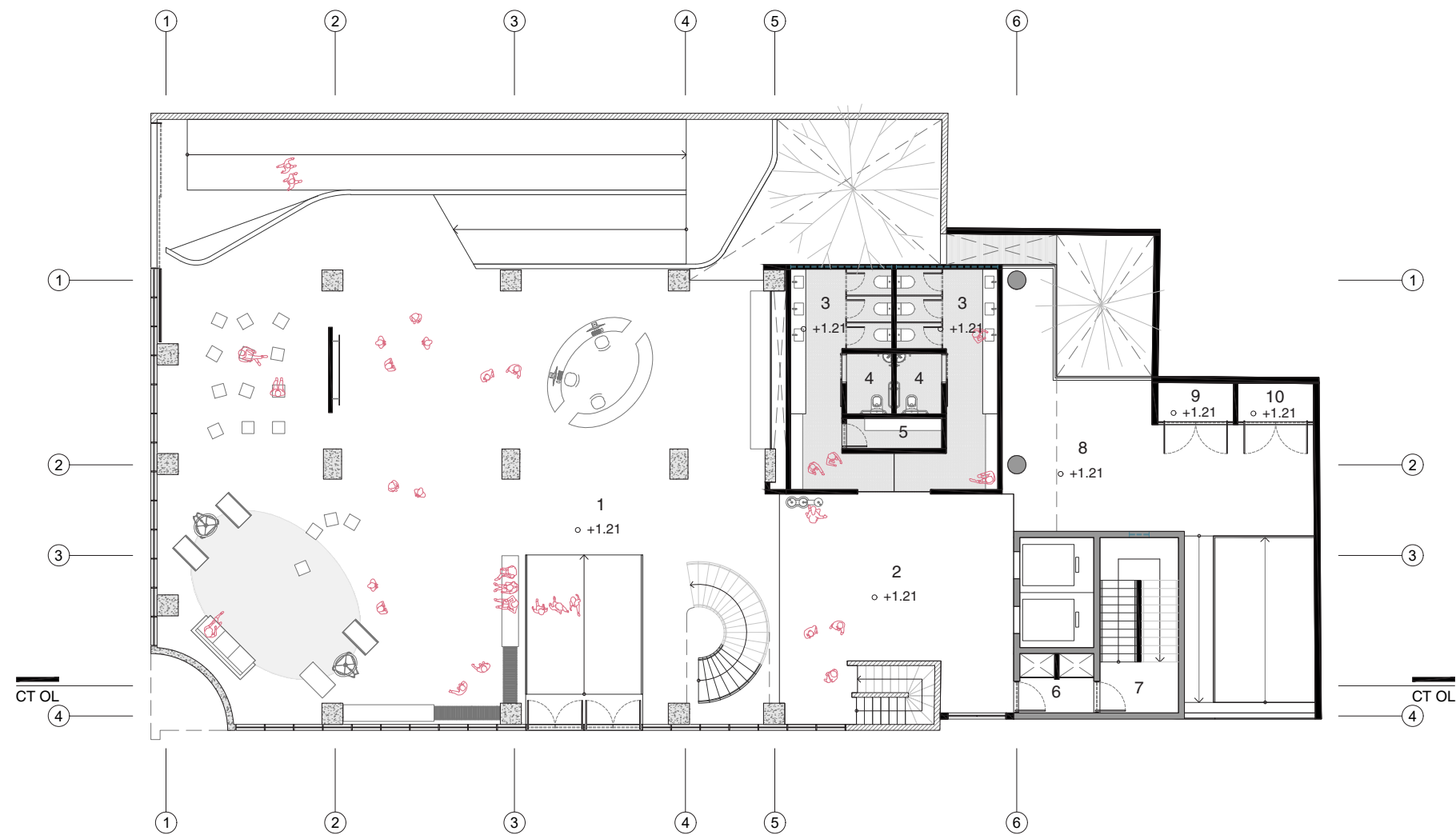
figura:
33. Edifício
BANESPA.
Michaela Alves,
manipulado pelo
autor.





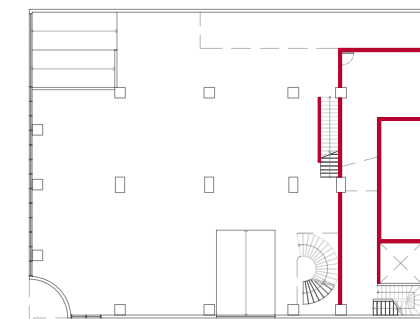
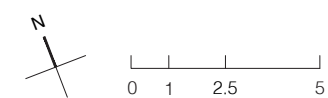
01. Planta do Subsolo.
Praça Vertical.
1:200

- 1. estacionamento
- 2. antecâmara
- 3. escada de incêndio

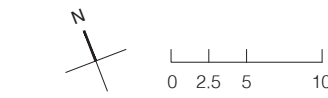


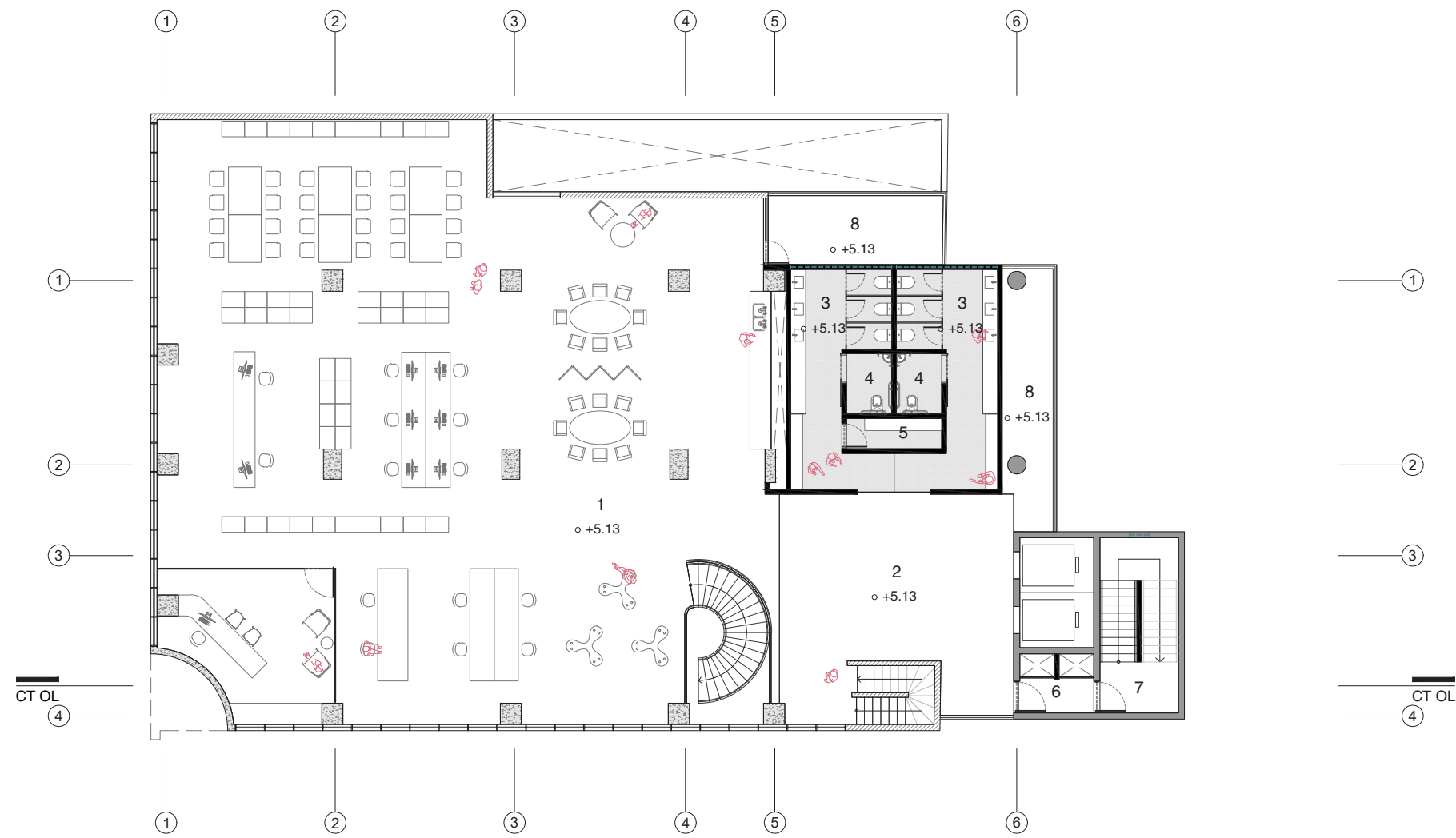
02. Planta do Térreo.
Praça Vertical.
1:200

- 1. recepção / praça 1
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dmi
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. área técnica
- 9. lixo
- 10. gás



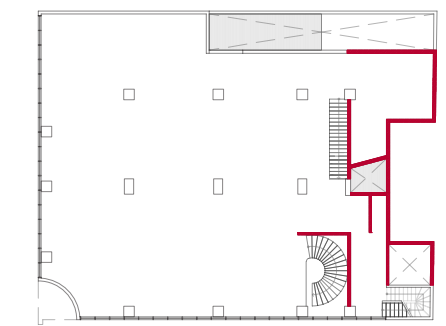
03. Planta de Demolição do Térreo.
Praça Vertical.
1:500



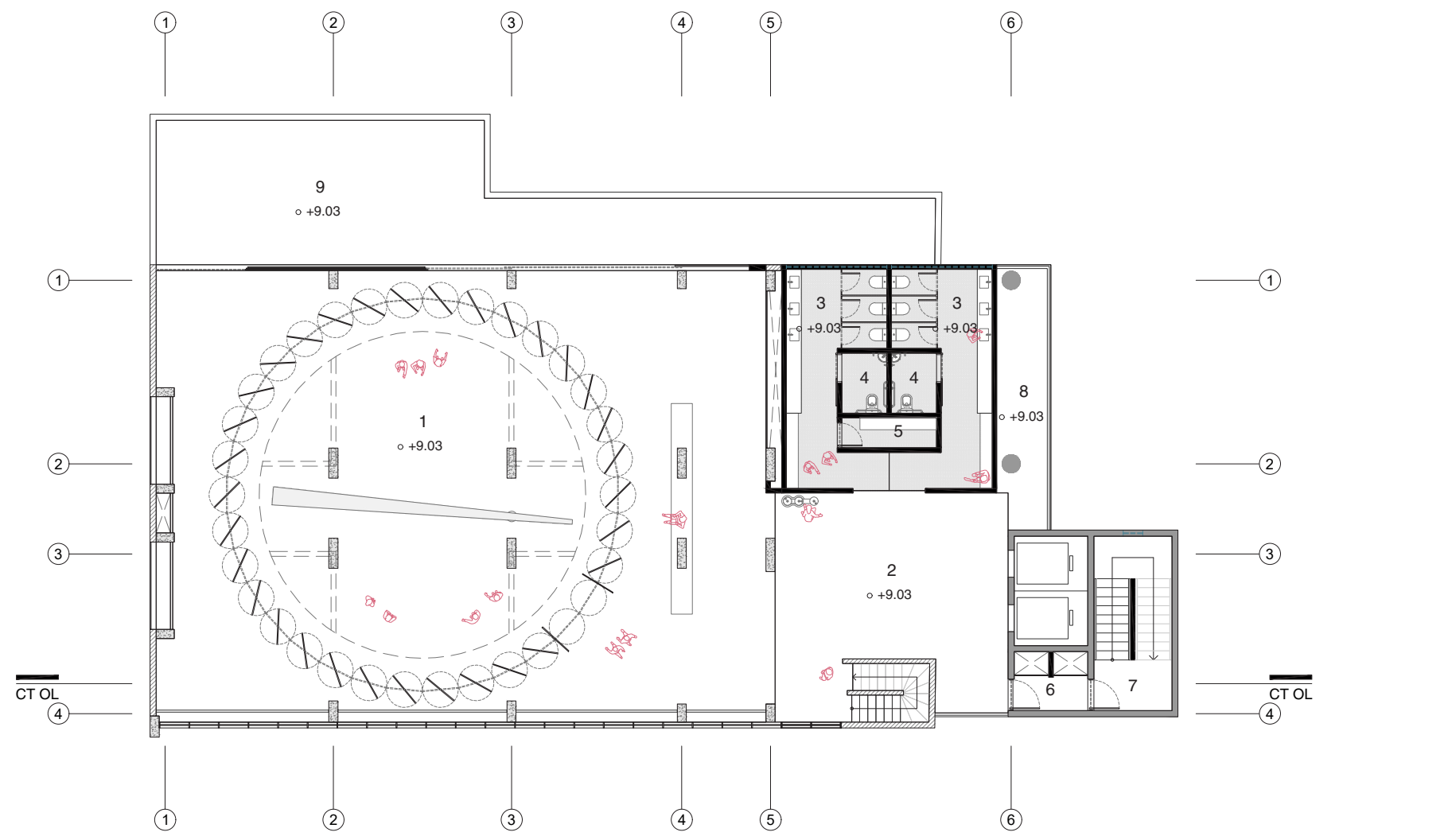


04. Planta do Mezanino.
Praça Vertical.
1:200

- 1. administração
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica

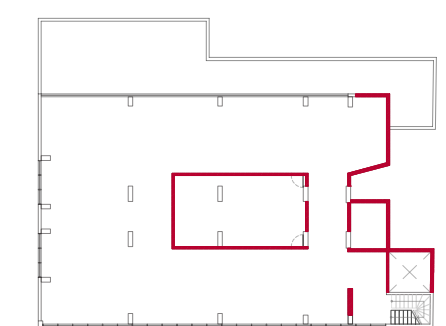
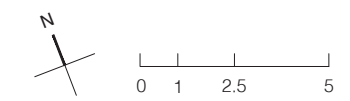


05. Planta de Demolição do Mezanino.
Praça Vertical.
1:500



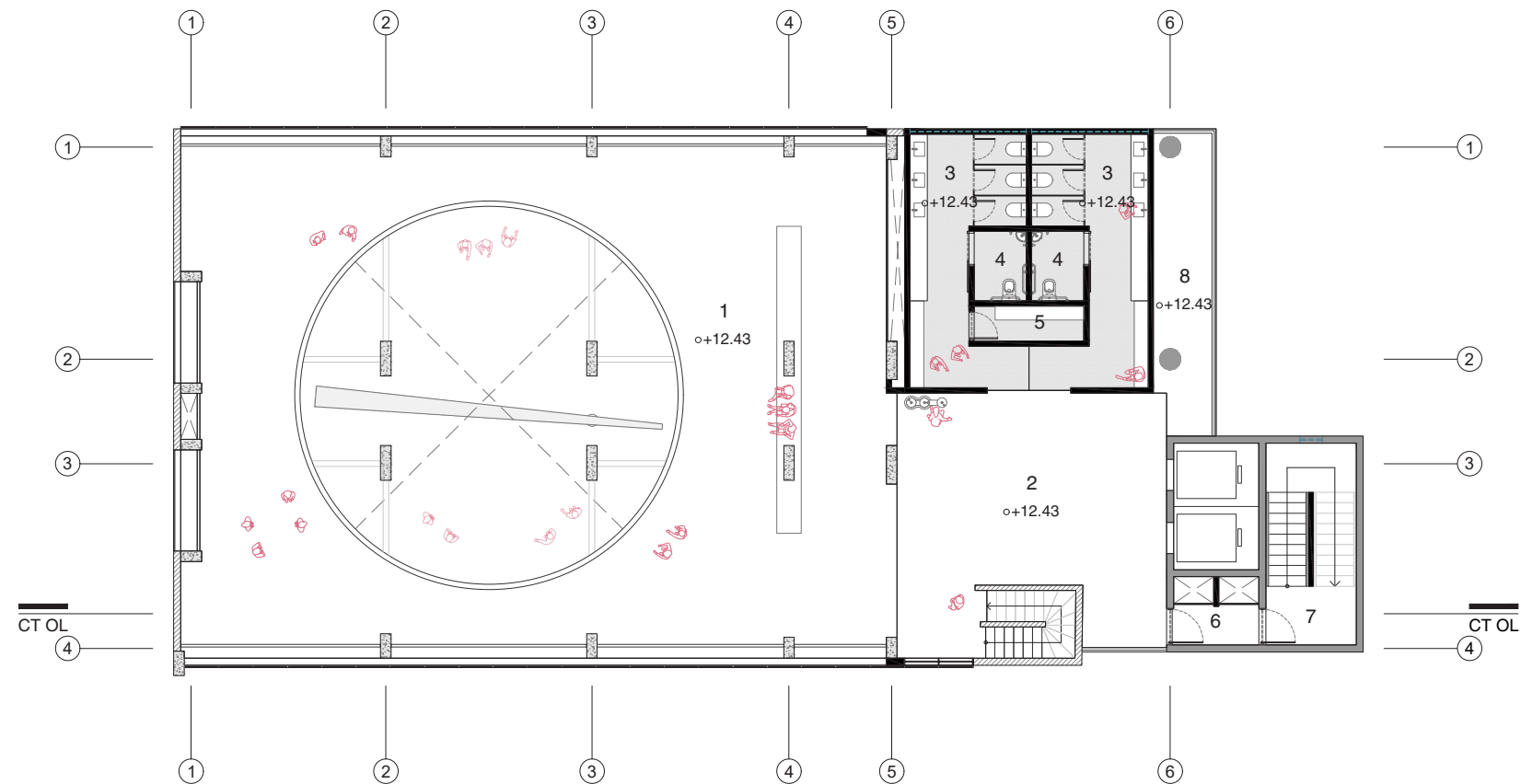
06. Planta do 1º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

- 1. galeria
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica
- 9. terraço



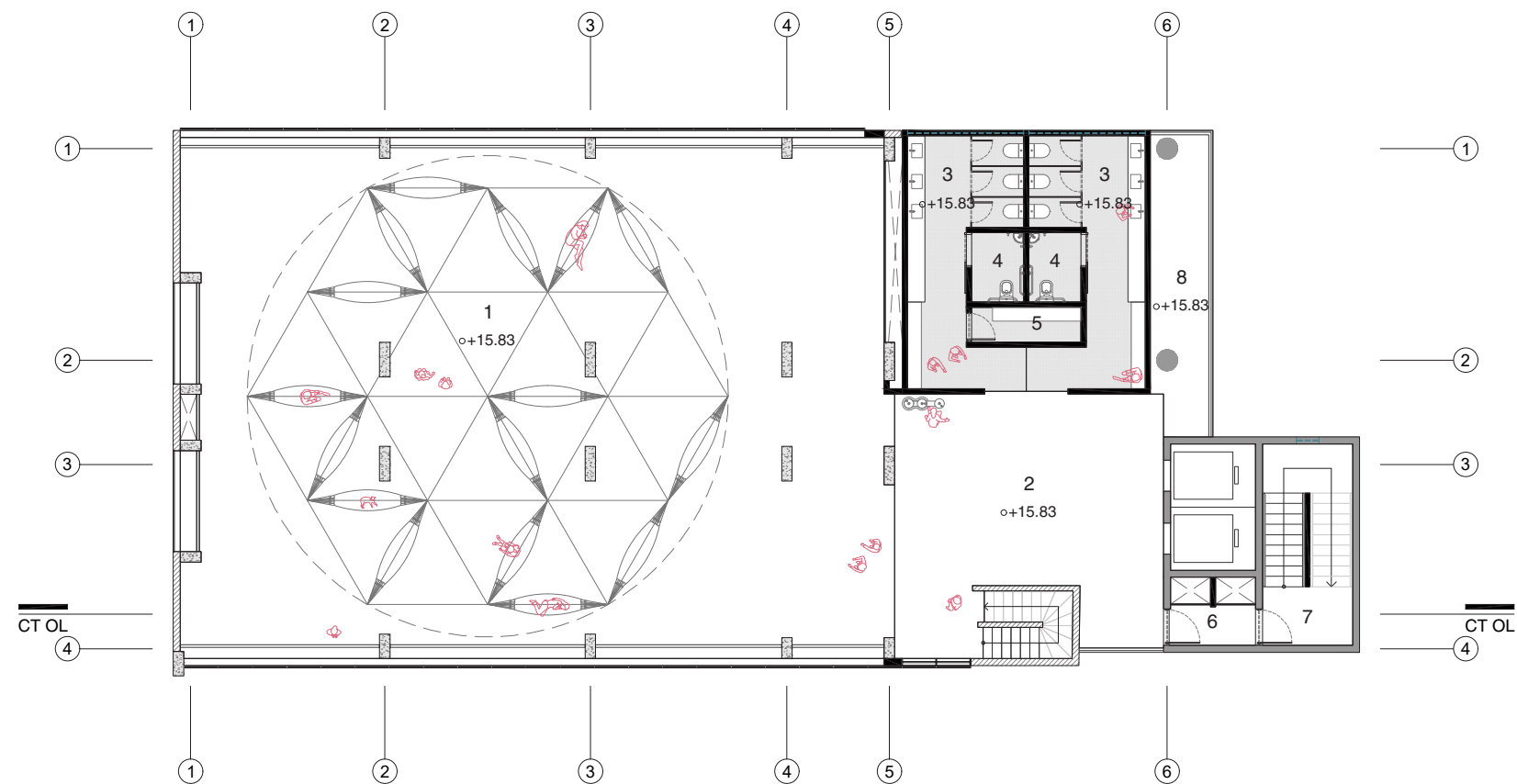
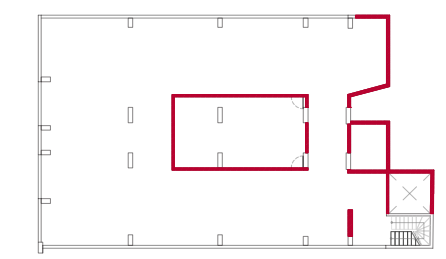
07. Planta de Demolição do 1º Pavimento.
Praça Vertical.
1:500





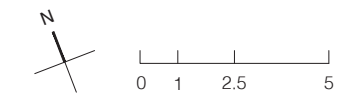
08. Planta do 2º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

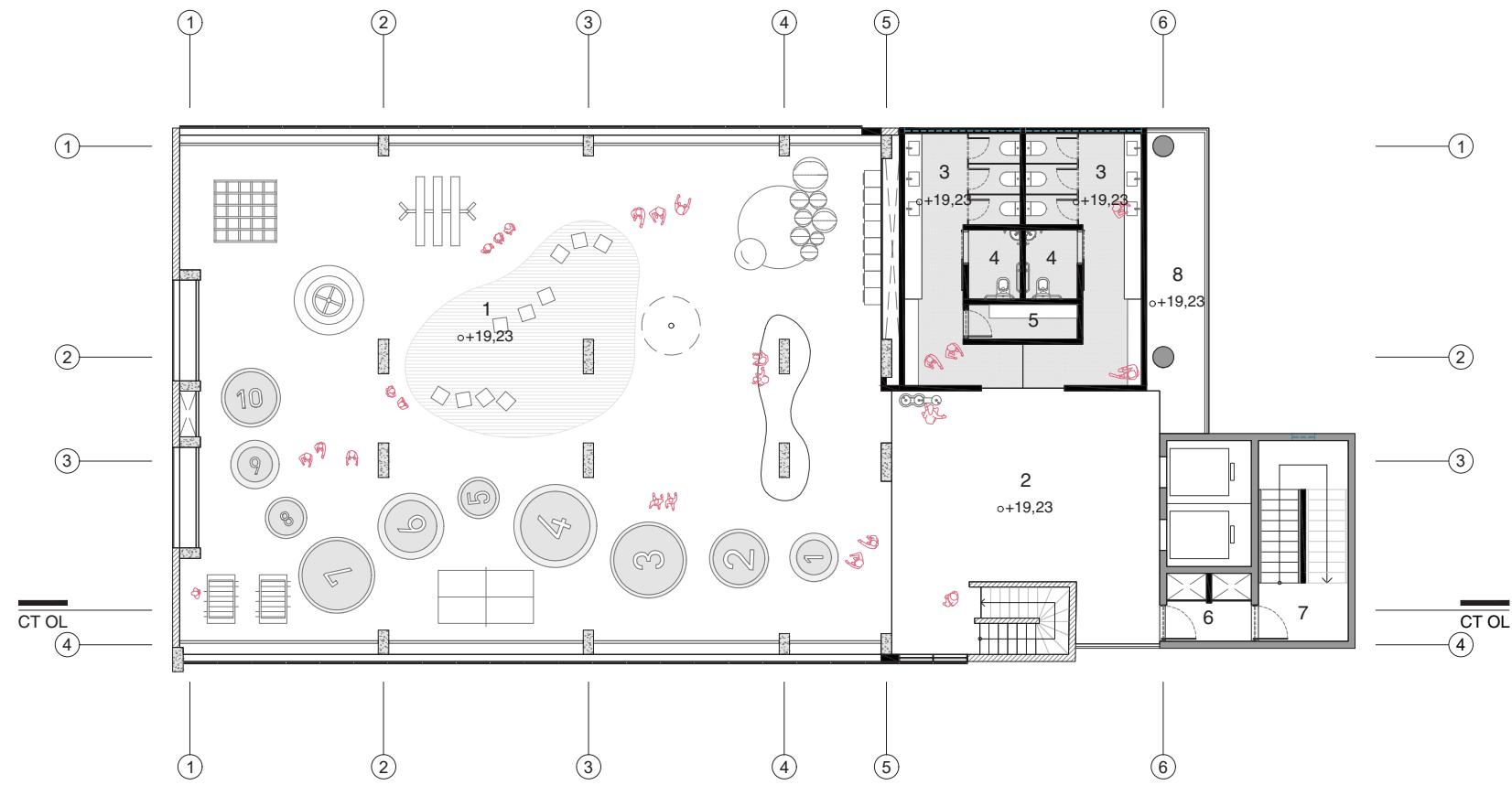
- 1. galeria
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica



10. Planta do 3º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

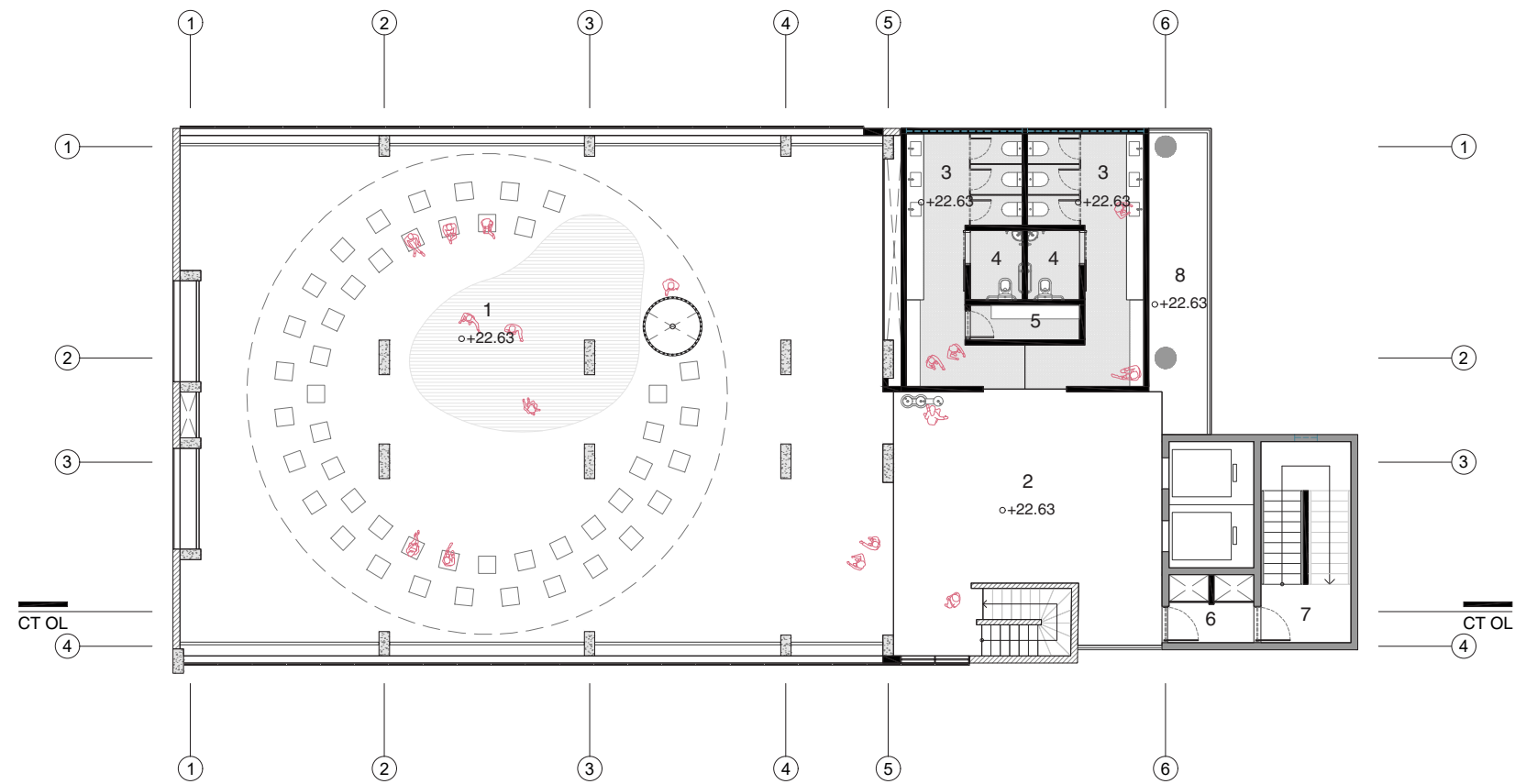
- 1. redário
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica





11. Planta do 4º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

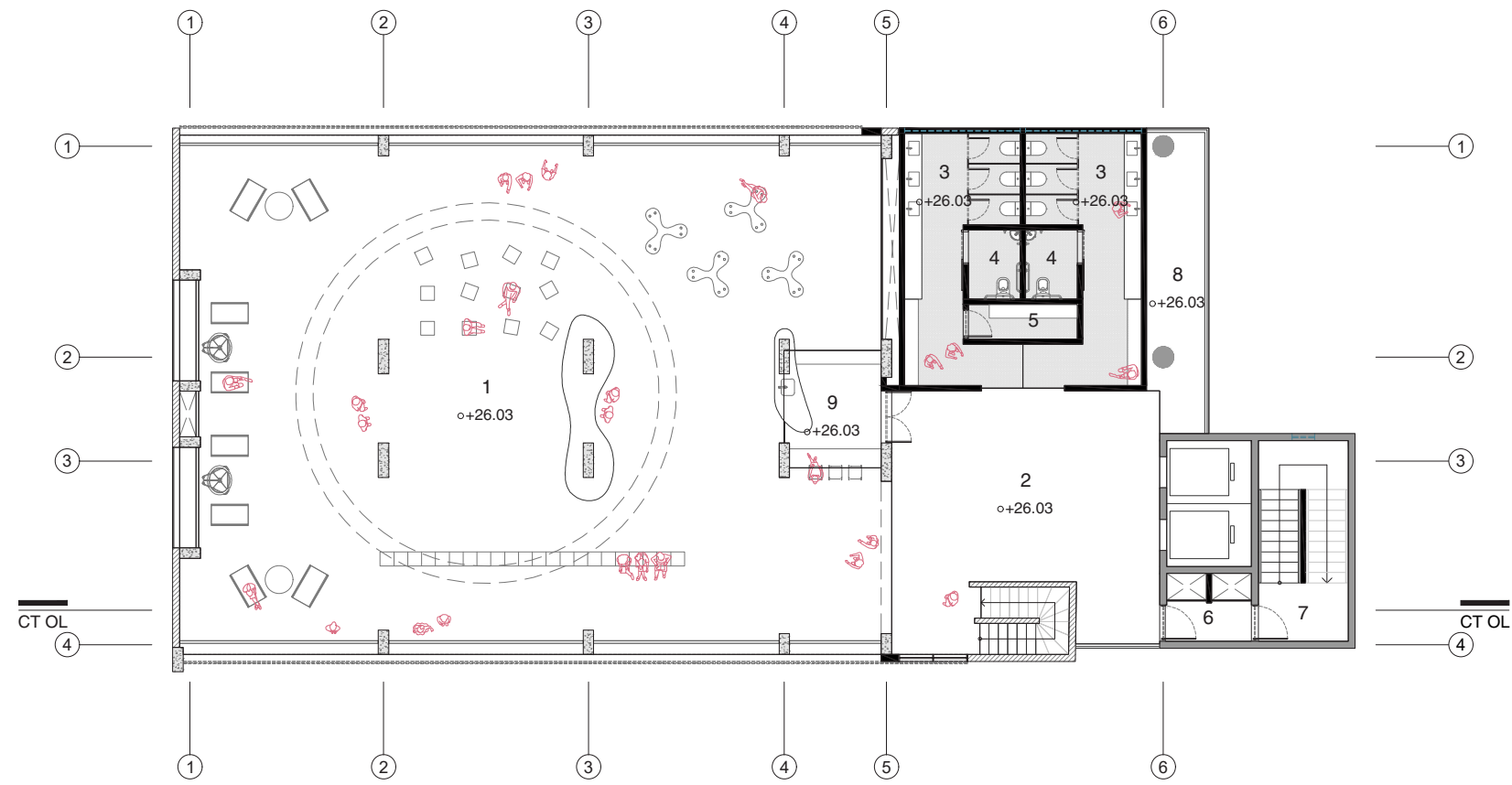
- 1. playground
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica



12. Planta do 5º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

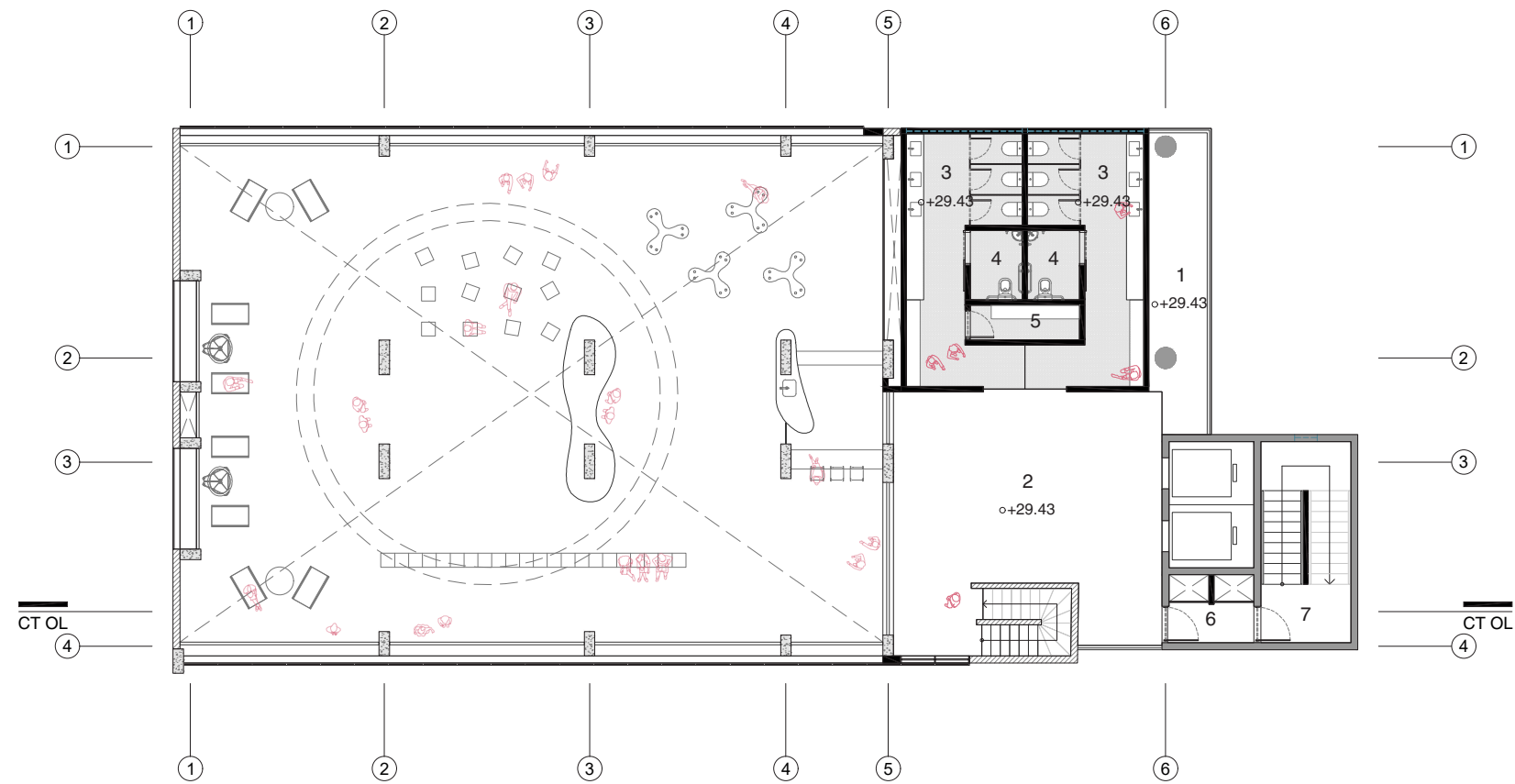
- 1. circo
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica





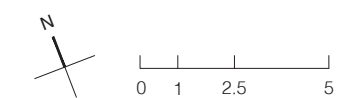
13. Planta do 6º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

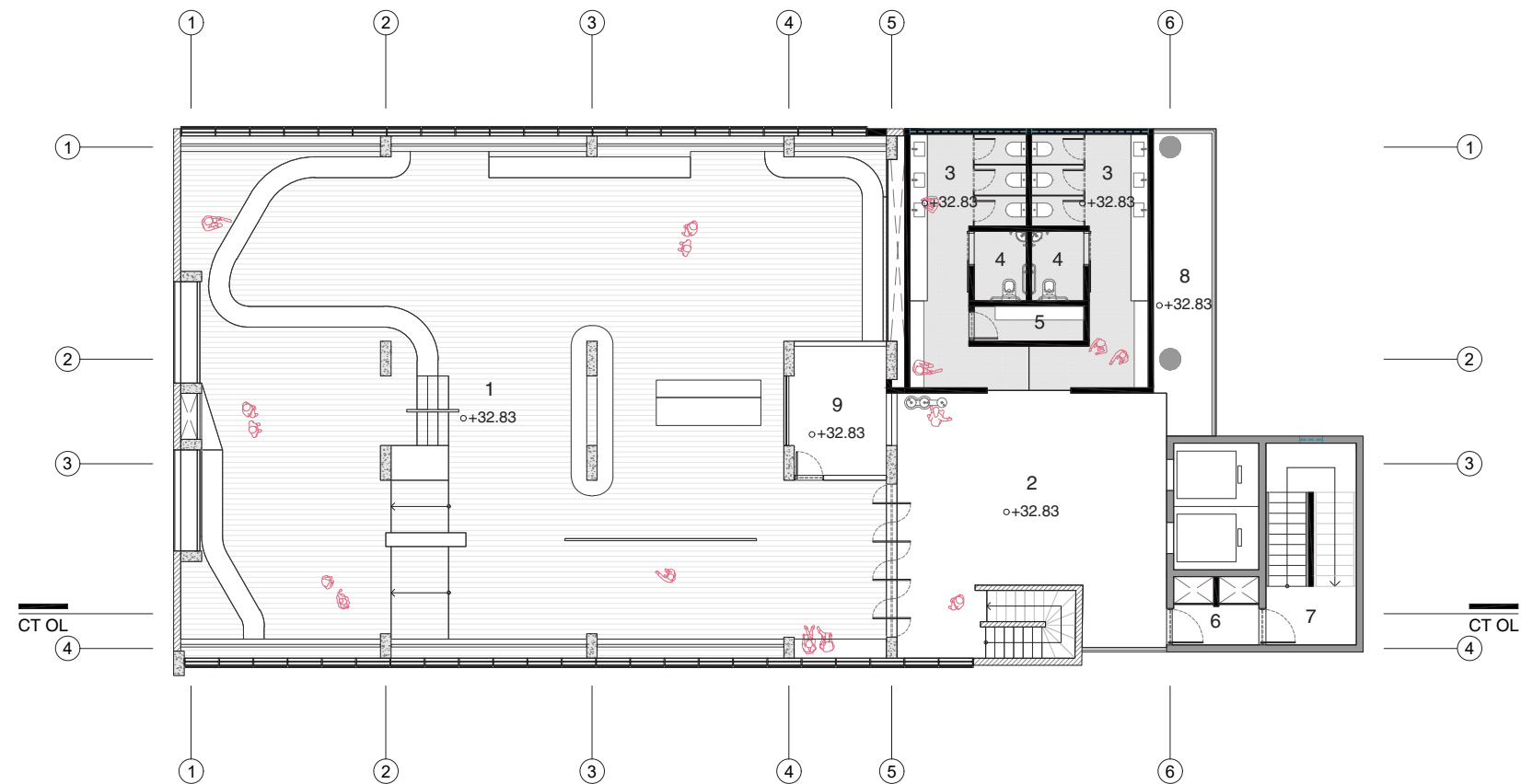
- 1. praça central
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica
- 9. café



14. Planta do 7º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

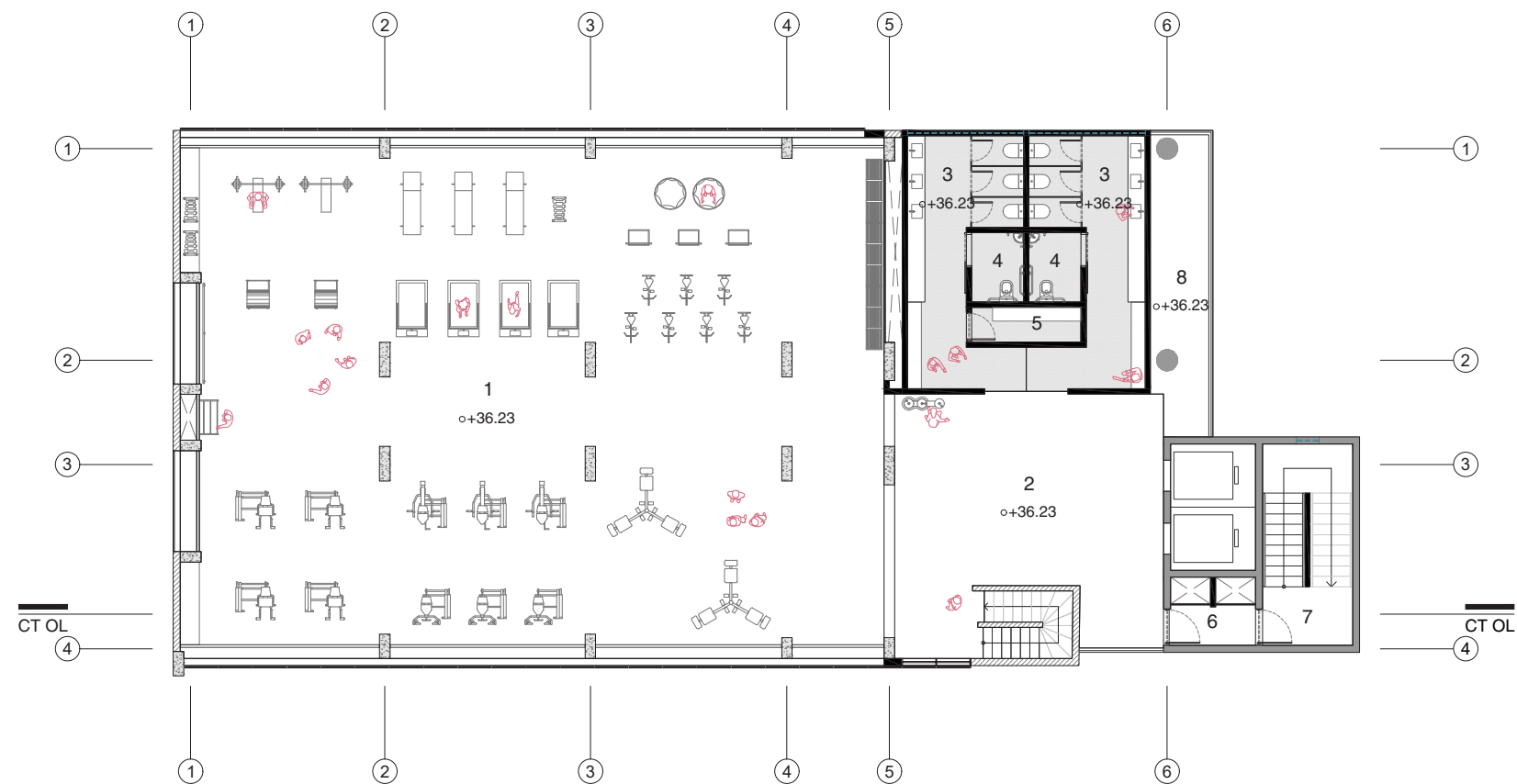
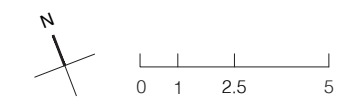
- 1. laje técnica
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio





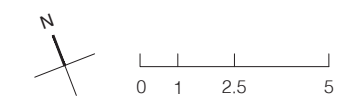
15. Planta do 8º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

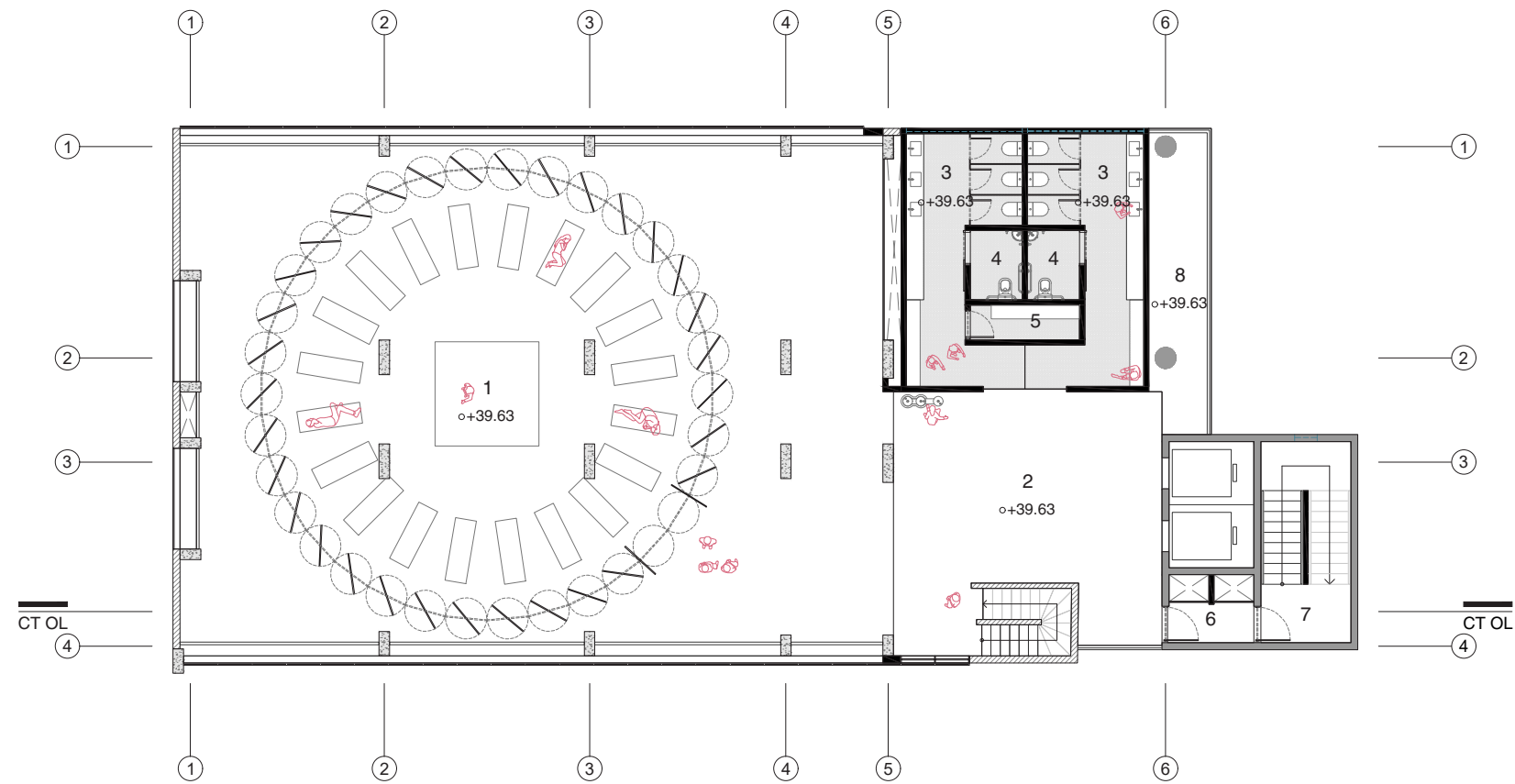
- 1. pista de skate
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica
- 9. manutenção



16. Planta do 9º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

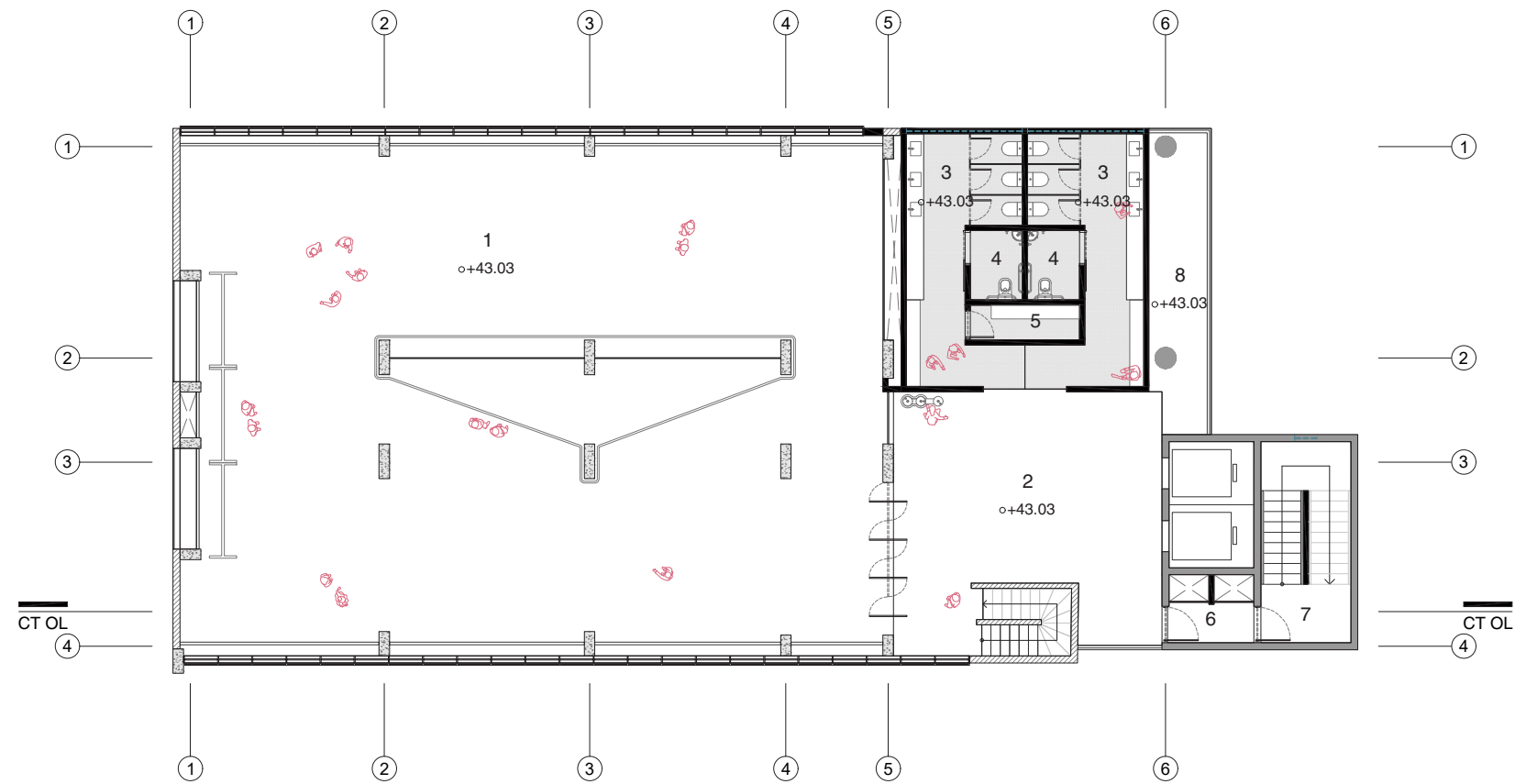
- 1. academia
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica





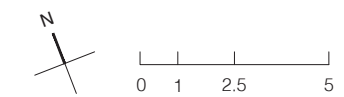
17. Planta do 10º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

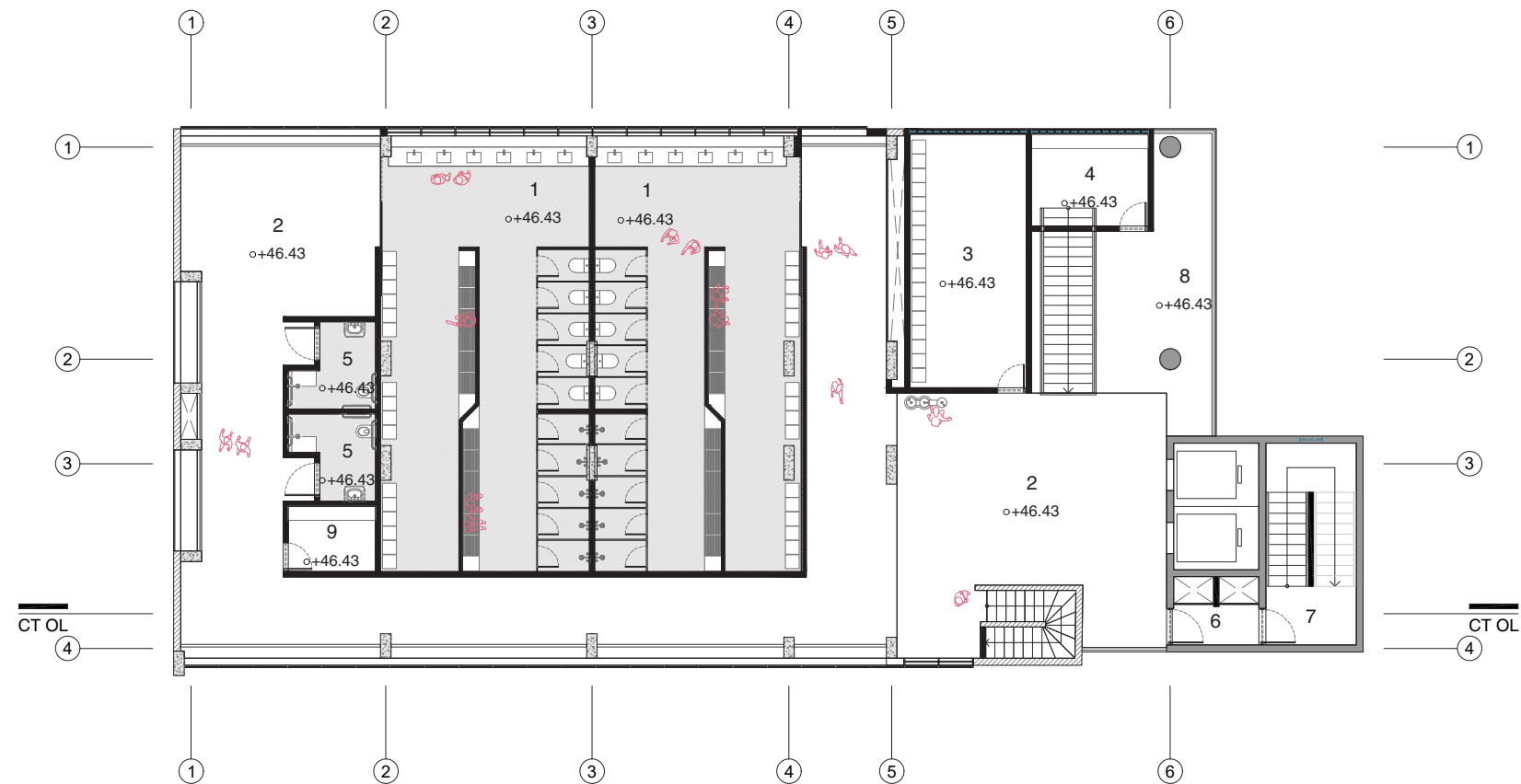
- 1. sala multiuso
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica



18. Planta do 11º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

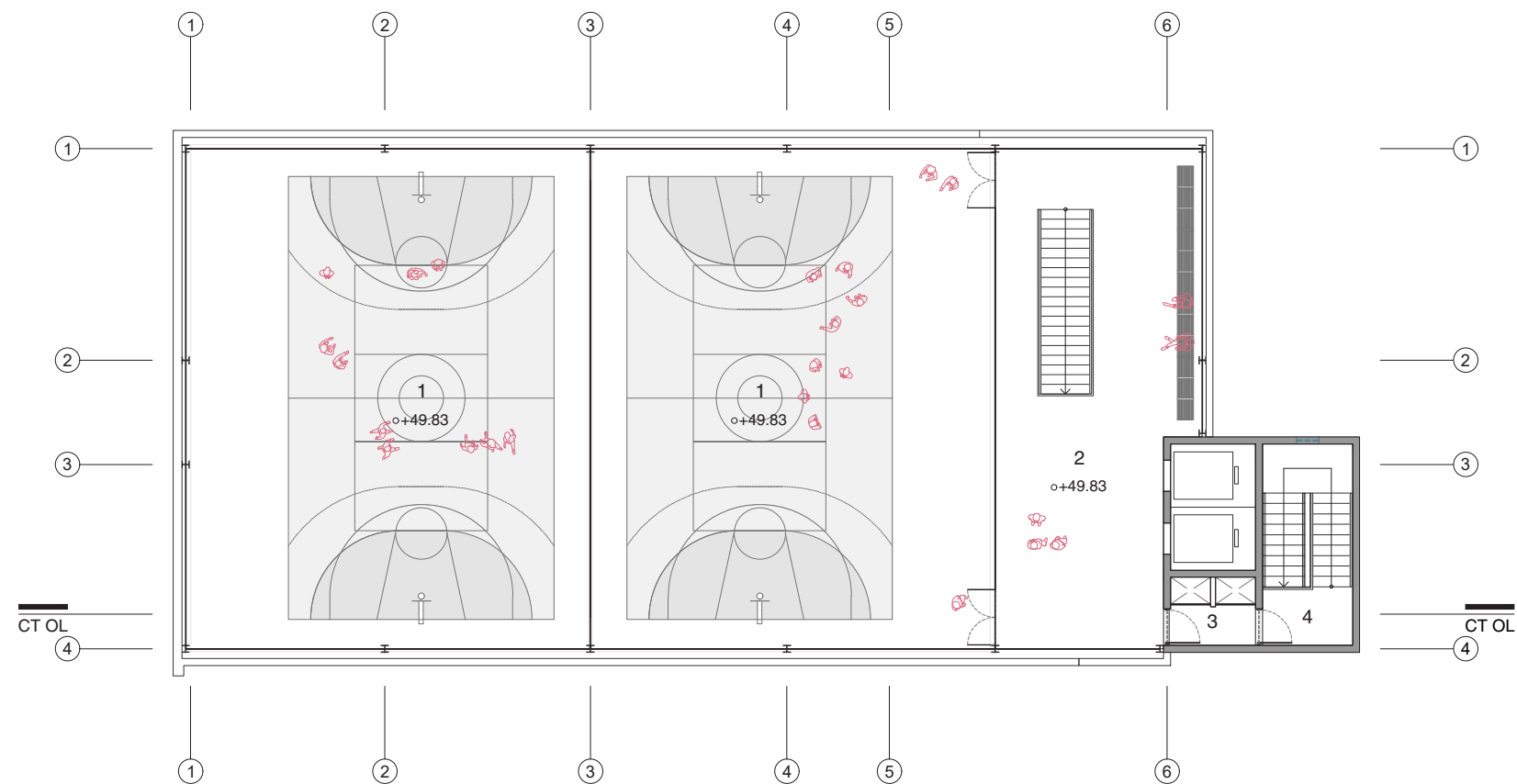
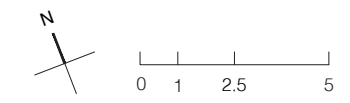
- 1. sala de dança
- 2. circulação
- 3. sanitários
- 4. sanitário adaptado
- 5. dml
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica





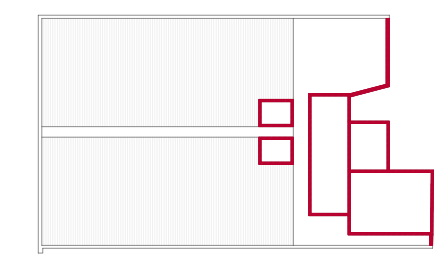
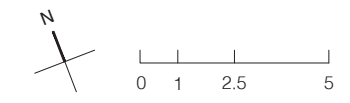
19. Planta do 12º Pavimento.
Praça Vertical.
1:200

- 1. vestiários
- 2. circulação
- 3. área técnica
- 4. depósito
- 5. sanitário adaptado
- 6. antecâmara
- 7. escada de incêndio
- 8. laje técnica
- 9. dml



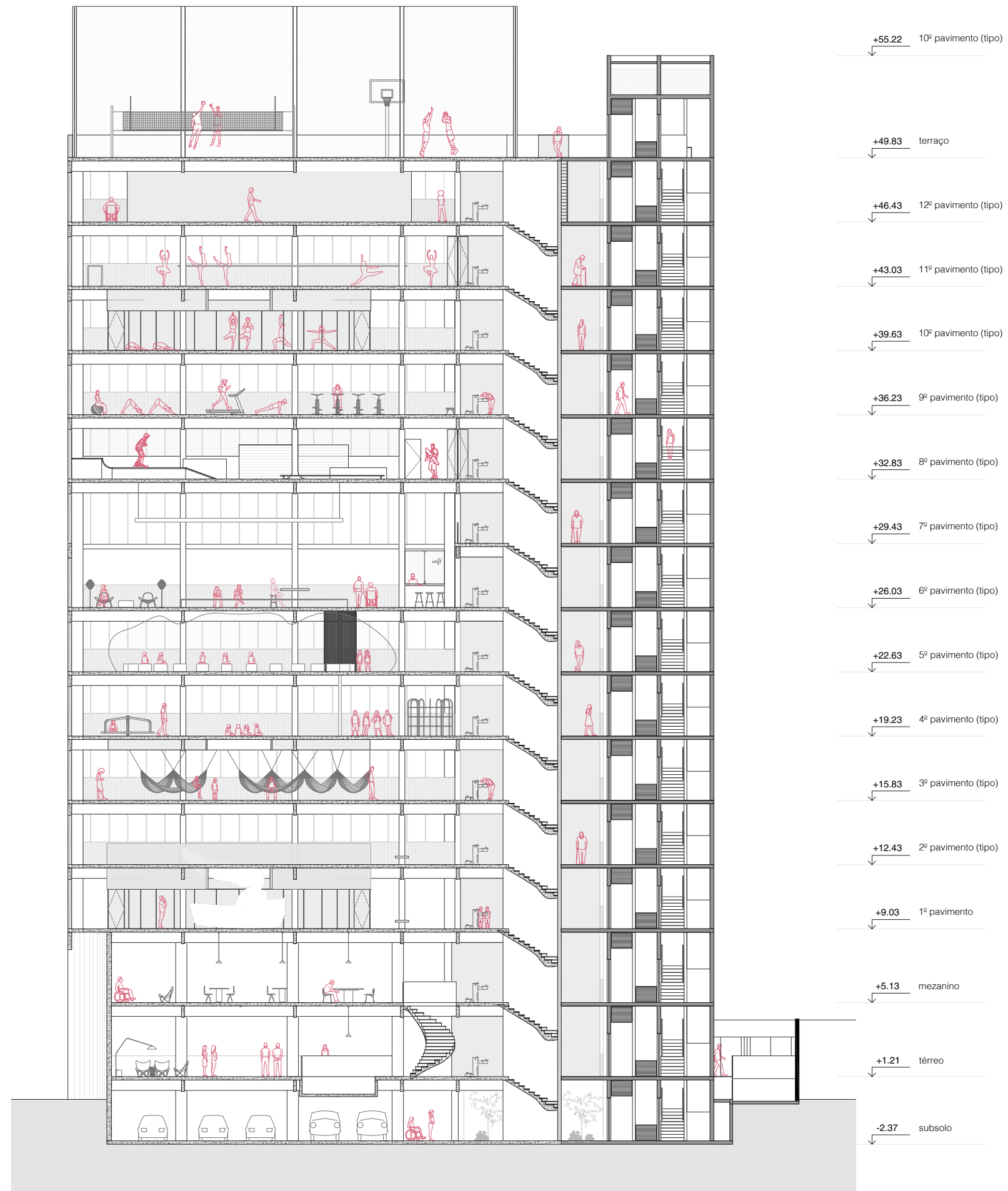
20. Planta do Terraço.
Praça Vertical.
1:200

- 1. quadra
- 2. circulação
- 3. antecâmara
- 4. escada de incêndio



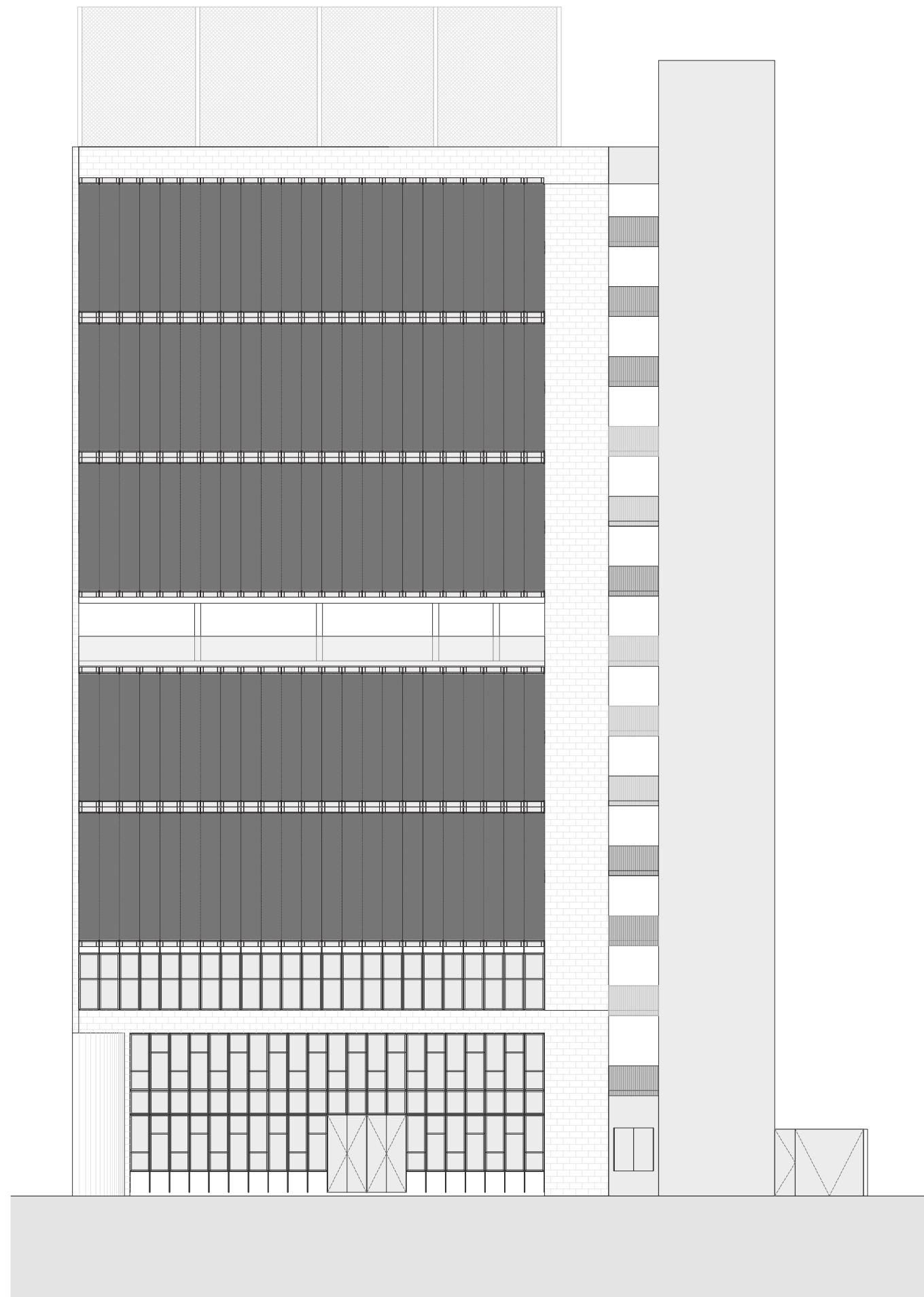
21. Planta de Demolição da Coberta.
Praça Vertical.
1:500



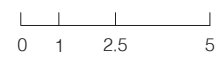


22. Corte Longitudinal OL.
Praça Vertical.
1:250

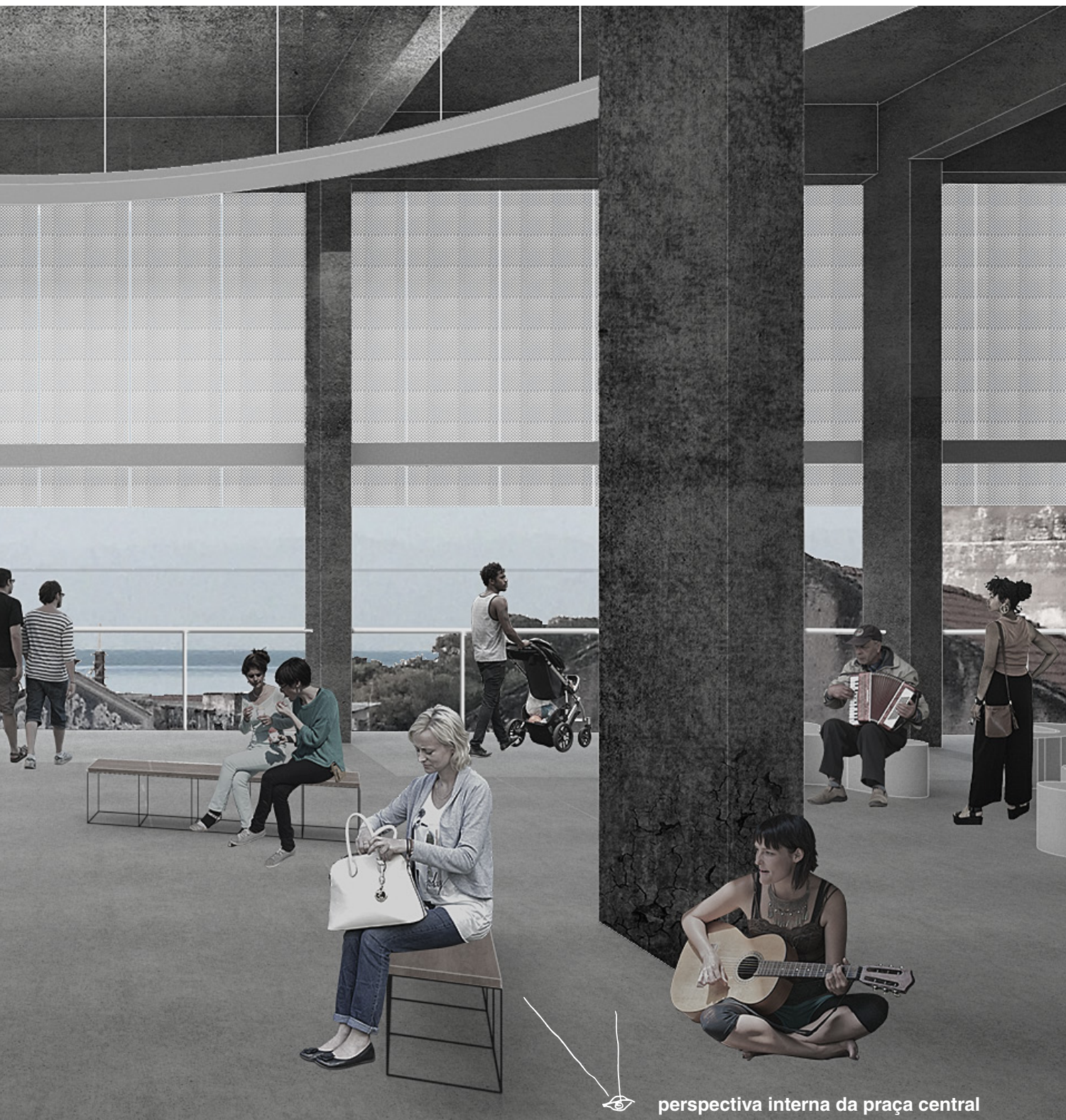




23. Elevação Sudeste.
Praça Vertical.
1:250







perspectiva interna da praça central

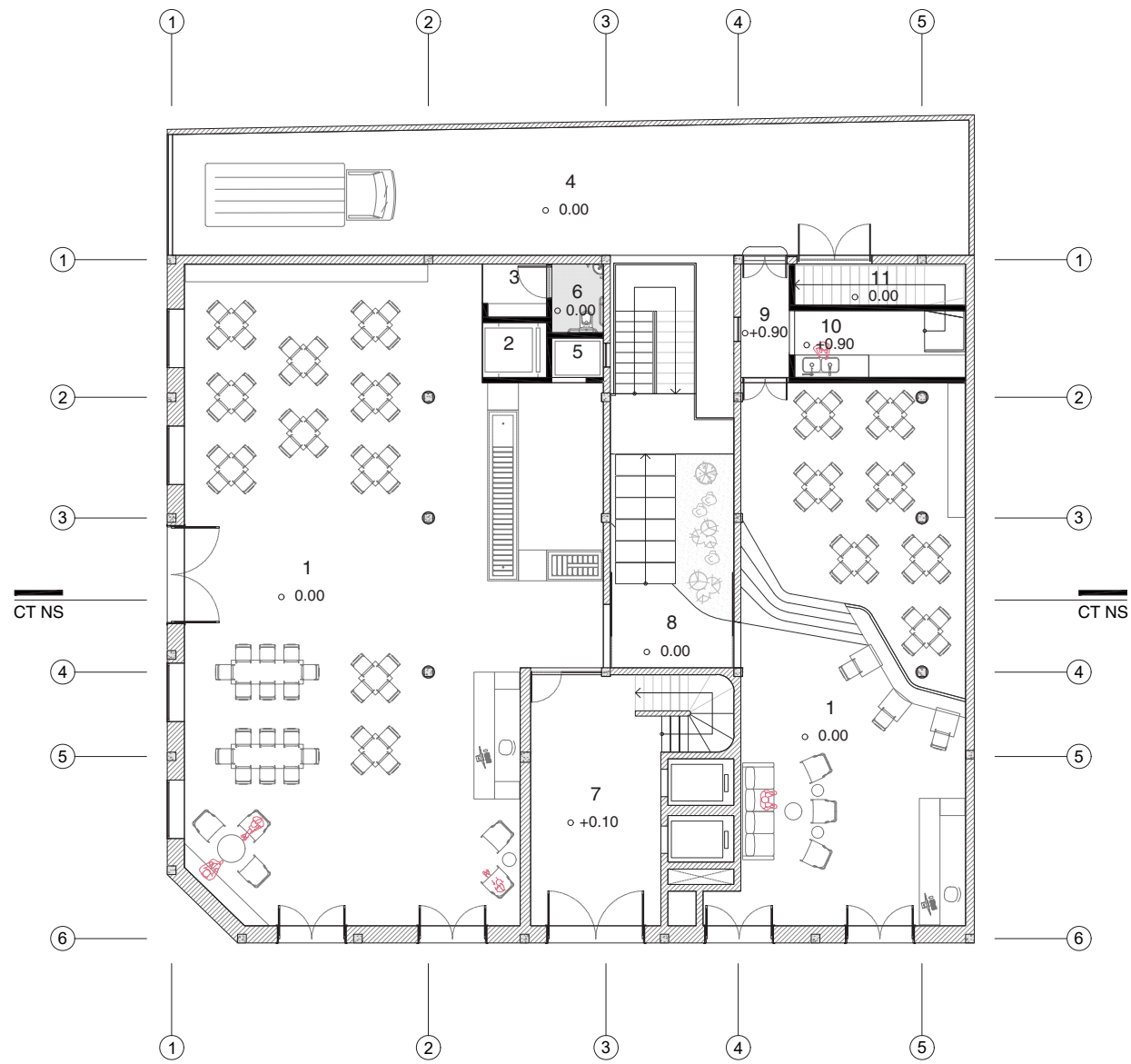
imagem realizada em conjunto com Mirella Raposo

edifício Jangada **casa aberta**

A intervenção no Edifício Jangada é uma casa aberta aos homens lentos, errantes urbanos, ou seja, todos aqueles que necessitam de uma estadia temporária e que geralmente são negligenciados em grandes projetos urbanos. Dessa forma, para a sanar uma das principais demandas em processos de recuperação de áreas centrais, a Casa Aberta atua no reconhecimento dessa população marginalizada e suas demandas próprias. Além disso, em busca de uma efetiva integração entre esse edifício e a cidade, há a proposta da criação de um restaurante popular nos pavimentos térreo e na sobreloja.

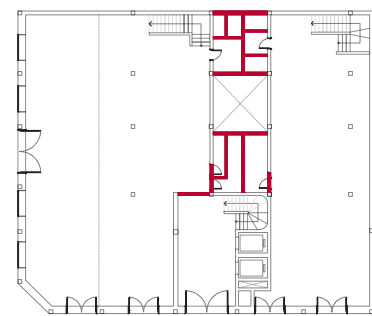
figura:
34. Edifício
Jangada. Michaela
Alves, manipulado
pelo autor.



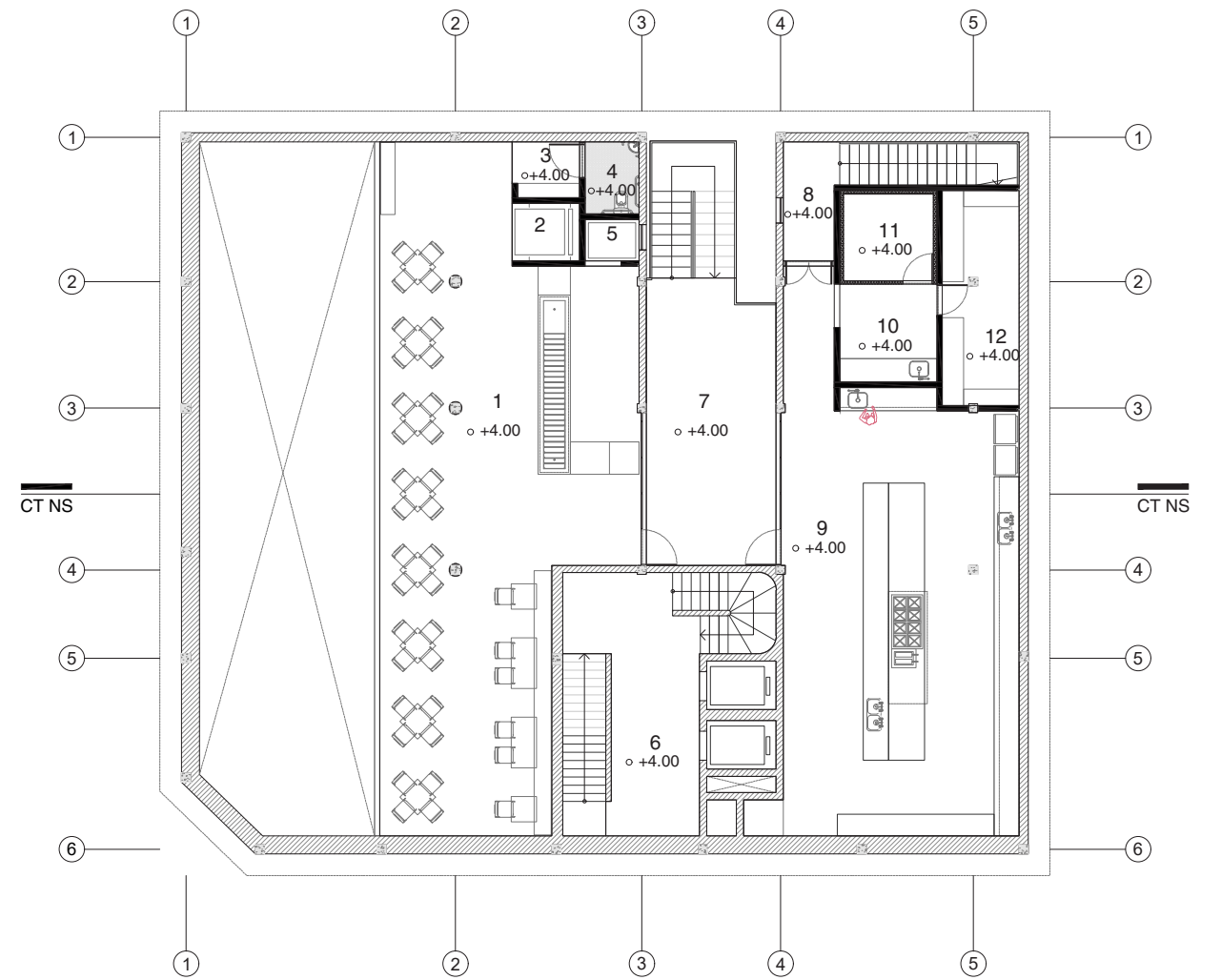


01. Planta do Térreo.
Casa Aberta.
1:200

- 1. restaurante
- 2. elevador
- 3. circulação
- 4. garagem
- 5. elevador monta-carga
- 6. sanitário adaptado
- 7. recepção da casa
- 8. jardim
- 9. circulação
- 10. lavagem
- 11. lixo

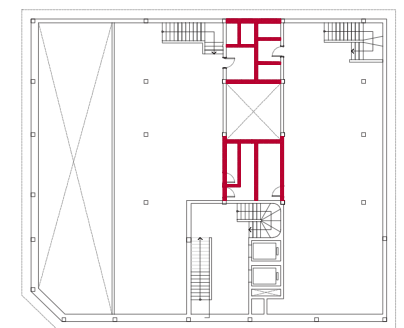


02. Planta de Demolição do Térreo.
Casa Aberta.
1:500

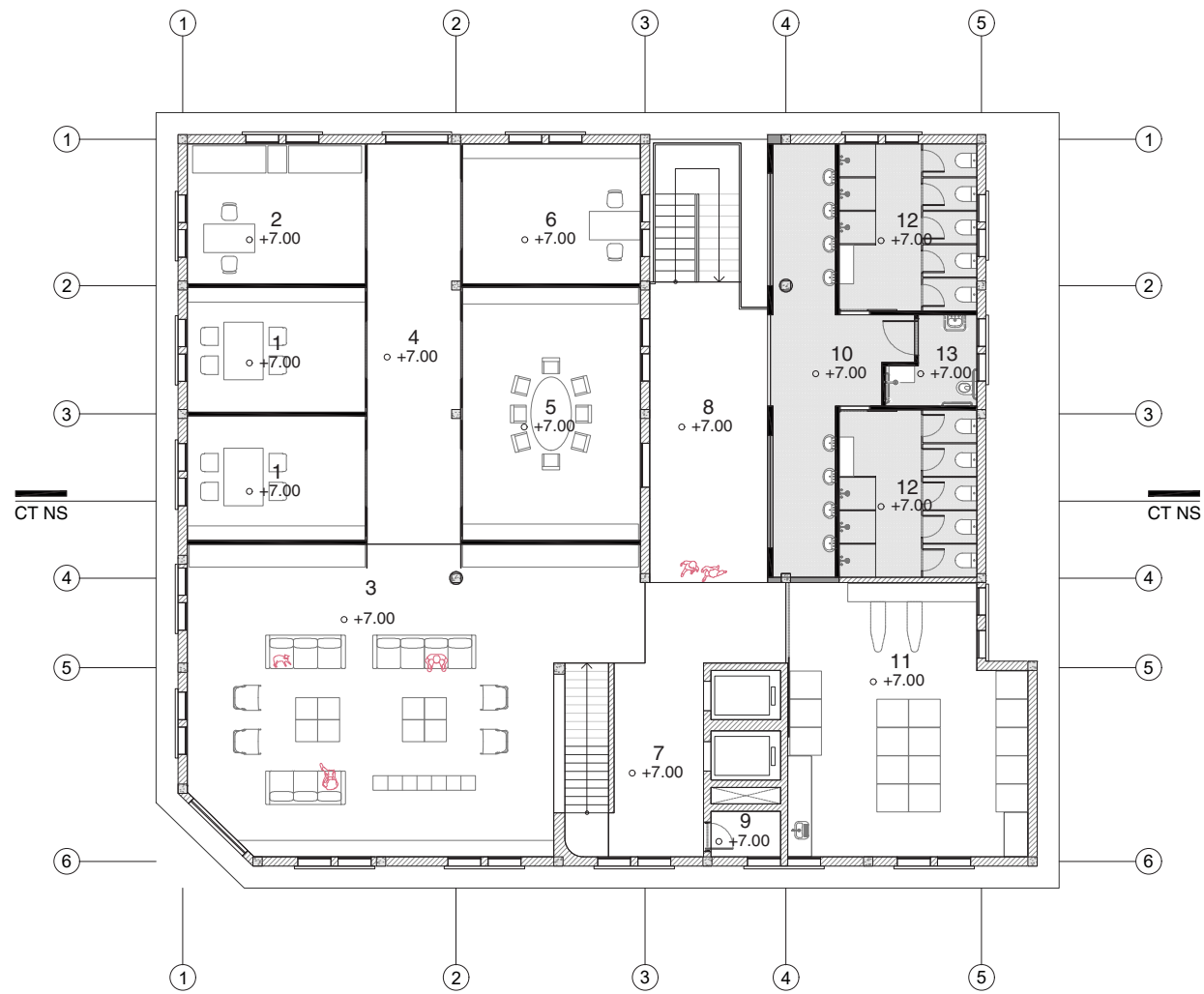


03. Planta do Mezanino.
Casa Aberta.
1:200

- 1. restaurante
- 2. elevador
- 3. circulação
- 4. sanitário adaptado
- 5. elevador monta-carga
- 6. circulação
- 7. circulação externa
- 8. circulação da cozinha
- 9. cozinha
- 10. pré-peparo
- 11. câmara fria
- 12. despensa

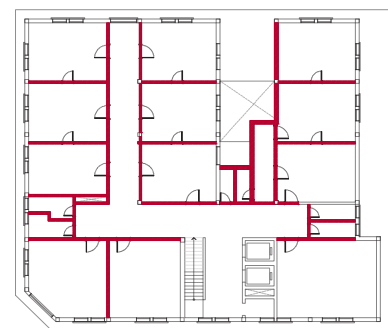


04. Planta de Demolição do Mezanino.
Casa Aberta.
1:500



05. Planta do 1º Pavimento.
Casa Aberta.
1:200

- 1. atendimento individual
- 2. enfermaria
- 3. sala de estar
- 4. circulação
- 5. sala de reuniões
- 6. administração
- 7. circulação
- 8. circulação externa
- 9. depósito
- 10. lavatórios
- 11. lavanderia
- 12. vestiários
- 13. sanitário adaptado

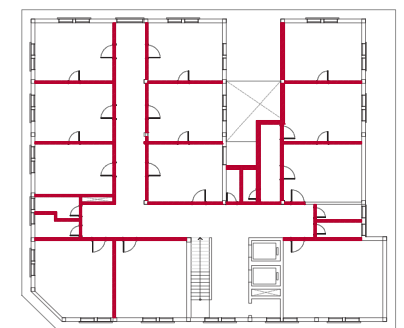


06. Planta de Demolição do 1º Pavimento.
Casa Aberta.
1:500

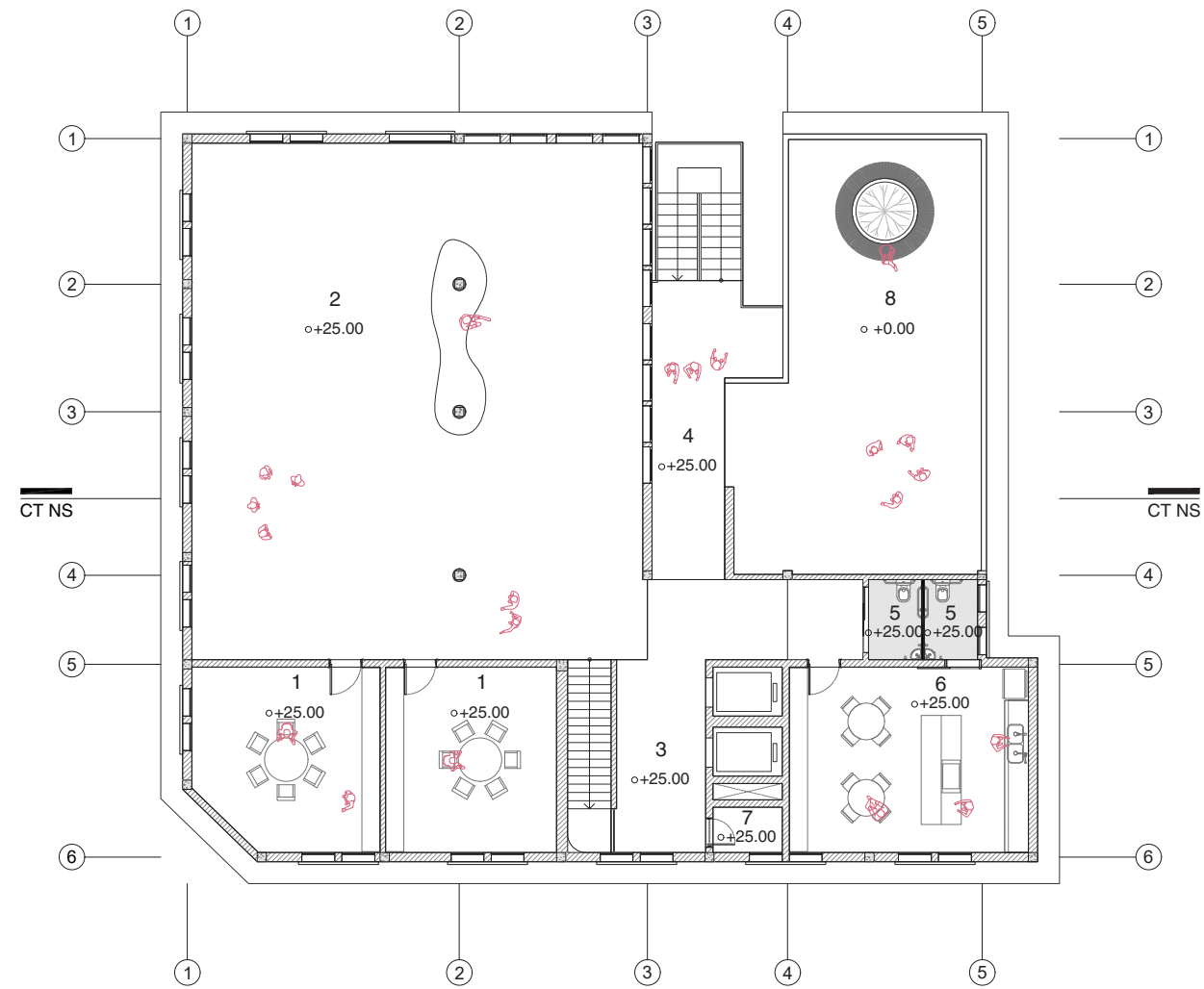


07. Planta do Pavimento Tipo (2º - 6º).
Casa Aberta.
1:200

- 1. quartos
- 2. sala de estar
- 3. circulação dos quartos
- 4. circulação
- 5. circulação externa
- 6. depósito
- 7. cozinha
- 8. vestiários
- 9. lavatórios
- 10. sanitário adaptado

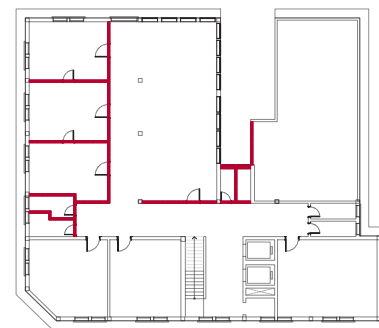


08. Planta de Demolição do Pavimento Tipo (2º - 6º).
Casa Aberta.
1:500



09. Planta do 7º Pavimento.
Casa Aberta.
1:200

- 1. sala de estudos
- 2. salão para eventos
- 3. circulação
- 4. circulação externa
- 5. sanitário adaptado
- 6. cozinha
- 7. depósito
- 8. terraço

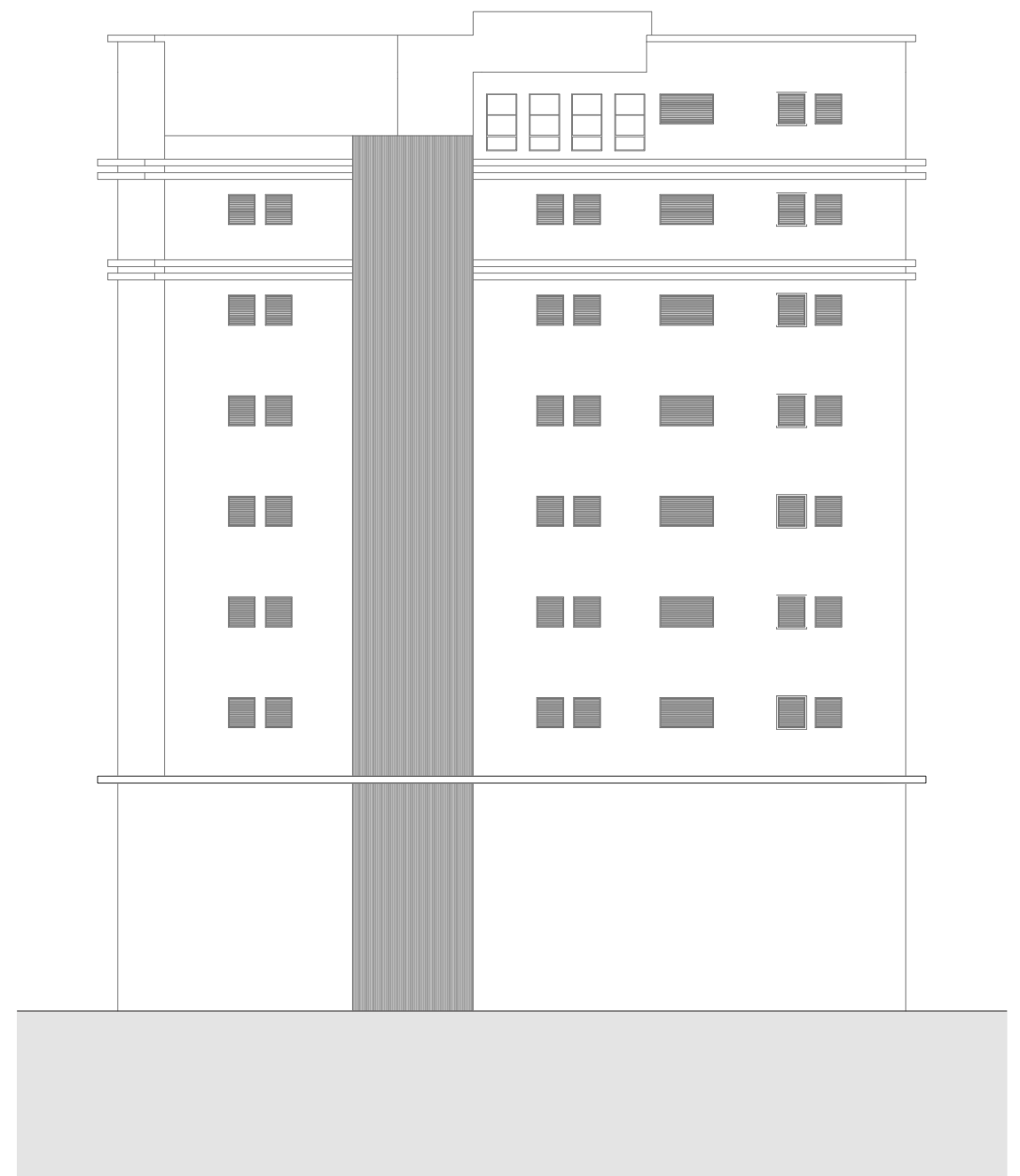
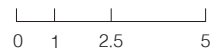


10. Planta de Demolição do 7º Pavimento.
Casa Aberta.
1:500

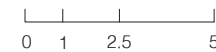




11. Corte Longitudinal NS.
Casa Aberta.
1:200



12. Elevação Sudeste.
Casa Aberta.
1:200



Q. 101





perspectiva interna do quarto

imagem realizada em conjunto com Mirella Raposo

palácio do comércio **salão mirante**

No último pavimento do Palácio do Comércio, a intervenção se restringe à efetiva ocupação do amplo ambiente desativado, com mesas, sofás e móveis com livros a fim de proporcionar um lugar agradável para ler e observar a cidade, fazendo às vezes de mirante, devido a vista de 360° graus do Centro. Vale ressaltar o caráter múltiplo a ser explorado nesse salão, com reformulações de leiaute de acordo com o dia e o horário, desde a sala de leitura, como já proposto, até salão para baile infantil ou da terceira idade. Além disso recomenda-se pontuais alterações na fachada do edifício, como a retirada de fachadeiros que atuam como ruídos no desenho *art déco*.

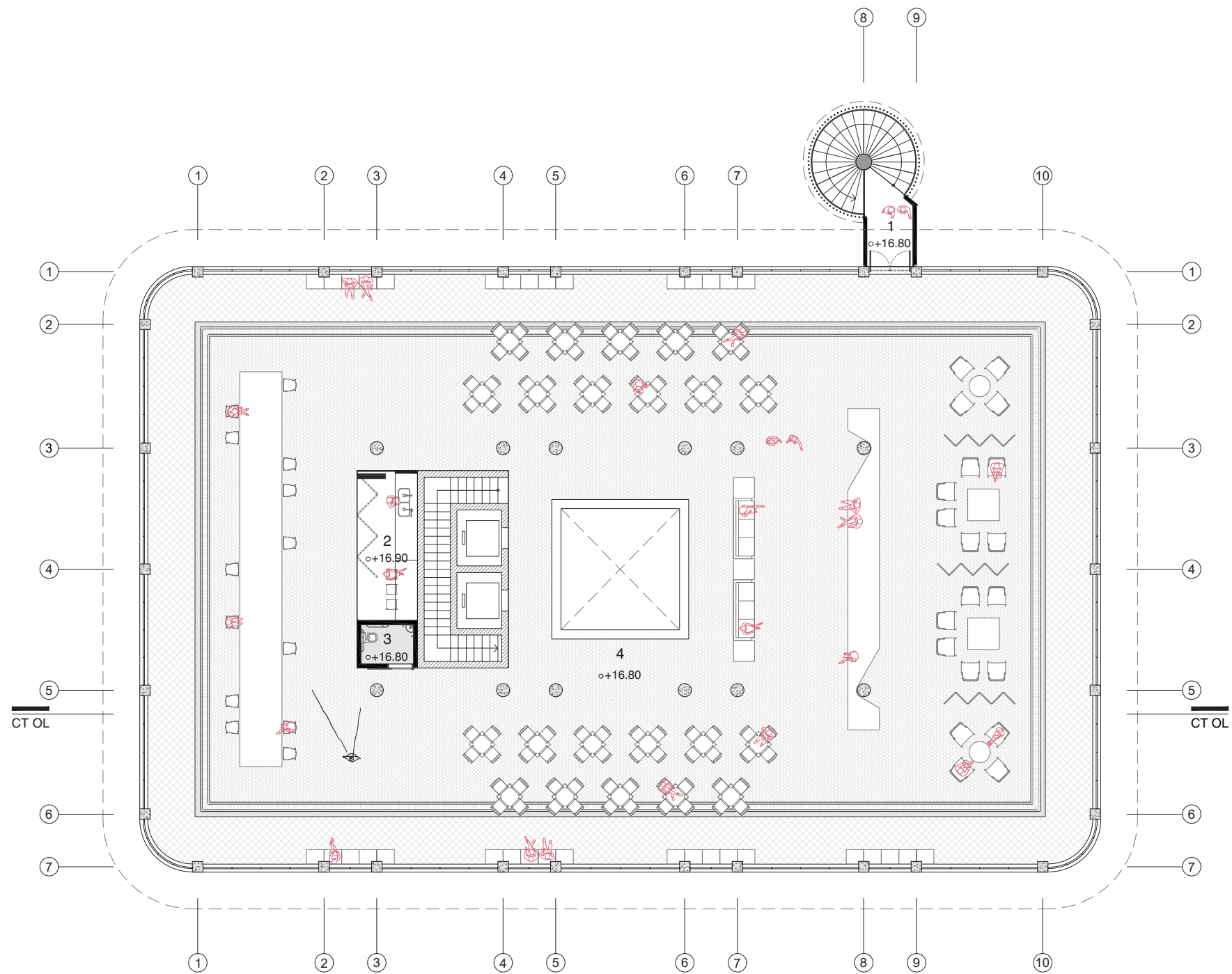
figura:
35. Palácio do
Comércio. Michaela
Alves, manipulado
pelo autor.





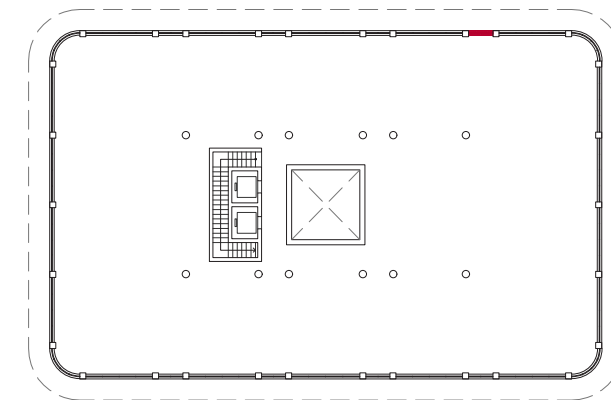
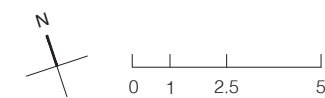


perspectiva externa da circulação proposta

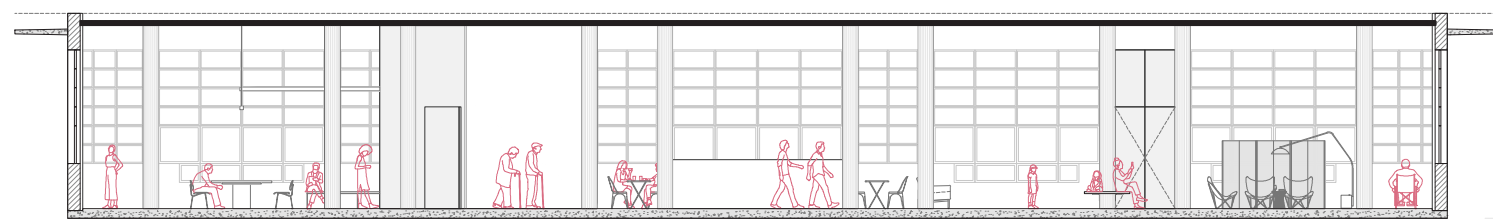
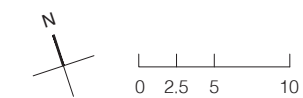


01. Planta do 3º Pavimento.
Salão.
1:200

- 1. circulação (5,73 m²)
- 2. café (13,11 m²)
- 3. sanitário (3,00 m²)
- 4. salão (731,00 m²)



02. Planta de Demolição do 3º Pavimento.
Salão.
1:500



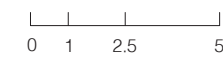
+16.80 3º pavimento

03. Corte Longitudinal OL.
Salão.
1:200





04. Elevação Norte.
Salão.
1:200







perspectiva interna do café

imagem realizada em conjunto com Mirella Raposo

excelsior hotel **galeria teatro**

Para o Excelsior Hotel, propõe-se a instalação de um pavilhão anexo ao edifício existente, com o propósito de servir para ensaios e pequenos espetáculos. Em síntese, uma galeria teatro. Ressalta-se a proposital conexão do teatro com a cidade, por meio de uma varanda que se transforma em palco aberto para a Praça do Ferreira, o cuore da cidade.

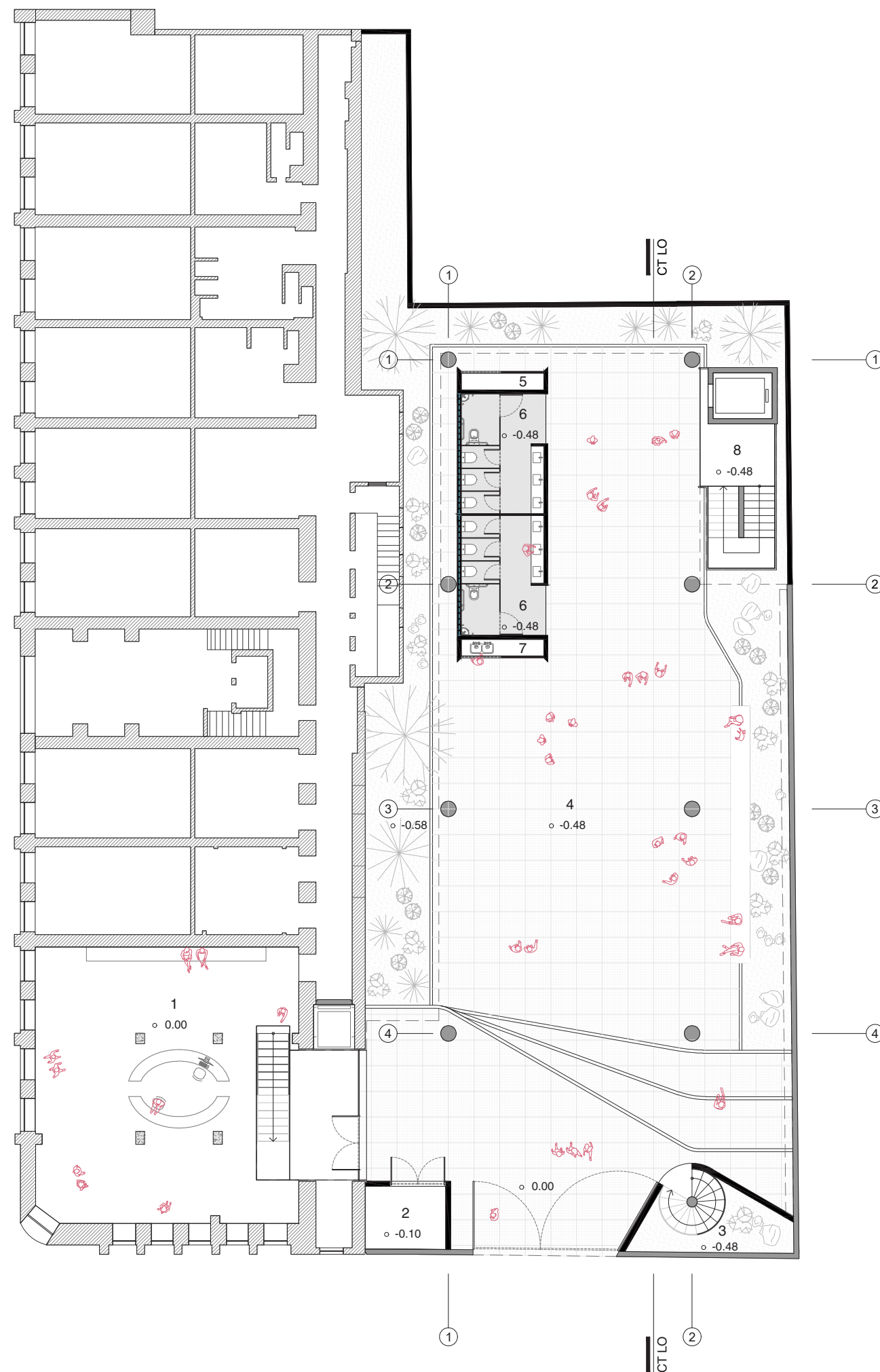
figura:
36. Excelsior Hotel.
Michaela Alves,
manipulado pelo
autor.





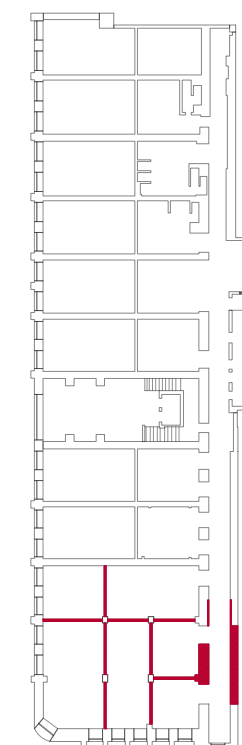
perspectiva externa da fachada principal

imagem realizada em conjunto com Bianca Feijão

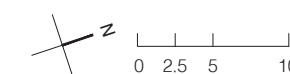


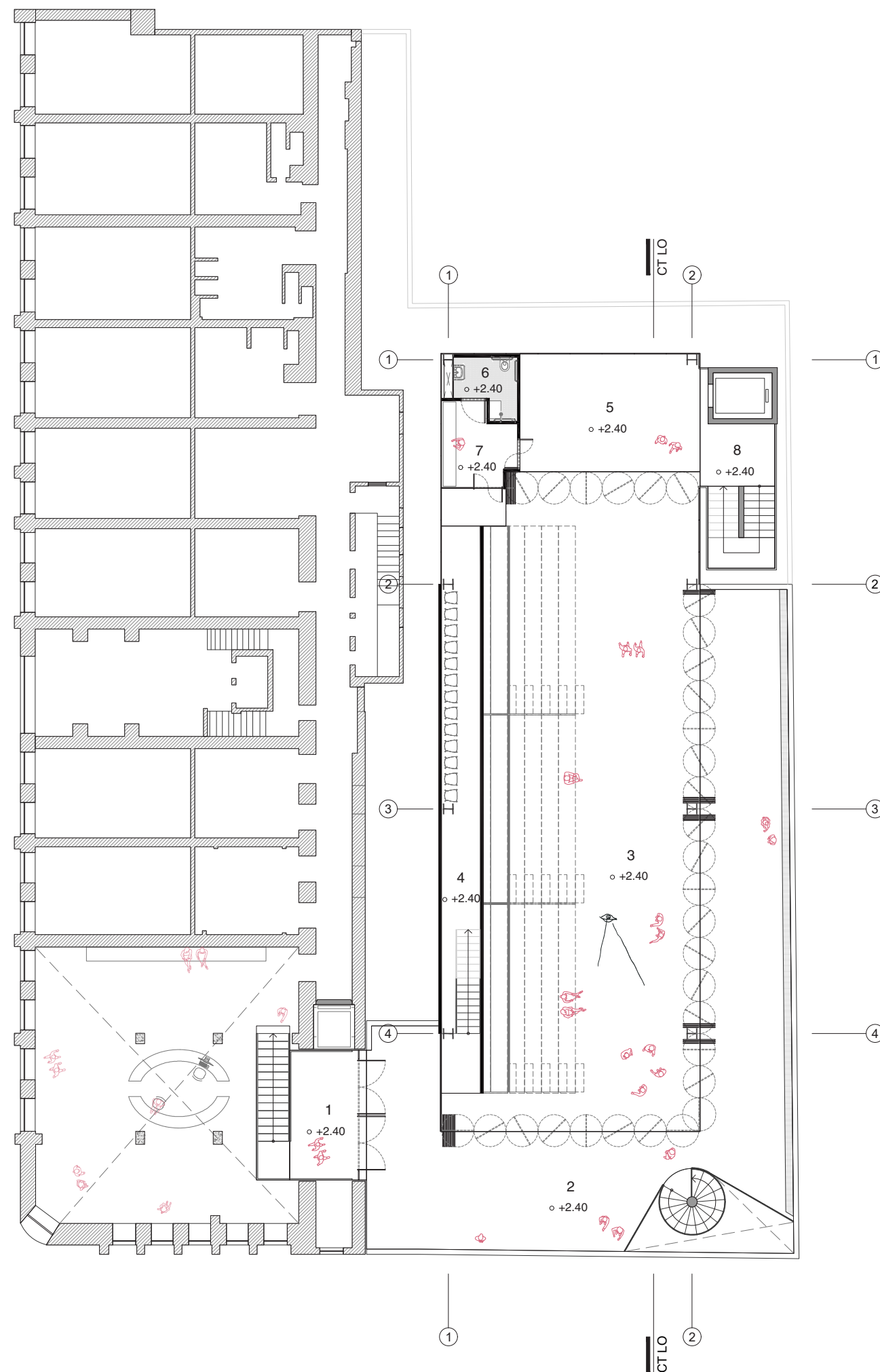
01. Planta do Têrreo.
Galeria Teatro.
1:200

- 1. recepção (100,50 m²)
- 2. área técnica (7,65 m²)
- 3. acesso terraço (14,36 m²)
- 4. praça coberta (512,98 m²)
- 5. depósito (2,15 m²)
- 6. sanitários (30,64 m²)
- 7. copa (2,15 m²)
- 8. acesso pavilhão (7,78 m²)



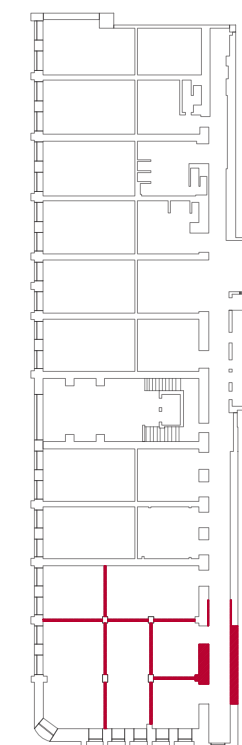
02. Planta de Demolição do Têrreo.
Galeria Teatro.
1:500



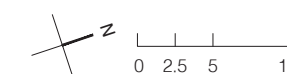


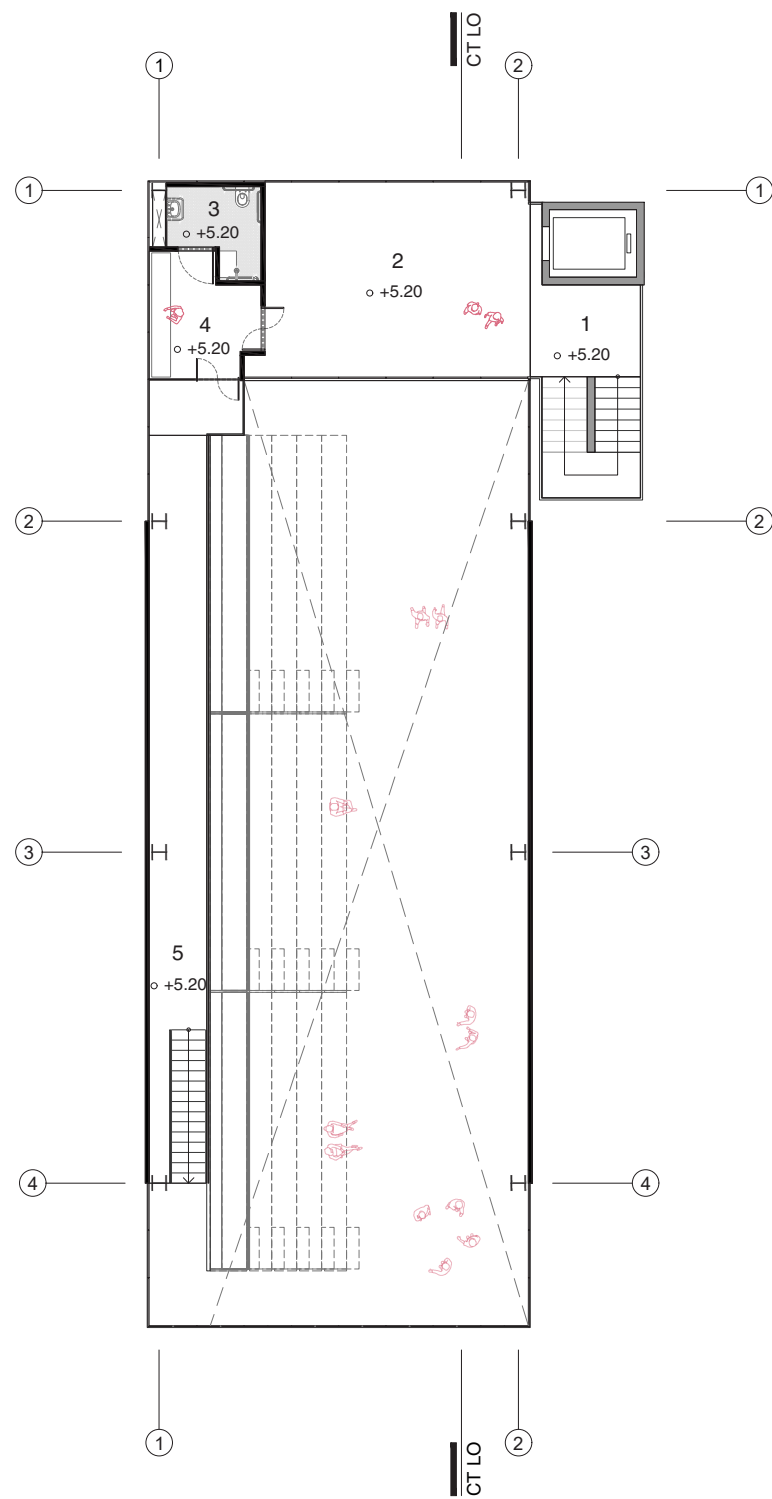
03. Planta do 1º Pavimento.
Galeria Teatro.
1:200

- 1. circulação (15,00 m²)
- 2. terraço (163,54 m²)
- 3. pavilhão (217,69 m²)
- 4. depósito (33,61 m²)
- 5. circulação (32,24 m²)
- 6. sanitário adaptado (4,95 m²)
- 7. camarim (8,54 m²)
- 8. acesso (7,78 m²)



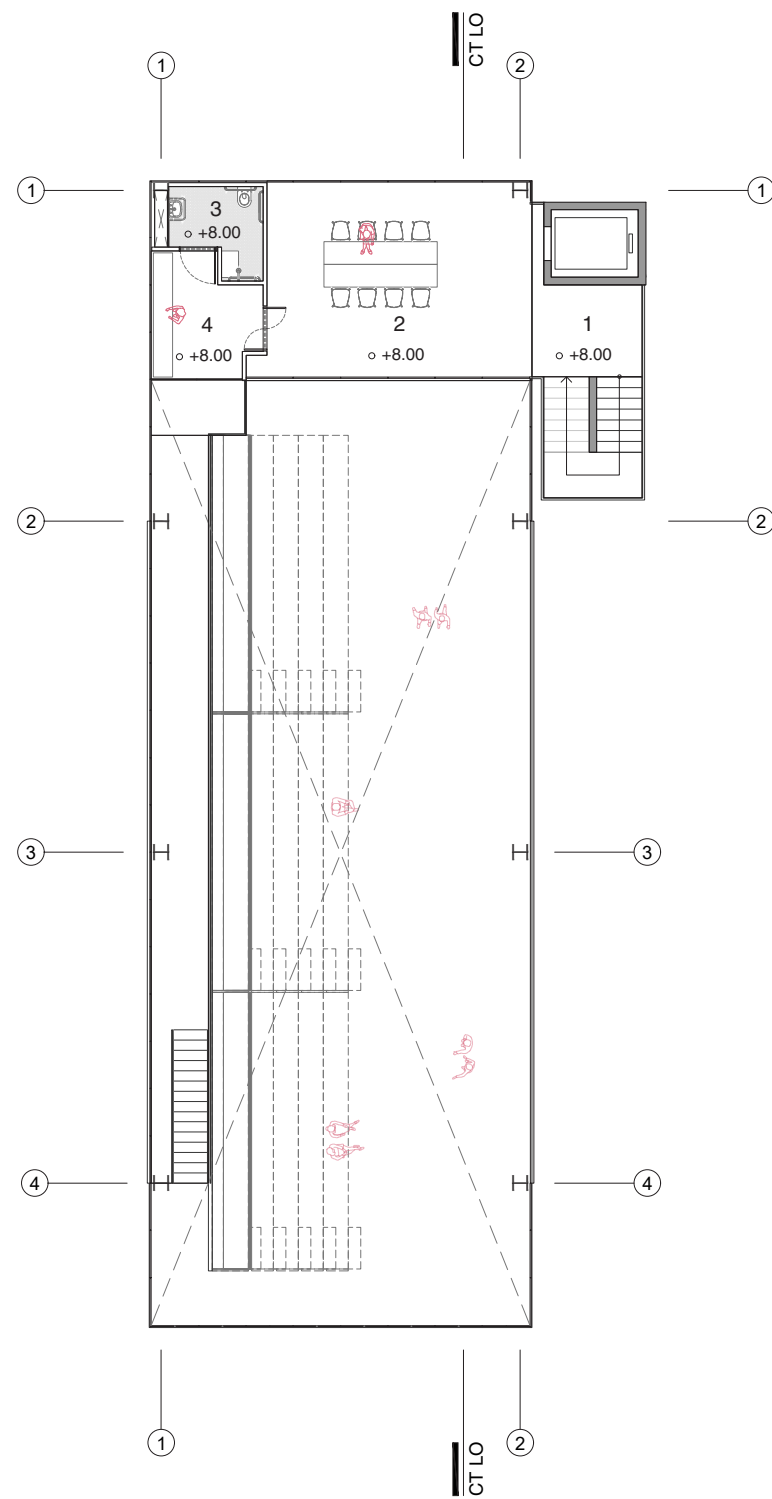
04. Planta de Demolição do 1º Pavimento.
Galeria Teatro.
1:500





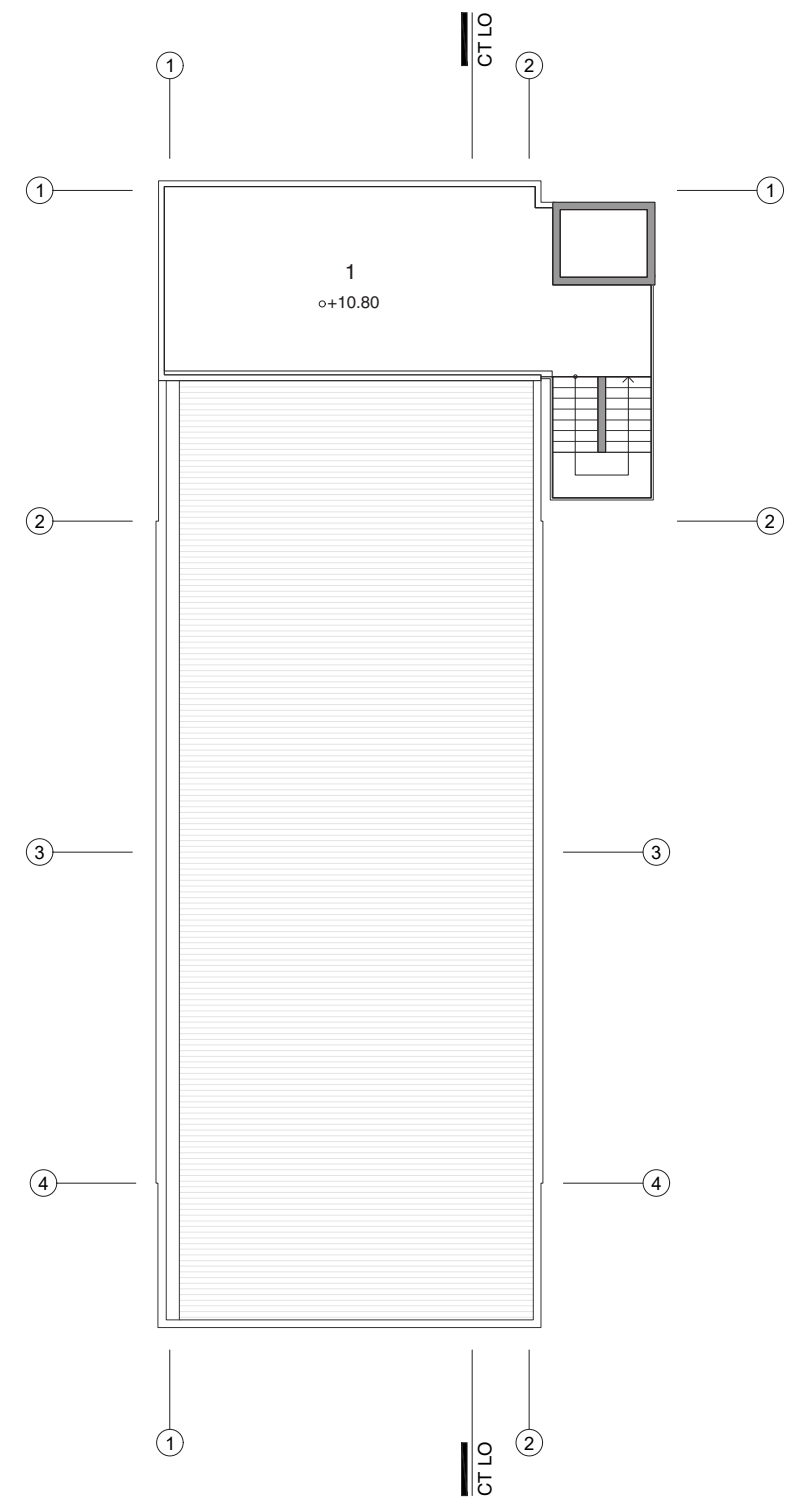
05. Planta do 2º Pavimento.
Galeria Teatro.
1:200

- 1. acesso (7,78 m²)
- 2. circulação (37,27 m²)
- 3. sanitário adaptado (4,76 m²)
- 4. camarim (8,55 m²)
- 5. corredor técnico (30,23 m²)



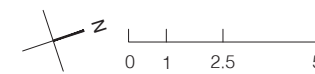
06. Planta do 3º Pavimento.
Galeria Teatro.
1:200

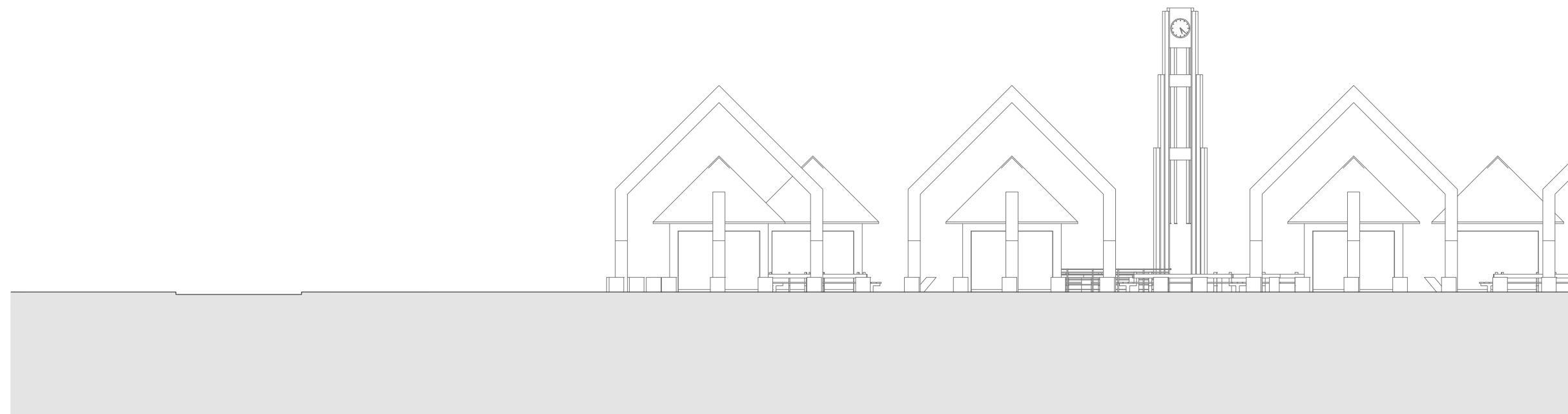
- 1. acesso (7,78 m²)
- 2. sala de reuniões (37,27 m²)
- 3. sanitário adaptado (4,76 m²)
- 4. camarim (8,55 m²)



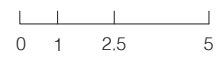
07. Planta de Coberta.
Galeria Teatro.
1:200

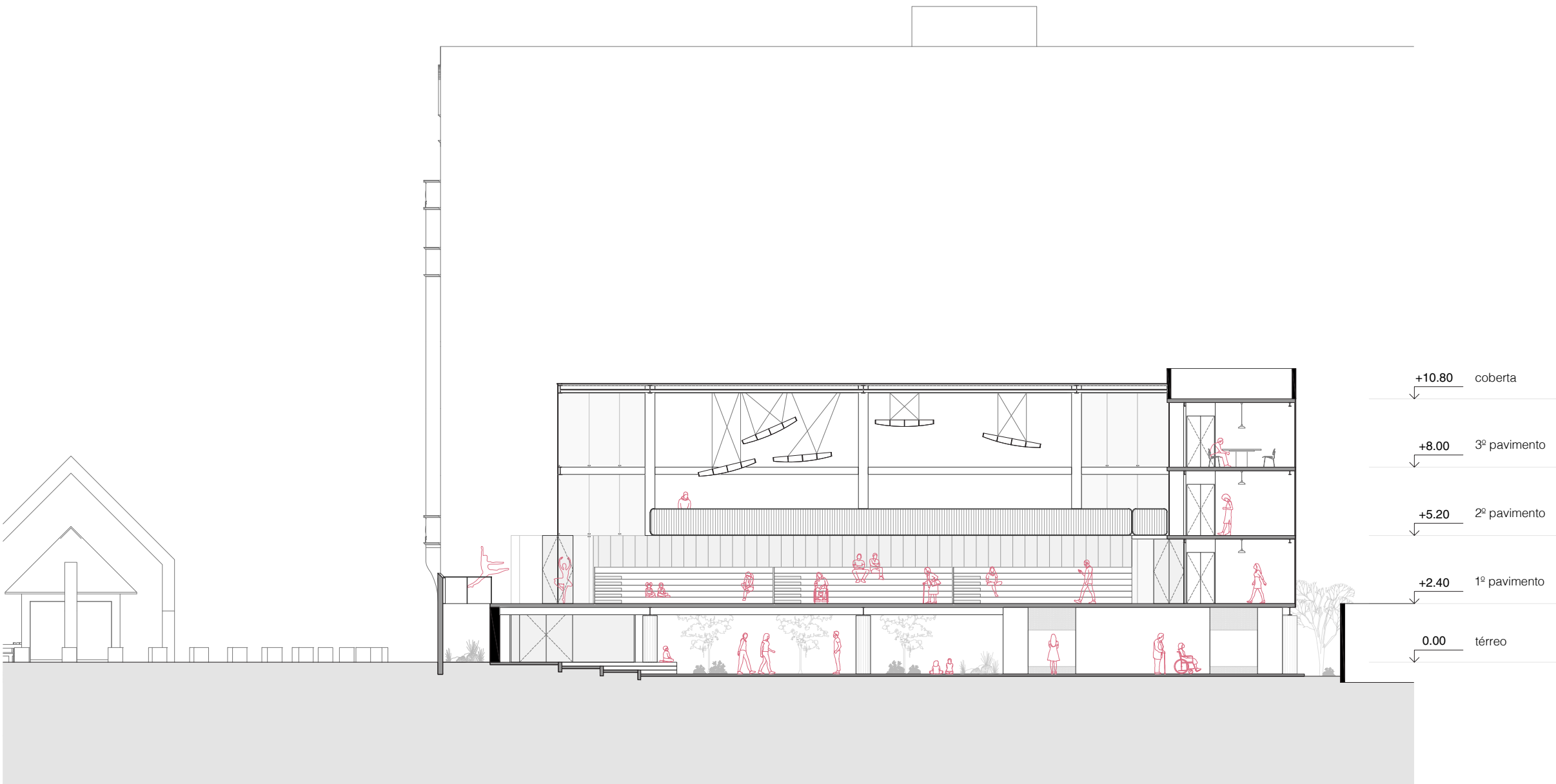
- 1. laje técnica (56,23 m²)

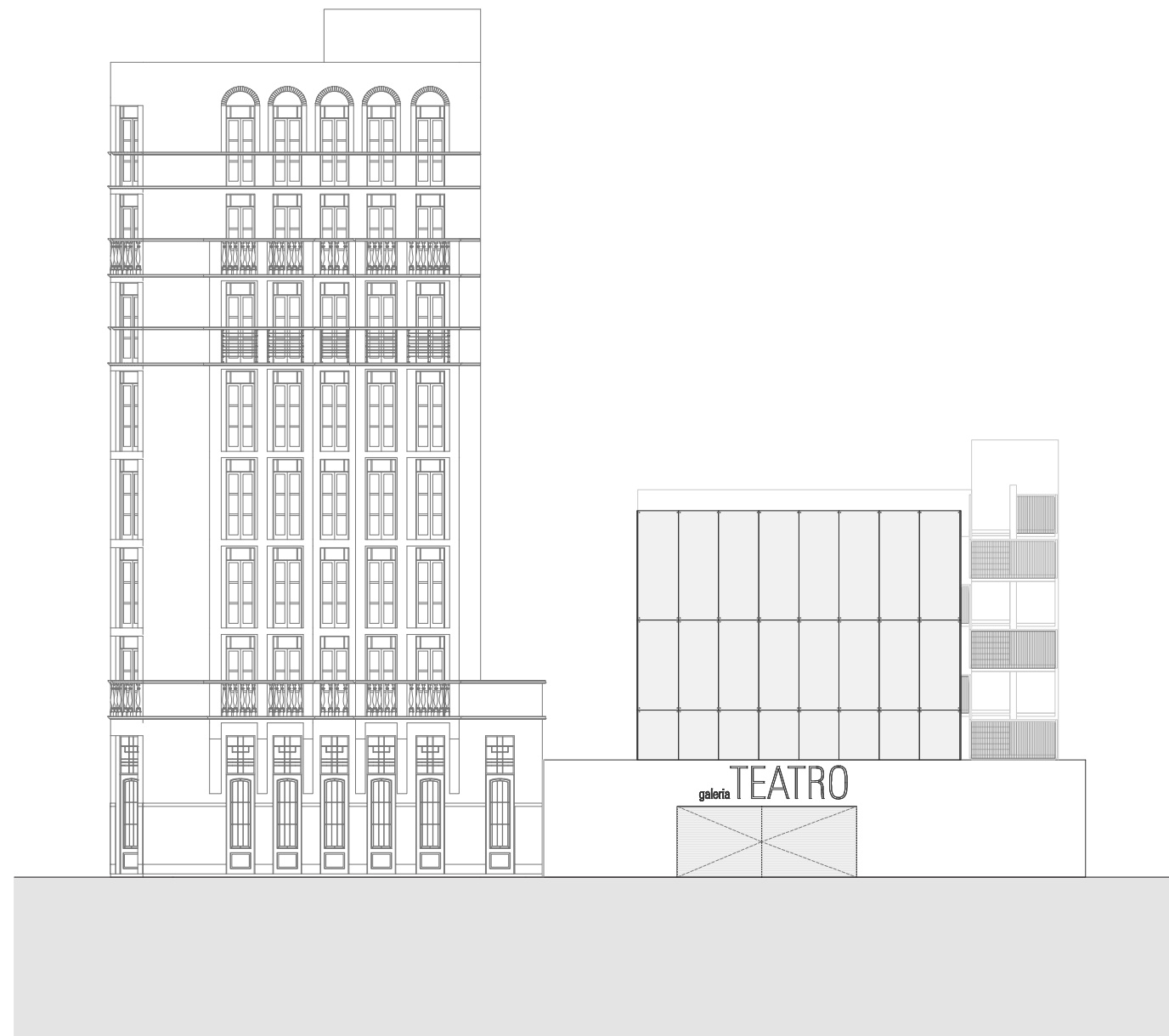




08. Corte Longitudinal LO.
Galeria Teatro.
1:200

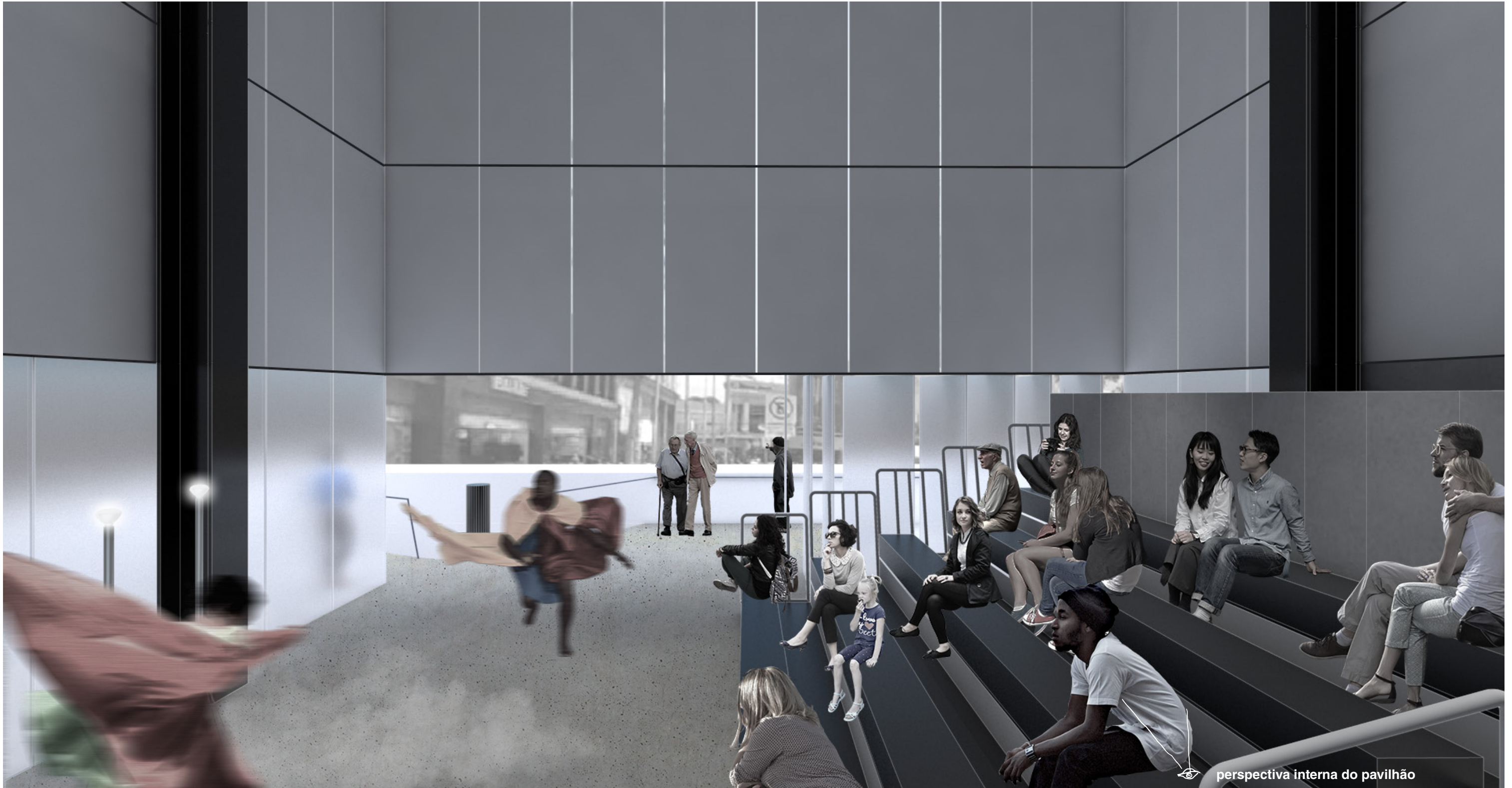






09. Elevação Sudeste.
Galeria Teatro.
1:200





perspectiva interna do pavilhão

imagem realizada em conjunto com Mirella Raposo

bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Infância e História: destruição da experiência e origem da História. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

AMORE, Caio Santo. Incêndio e ruína: é de um edifício que estamos falando? Cidades para quem, maio 2018 <<https://cidadesparaquem.org/blog/2018/5/2/incndio-e-runa-de-um-edificio-que-estamos-falando?rq=wilton%20paes>>

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1801 - 1933. 2012. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. Percorrendo os vazios urbanos. In: X Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional), 2003, Belo Horizonte. Anais do X ENA, 2003.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. Vazios urbanos: um desafio para o futuro. Revista Noz (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-84, 2007.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. Vazios urbanos contemporâneos: conceitos, permanências e alteridades. In: Andréa de Lacerda Pessôa Borde (org.). Vazios Urbanos: percursos contemporâneos. 1ª ed. Rio de Janeiro: RioBooks, 2012, p. 193-223.

BORGES, Marília Santana. Quarteirão sucesso da cidade: o Art Déco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940. 2006. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRASIL, Ministério das Cidades. Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Brasília: 2008.

BRASIL. Estatuto da Cidade Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília: 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BUCCI, Ângelo. São Paulo, razões de arquitetura. Da dissolução dos edifícios e de como atravessar paredes. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

CLEMENTE, Juliana Carvalho; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; SILVEIRA, Júlio Gonçalves da. Vazio Urbano ou Subutilizado? Entre Conceitos e Classificações. Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, n. 2, 2011.

Corydon Ireland, Harvard Gazette. "As lições de Lacaton & Vassal para se construir modestamente" [Lacaton & Vassal's Lesson in Building Modestly] 02 Mai 2018. ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo). <<https://www.archdaily.com.br/br/893628/as-licoes-de-lacaton-and-vassal-para-se-construir-modestamente>>

CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPROM, 2000.

DALVA, Cinira Arruda. O arquiteto-habitante: um modo de compor relações. 2015. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. Transformações espaciais no Centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação

urbana. 2004. Dissertação (Mestrado) — Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente - ProdeMa, Universidade Federal de Fortaleza. Fortaleza, 2004.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. Fortaleza 2040: Visão de Futuro, Eixos Estratégicos e Objetivos. Fortaleza: 2016.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza. Fortaleza: 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte : FJP, 2018.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. Arqtextos Vitruvius, São Paulo, n. 093.07, 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>>. Acesso em: 01 de jul. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

KAPP, Silke. Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard. (org.). Cinco Textos Sobre Arquitetura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 115-167.

KOOLHAAS, Rem. Junkspace. In: Chuihua Judy Chung, Jeffrey Inaba, Rem Koolhaas, Sze Tsung Leong (eds.). The Harvard Design School guide to shopping – Harvard Design School Project on the City 2. Taschen, 2002.

LIRA, José. Duas narrativas sobre uma tragédia. Incêndio e desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida. Drops, São Paulo, ano 18, n. 128.01, Vitruvius, maio 2018 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/18.128/6969>>.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Entre o Mar e o Sertão: Paisagem e Memória no Centro de Fortaleza. 2005.

Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. Revista Redobra, Salvador, n. 9, p.58-71, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RODRIGUES, Beatriz Andrade. Urbanidade: o uso do código da forma como alternativa para o Centro de Fortaleza. 2013. Trabalho Final de Graduação — Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: IV Encontro Regional de Psicologia Social da ABRAPSO. São Paulo, 1992.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos Santos (org.). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaço de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SEVERO, Luana. Com 166 mil imóveis vagos, déficit habitacional de Fortaleza é 120 mil. O Povo, Fortaleza, 26 jun. 2018.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Diferencias: Topografía de la arquitectura contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOLFA, Marília. Interloquções entre arte e arquitetura como práticas críticas: A teoria arquitetônica de Bernard Tschumi e a cena artística dos anos 1970. 2010. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Moreira. [ENTRE]. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Moreira. Ode ao vazio. Coleção Pensamento da América Latina, v. 2. São Paulo: Romano Guerra, 2017.

Tschumi, Bernard. Urban Pleasures and the Moral Good. *Assemblage*, no. 25, 1994, pp. 6–13. JSTOR, www.jstor.org/stable/3171385.

VARGAS, Heliana Comin (org.). *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados*. São Paulo: Manole, 2006.

VELOSO, Luiza Lins; CARVALHO, Sabrina Nasser de. Luiza Lins Veloso e Sabrina Nasser de Carvalho: Ocupações coletivas e a inércia com a política habitacional do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 maio 2018.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP : Lincoln Institute, 1998.

